



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Massiel Amelia Lazo Rojas

Gurbah Síria:
Experiências de refúgio em Florianópolis

Florianópolis
2021

Massiel Amelia Lazo Rojas

Gurbah Síria: Experiências de refúgio em Florianópolis

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Maria Eugenia Domínguez, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, Dr.
Universidade Federal Fluminense

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social .

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Esther Jean Langdon, Dr.(a)
Orientadora

Profa. Carmen Silvia de Moraes Rial, Dr.(a)
Coorientadora

Florianópolis, 2021.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rojas, Massiel Amelia
GURBAH SIRIA: : EXPERIENCIAS DE REFUGIO EM
FLORIANÓPOLIS / Massiel Amelia Rojas ; orientador, Esther
Jean Langdon , coorientador, Carmen Silvia Rial , 2021.
116 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Antropologia Social. 2. EXPERIENCIAS . 3. REFUGIO.
4. SIRIOS. 5. FLORIANÓPOLIS . I. Langdon , Esther Jean .
II. Rial , Carmen Silvia . III. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social. IV. Título.

Massiel Amelia Lazo Rojas

Gurbah Síria:
Experiências de refúgio em Florianópolis

Dissertação submetida ao Programa de Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.
Orientadora: Profa. Esther Jean Langdon.
Co-orientadora: Profa. Carmen Silvia de Moraes Rial

Florianópolis

2021

Este estudo está dedicado a quem mantém a sua integridade perante os desafios da vida, e na sua caminhada torna-se mais resiliente e sagaz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao povo brasileiro por ter conquistado o direito à educação pública, e ainda compartilhar essa possibilidade com quem, como eu, veio de terras distantes, onde realizar um mestrado numa universidade “pública” me deixaria endividada por muitos anos.

Gostaria também de agradecer aos meus colaboradores Lara e Amin, sem os quais esta obra não seria possível. Sou muito grata por termos compartilhado tantos momentos de confiança, criação e conversas sinceras; a reflexividade aguda e crítica de vocês dois me inspira, assim como as suas músicas, poesias, culinária e demais dotes artísticos e políticos tão generosos.

Às professoras Esther Jean Langdon e Carmen Rial, muito obrigada pela paciência delegada para me orientar mesmo quando nada parecia fazer sentido.

À minha filha Sabina Blu, por ser a minha mais entusiasta e constante companhia em todo este processo.

Gracias amigas e amigos por tanto amor expresso de formas diversas e por sempre me lembrar a importância de confiar em mim mesma.

RESUMO

Refúgio é uma condição migratória de conotação política, motivada por um tipo de perseguição que implica a obrigatoriedade de emigrar para salvar a própria vida. Em todo o mundo a solicitação de refúgio de milhares de pessoas de origem síria tem sido tratada pelos organismos humanitários como uma crise, instalando no imaginário público ambos conceitos (refúgio e crise) de maneira interligada. Este estudo procura registrar as experiências de vida de um casal de refugiados sírios (Lara e Amin) que vieram morar no Brasil na última década (2011-2021) e negociam e gestionam a sua estadia no país a partir de uma condição sujeita às lógicas de hierarquia e alteridade nacionais, que os situam socialmente de acordo com critérios de raça, classe e local de moradia. Com relação às instituições humanitárias e aos brasileiros, as experiências narradas variam entre o reconhecimento da importância das amizades feitas no país e situações de incômodo, como quando tratados de maneira preconceituosa sendo chamados de "homem bomba" e "mulher bomba". Evidenciam também, por outro lado, que instituições humanitárias e de índole governamental têm desenvolvido atividades que instrumentalizam as experiências de vida de refugiados de diversas nacionalidades, procurando transmitir um modelo pedagógico que comunique à sociedade de acolhida a sua presença no país, destacando neste ato aquelas situações de dor por eles vivenciadas antes e depois de migrar. Ao mesmo tempo, porém, restringem o espaço para a expressão das diversas motivações por trás desta migração forçada, assim como as inúmeras particularidades nas formas de estar em refúgio entre nacionais da Síria. Os interlocutores falam das suas escolhas na busca de uma vida em liberdade. A nossa relação se desenvolve em atos de colaboração e diálogo, de escuta e entendimento mútuo, e o importante a ser comunicado neste escrito tem sido selecionado de maneira conjunta, como um acordo consensual. Este acordo é feito a partir do entendimento desta dissertação como sendo um espaço de autorreflexividade sobre a trajetória migratória por eles percorrida nos últimos anos e sobre aquilo que no dia a dia não se considera, mas que na nossa convivência íntima se expressa como a materialização de uma emocionalidade profunda de encontro com a possibilidade de observar os sentimentos para entendê-los a partir de um lugar mais amigável e que não nos faça adoecer.

Palavras-chave: Experiências. Refugiados. Sírios.

ABSTRACT

Refuge is a migratory condition of political connotation, motivated by a type of persecution that implies the obligation to emigrate to save one's own life. Throughout the world, the request of millions of people of Syrian origin has been treated by humanitarian agencies as a crisis, installing in the public imagination both concepts (refuge and crisis) in an interlinked way. This study has sought to record the life experiences of a Syrian refugee couple (Lara and Amin), who came to live in Brazil in the last decade (2011-2021). In the country they have managed and negotiated their stay from a place subject to national hierarchy and otherness, which socially situates them according to criteria of race, class and place of residence. In relation to humanitarian institutions and Brazilians, the experiences narrated vary between the recognition and importance of the friendly relationships built here and those situations of discomfort experienced when, treated in a prejudiced way, they are called "bomb woman" and "bomb man". On the other hand, they show how humanitarian and governmental institutions have developed activities that instrumentalize the life experiences of refugees of different nationalities, when they seek to transmit a pedagogical model that communicates to the host society, their presence in the country, highlighting in it those situations of pain experienced by them before and after migrating. At the same time, on the other hand, they restrict the space for them to make known the motivations of their forced migration, as well as the different ways of being in refuge among Syrian compatriots. The interlocutors tell us about their choices in search of a life in freedom. Our relationship was built in moments of collaboration, dialogue and mutual understanding, what is important to be communicated in this writing has been selected jointly, as a consensual agreement. This agreement emerges from the understanding of this master's thesis as a space of self-reflexivity on the migratory trajectory that they have gone through in the last years, and on those details of their life that they do not stop to consider on a daily basis, but in our coexistence it has been expressed as the materialization of a deep emotionality, of encountering the possibility of observing feelings to understand them from a friendlier place.

Key words: Experiences. Refugees. Syrians.

RESUMEN

Refugio es una condición migratoria de connotación política, motivada por un tipo de persecución que implica la obligatoriedad de emigrar para salvar la propia vida. En todo el mundo la solicitud de millares de personas de origen siria ha sido tratada por los organismos humanitarios como una crisis, instalando en el imaginario público ambos conceptos (refugio y crisis) de forma interligada. Este estudio ha buscado registrar las experiencias de vida una pareja de refugiados sirios (Lara y Amin), quienes llegaron a vivir en Brasil en la última década (2011-2021) y desde un lugar sujeto a las jerarquía y alteridad nacional, que los sitúa socialmente de acuerdo con criterios de raza, clase e lugar de residencia, negocian y gestionan su estadia en Brasil. En relación a las instituciones humanitarias y a los brasileños, las experiencias narradas varían entre el reconocimiento de la importancia dada a las relaciones de amistad aquí forjadas y aquellas situaciones de incomodidad vividas quando, tratados de forma preconceituosa, son llamados como "mujer bomba" y "hombre bomba". También, por otro lado, muestran cómo las instituciones humanitarias y de índole gubernamental han instrumentalizado las experiencias de vida de refugiados de diferentes nacionalidades de origen al buscar transmitir un modelo pedagógico que comunique a la sociedad de acogida, su presencia en el país, y destacando en este acto aquellas situaciones de dolor por ellos vividas antes y después de migrar, y en el mismo sentido restringen el espacio para que puedan dar a conocer de sus diversas motivaciones por tras de su migración forzada, así como las innúmeras particularidades presentes en las formas de estar en refugio entre sirios que viven en Brasil al amparo del estatus de refugio. Los interlocutores nos cuentan sobre sus elecciones en busca de una vida en libertad. Nuestra relación se construyó en momentos de colaboración, diálogo y entendimiento mutuo, así lo importante de ser comunicado en este escrito ha sido seleccionado de manera conjunta y consensuada, comprendiendo esta tesis de magister como siendo un espacio de auto reflexividad sobre la trayectoria migratoria por ellos recorrida en los últimos años, lo cual en el día a día no es observado, pero en nuestra convivencia se se ha expresado como la materialización de una emocionalidad profunda, de encuentro a la posibilidad de entender los sentimientos desde un lugar más amigable que no nos enferme.

Palabras llave: Experiencias. Refugiados. Sirios.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Para onde foram os refugiados sírios?	29
Figura 2 - Foto do restaurante onde conheci Lara e Amin em Florianópolis, SC	64
Figura 3 - Postagem da ONG na sua conta de <i>Facebook</i>	73
Figura 4 - Postagem de Lara na sua conta de <i>Instagram</i>	73
Figura 5 - Resposta da ONG à postagem de Lara	74
Figura 6 - Cartaz convidando para uma <i>Jam</i> musical no restaurante (2019)	91
Figura 7 - Cartaz convidando para um Sarau Cultural no restaurante (2019)	91
Figura 8 - Primeiro convite para ciclo de cinema	97
Figura 9 - Segundo convite para ciclo de cinema	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz de codificação das entrevistas para fazer análises	59
Quadro 2 - Gráfico de elegibilidade das solicitações de refúgio de sírios/as no Brasil 2010-2016	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CONARE	Comitê Nacional para Refugiados
CRAI	Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante
GAIRF	Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
OIM	Organização Internacional das Migrações
ONG	Organização Não Governamental
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
ESTAR AQUI ESTAR LÁ	17
2.1. OLHAR PARA O HORROR	17
2.2. À PROCURA PELA LIBERDADE	19
2.3. DESLOCADOS	30
2.4. POR QUE VOCÊ AQUI E AGORA?	36
ESTADO DA ARTE	41
3.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA PARADOXAL ACOLHIDA DE IMIGRANTES SÍRIOS NO BRASIL	41
3.2. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS AO ESTUDO DO REFÚGIO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA	49
ITINERÁRIOS DE PESQUISA	55
4.1. ESTAR EM REFÚGIO	63
4.2. BRASIL COMO DESTINO	79
4.3. AUTORREPRESENTAÇÃO	89
4.4. CINE, CONVERSA E COMIDA ÁRABE	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110

1. INTRODUÇÃO

Gurbah significa saudades de casa, um sentimento compartilhado pelas pessoas que deixaram o seu local de origem e mudaram para um lugar novo deixando tudo para trás, um sentimento de estranhamento de tudo, de comida, de língua, de tudo o que tem nessa terra nova, tudo o que não é familiar. É saudades de tudo o que tem lá, é uma dor, muitas saudades de casa.

Lara, 2019

A primeira vez que ouvi falar sobre a Síria foi quando eu estava morando há pouco mais de cinco meses em Florianópolis, no ano de 2015, época em que trabalhei num restaurante de comida libanesa no bairro onde eu morava. Tinha acabado de me formar como socióloga no Chile, mas não queria exercer a profissão e precisava me sustentar economicamente. Uma das vezes em que passei neste restaurante para comprar *esfihas*¹, vi uma placa: “precisa-se ajudante de cozinha”, e na hora pensei que seria uma oportunidade de ganhar algum dinheiro e ainda aprender os segredos do tempero que tanto gosto. Eles me chamaram e comecei a trabalhar como garçom. Éramos uma equipe de quatro pessoas: os donos, o casal Fátima e Aziz², ela da Síria e ele do Líbano; um motoboy e eu, que atendia as mesas e limpava o local. Aziz cozinhava e Fátima cuidava do caixa e do telefone.

Em um dia qualquer, em que não tinha público para atender, eu deixei um pouco as minhas atividades e olhei para ela, que chorava sentada numa cadeira olhando para o seu celular. Ao me aproximar, ela tentou secar as lágrimas. Perguntei se podia ajudá-la e ela me mostrou o celular, falando: “minha irmã está aí”. Fátima estava me mostrando imagens de

¹ *Esfiha* ou também chamada *esfirra*, é uma pequena torta feita de massa de farinha de trigo, recheada com diversos ingredientes como carne, legumes ou coalhada (entre outros ingredientes) e assada. Originária da Síria e do Líbano, é encontrada em outros países como Jordânia, Palestina e Iraque, trazida ao Brasil por imigrantes sírios e libaneses no fim do século XIX.

² Nomes fictícios.

uma cidade destruída por bombardeios. Foi quando soube que a Síria estava em guerra desde 2011.

Olhando as fotos pelo telefone, ela me contou que só a sua irmã ainda estava morando na Síria. Outros dois irmãos estavam na Holanda e na Bélgica e os seus pais estavam aqui em Florianópolis morando com ela, seu marido e seus dois filhos, uma menina de 2 anos e um menino de 4 anos. Nesta oportunidade ela também comentou que seus pais tinham viajado para acompanhar o nascimento do neto mais novo até então, e não conseguiram mais voltar para a Síria, pois quando preparavam as suas malas para o retorno, souberam que a sua casa tinha sido destruída. Isto aconteceu no ano de 2012.

No período em que Fátima e eu compartilhamos o espaço laboral, observei que diariamente ela ligava para a sua irmã e a cada dia, em momentos de pausa no trabalho, sentava para olhar pelo celular as notícias que chegavam da Síria. Depois daquela oportunidade não voltamos a conversar sobre o assunto, e eu, que sempre olhava para ela com vontade de conversar, fui percebendo que a sua saúde ia se deteriorando. Conforme os dias passavam, mais ela reclamava de dor em todo o corpo, principalmente no quadril e nas pernas. Aos poucos, a dor que tinha começado numa perna foi se espalhando pela coluna e logo por todos os ossos. Não perguntei o que estava acontecendo, mas até antes de eu deixar este emprego³ Fátima tinha recebido o diagnóstico de fibromialgia, e estava usando uma muleta. Alguns meses depois de deixar de trabalhar (no ano de 2016), visitei o local para comprar comida e desta vez Aziz me falou que agora tinham tudo congelado para levar: o kibe, homus e todas as *esfihas*, bastava esquentar e ficavam como recém feitas. Logo, quando perguntei por Fátima, ele me contou que tinha sido operada de uma perna, “mas a operação não deu certo”, disse ele, “ela ficou com uma perna mais curta e ainda sente muita dor, principalmente na coluna, pelo que continua fazendo exames”. Nesse momento, também perguntei sobre os pais dela, e ele comentou que o pai havia falecido há pouco tempo.

Quando a conheci, Fátima tinha uns 30 e poucos anos. Na Síria, ela se formou como professora Montessori e trabalhava numa escola com crianças pequenas. Ela comentava que gostaria de exercer essa mesma profissão aqui no Brasil, mas que não dominava o idioma e não tinha a possibilidade de validar o seu título acadêmico. Além disso, ela tinha obrigações

³ Eu deixei de trabalhar no local porque Aziz falou que ia precisar fechar alguns dias, depois me chamou mais umas duas vezes para trabalhar, mas bem esporadicamente, em dias em que o fluxo de clientes aumentava muito. Quando deixei o trabalho, continuei frequentando o local para comer.

em casa e no restaurante. Aziz devia ter uns 46 anos, desconheço dados sobre a sua vida no Líbano e os motivos que o trouxeram ao Brasil, assim como o ano em que ele chegou a morar na cidade de São Paulo. Ambos tinham se conhecido numa viagem de Aziz para a Síria quando ele já morava no Brasil. Logo após se casarem na Síria, vieram juntos para cá. Como ele já tinha residência, ela, sua esposa, também a conseguiu. Pouco tempo depois, os filhos deles nasceram aqui.

Quando eu conheci o casal, havia pouco mais de dois anos que eles moravam em Florianópolis, depois de terem morado um tempo em São Paulo. Segundo comentaram uns amigos meus, que eram clientes do restaurante e tinham uma relação mais íntima com Fátima e Aziz, “em São Paulo”, disseram, “eles também tiveram um restaurante, mas foram enganados pelo sócio e por este motivo saíram de lá e vieram para Florianópolis”. Aqui, porém, não poderiam ter um restaurante em um local muito visível, como no centro da cidade, por exemplo, bairro em que é comum ver cafês e restaurantes de comida árabe. Os motivos desta restrição eu desconheço.

Trabalhando no restaurante, percebi que Aziz trabalhava mais de 12 horas por dia. Eu ficava no local das 17h às 23h. Fátima exigia e conferia que tudo estivesse bem limpo e organizado; Aziz, por outro lado, se preocupava muito para que a comida fosse preparada na hora e servida na temperatura certa. As pessoas sempre reclamavam que não tinha *ketchup* ou mostarda; em contrapartida, Aziz defendia os princípios da sua culinária e argumentava que até o azeite deveria ser servido apenas com algumas comidas. No entanto, era frequente ouvir os clientes o chamarem de “grosso”. Eu o considerava uma pessoa séria, mas respeitosa, “pessoa normal”, porém identificava que, dentro dos códigos brasileiros que eu reconhecia, ele poderia ser interpretado como uma pessoa fria ou distante.

Ele sempre reclamava que as pessoas não sabiam degustar o sabor da comida e a tudo queriam adicionar *ketchup* e mostarda. Conforme os meses passavam, ele foi colocando alguns molhos para tentar acolher a demanda dos clientes, mas eu percebia que pessoas que eu conhecia foram deixando de frequentar este local porque achavam que ele era uma pessoa pouco servil. Não enunciaram, no entanto, com estas palavras, e só falavam que ele era “muito chato”. No espaço do desenrolar da conversa eu podia entender que o que os incomodava podia ser resumido na frase que eu mais ouvia se repetir entre pessoas de

diferentes idades e origens: “se eu estou pagando, porque o cara não me dá o que eu peço? Aqui no Brasil a gente mistura tudo, ele que deveria se adaptar”.

A minha experiência nesse restaurante vem à minha memória constantemente e de certa forma criou uma faísca de interesse pela imigração de refugiados sírios ao Brasil no contexto da guerra da última década. Neste caso, Fátima e Aziz não tinham aderido à categoria de refugiados porque eles chegaram antes de a guerra começar, mas, para mim, trabalhar com o casal, saber que os pais de Fátima não conseguiram voltar para sua casa porque esta tinha sido destruída pelos bombardeios e acompanhar Fátima vendo as imagens enviadas pela sua irmã foram eventos do acaso que me mostraram que existia uma outra forma de emigrar, aquela que acontece por uma expulsão e pela obrigatoriedade de se deslocar para salvar a própria vida. Temas sobre os quais nos aprofundamos com Lara e Amin, um casal de jovens sírios que conheci em 2019 e com os quais desenvolvemos a maior parte das reflexões apresentadas neste estudo.

Sobre os acasos, Mariza Peirano (2018) se questiona como eles podem guiar a vocação. Ante esta pergunta, posso dizer que na atividade de pesquisar, a nossa vida pode nos tornar o próprio instrumento de pesquisa toda vez que nos movemos guiados por aquilo que chama a nossa atenção, por aquilo que nos afeta, que nos instiga e nos mobiliza em certa direção, e não em outra, para encontrarmos o que chamamos de campo.

Em diálogo com o proposto por Peirano (2018), entendo que o acaso se refere àquelas experiências que poderíamos chamar de corriqueiras. Essas experiências com o acaso, no entanto, falam da forma como nos impacta o encontro da humanidade particular de quem pesquisa com a própria humanidade “nativa” diversa e desigual com que convivemos. Então, ao rememorar, refletir e narrar essas experiências em detalhe, acabamos tornando-as fértil matéria de pesquisa sobre os dramas humanos que, quando narrados, são trazidos à superfície na riqueza dos detalhes, das nuances e das tensões que fazem emergir os significados de tais experiências. Nesse sentido, parafraseando Roberto Cardoso de Oliveira (1996), a memória constitui provavelmente o elemento mais rico na redação de um texto, contendo ela mesma uma massa de dados cuja significação é bem mais alcançável quando o pesquisador a traz de volta tornando-a presente no ato de escrever como uma espécie de presentificação do passado.

2. ESTAR AQUI ESTAR LÁ

Ter trabalhado no restaurante de Fátima e Aziz no ano de 2015 me colocou em contato pela primeira vez com pessoas que sentiam na pele os efeitos da guerra na Síria. Aquela única vez que olhei, pelo celular de Fátima, as fotos que sua irmã tirou da janela da sua casa, tive sentimentos contraditórios. Ao mesmo tempo em que sentia vontade de olhar para as fotos e desgosto pelo que estava vendo, tentava entender o que Fátima estava me falando. Confesso que eu me sentia um pouco voyeurista ao olhar porque me sentia, ao mesmo tempo, também distante da sua dor, sem conseguir dimensioná-la. No entanto, ela insistia para que eu olhasse para aquelas fotos no seu celular, que ela olhava todos os dias, “olha, olha isso! Que horror!” dizia ela, “não acredito que a minha irmã ainda está aí e não consegue sair”.

Nas fotos, era possível ver restos de prédios que deveriam ter entre dois e três andares, pelos pedaços de estrutura que ainda estavam em pé, muita poeira no ar e muitos escombros no chão do que antes foi a rua de um bairro residencial. Dava para perceber que as fotos haviam sido tiradas da altura de uma janela, de dentro de uma casa próxima das outras, que agora estavam no chão. Ela continuou passando o dedo para o lado, mas eu desviei o olhar do celular e olhei, então, só para ela. O que eu ia fazer com essas informações? Para que continuar olhando aquelas imagens?

2.1. OLHAR PARA O HORROR

As fotos que Fátima me mostrava pelo celular tinham sido feitas um dia depois do bombardeio, em 2015, na cidade de Homs⁴. Foi uma das cidades mais atingidas na Guerra da Síria por ser a maior parte da população, como era o caso da família da minha interlocutora, cristã. A destruição que as fotos apresentavam, então, tinha sido produto de bombardeios aéreos que procuravam principalmente reprimir o Estado Islâmico.

⁴ Homs (em árabe: حمص) é uma cidade que fica no oeste da Síria, capital do governadorato homônimo. Antes de 2011 era considerada a terceira maior cidade do país, tinha uma população de aproximadamente 800 mil pessoas antes da guerra e fica a 160 km da capital, Damasco. Encontra-se a 450 metros acima do nível do mar, às margens do rio Orontes. É o ponto de interligação entre as cidades do interior e a costa do Mar Mediterrâneo.

“Olhar para o horror”, ou talvez imaginar a calamidade ocorrendo em outro país, é uma experiência que o celular possibilita ao nos tornar partícipes, mas a partir do conforto do nosso cotidiano. Ainda não sei se isso responde à pergunta: o que o celular nos faz fazer? De fato, aquelas fotos eram ao mesmo tempo um registro objetivo e também um testemunho pessoal, tanto uma cópia ou uma transcrição fiel de um momento de realidade como uma interpretação dessa realidade, ou pelo menos de um ponto de vista particular sobre a dor humana e a guerra na Síria, fisicamente tão longe, e tão perto no encontro com Fátima.

Para mim, aquele momento quase inassimilável gerava a sensação de me esquivar, de pensar: “isso não está acontecendo comigo, eu não estou aí”, mesmo sendo a Fátima e sua irmã pessoas com as quais era fácil me identificar. Olhar não requer grande esforço, mas sim uma certa distância espacial, que também permite desviar o olhar. Constitui também uma experiência em si mesma, um modo de experienciar a distância em relação ao sofrimento do outro e, de certa forma, também a possibilidade de sofrer junto. Há uma distância entre nós, ela estava em guerra, mas não como se costuma dizer “estar aqui e estar lá ao mesmo tempo ou alternadamente”. Estava em guerra a partir de um padecimento cotidiano pelas desgraças que a sua irmã e demais conhecidos experienciavam na sua cidade, e que ela olhava à distância pelo seu celular.

O que fazer com o conhecimento de um sofrimento distante como aquele que as fotos trouxeram? De fato era imaginária a minha proximidade com a realidade que estava sendo apresentada em imagens, além de estar acometida de certa anestesia moral, dado o conforto de eu nunca ter experienciado uma guerra. Dizer que me solidarizo com Fátima também me parece algo muito simples em comparação ao que ela estava passando. A solidariedade parecia ao mesmo tempo uma forma de me desculpar ou de me inocentar. Hoje penso que eu estava sendo uma espécie de espectadora privilegiada, não cúmplice daquele sofrimento, mas próxima à minha interlocutora por compartilharmos a condição de mulheres imigrantes no Brasil. No fim, pensar em solidariedade traz à tona a reflexão de Susan Sontag: “as imagens pungentes sobre a dor dos outros pode atuar como a ponta de um fio que ao puxar pode abrir para questionamentos sobre aquele lugar em que os privilégios estão associados aos sofrimentos alheios, da mesma forma que a riqueza de uns pode supor a privação de outros.” (SONTAG, 2003, p. 83).

Qual o significado daquelas fotos enquanto componentes da vida cotidiana de quem as vê senão pensar que uma guerra é de fato real? Se pensarmos que as fotos são permeadas cultural, social e tecnologicamente na forma como as câmeras registram os fatos, não seria a guerra algo construído imageticamente? Eu não só me pergunto isso pensando na câmera do celular daquela mulher, irmã da minha interlocutora, mas também na imagem prévia, aquela que é criada a partir do que se escolhe olhar. Dito de outra forma, aquela que é criada a partir daquilo em que se presta atenção, daquilo a que se dá importância, e daquilo que se associa ao conflito. Mas qual é o direito que a gente tem, ou não, de ver as imagens de guerra e violência?

Perante a pergunta que eu proponho cabe citar, por exemplo, que quando houve o ataque das torres gêmeas em 11 de setembro de 2001 a mídia não transmitiu imagens sobre as vítimas do atentado. Por quê? Mas ao contrário, o que sim foi reproduzido de forma muito repetitiva foram milhares de imagens de pessoas mortas no Iraque, na Síria, na Palestina e em todos os países do mundo onde há tragédias políticas e guerras de outro tipo. Nunca tiveram problema algum em reproduzir tais imagens, mas quando a violência impactou os EUA, subitamente nasceu na imprensa dos EUA o respeito pelos corpos dessas pessoas, e por quê? Porque eram os seus próprios corpos.

O problema não é a abundância das imagens, elas são importantes e necessárias. A questão é que elas são geradas, e talvez como sendo as últimas pegadas que ficam da nossa humanidade, elas dizem algo como: “eu me importo com o que está acontecendo ou já aconteceu e quero compartilhar com você”. Então ter muitas imagens não é um problema, o problema é a falta de contexto. O que os meios de comunicação muitas vezes fazem é precisamente descontextualizar as imagens, e assim as destroem.

2.2. À PROCURA PELA LIBERDADE

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a guerra na Síria tem se intensificado nestes últimos dez anos, desde 2011, obrigando mais de 6

milhões de pessoas a migrar para salvar suas vidas (ACNUR, 2020). Ao solicitar refúgio⁵ em outros países, estas pessoas procuram pela oportunidade de sair de um contexto de violência sistemática contra a população civil, ministrada pelo próprio governo, além das violências decorrentes de uma guerra que ultrapassou os limites nacionais do que poderia se chamar de guerra civil (entre nacionais da Síria). Atualmente também participam da guerra forças militares de outros países, como Estados Unidos, França, Reino Unido, Turquia, Jordânia, Emirados Árabes Unidos (Abu Dhabi, Dubai, Xarja, Ajmã, Umm al-Quwain, Ras al-Khaimah e Fujairah) Marrocos, Israel, Rússia, Irã e Hezbollah, motivo pelo qual a resolução do conflito está muito longe de ser apenas uma escolha a ser feita entre sírios (PAES, 2017).

De acordo com Igor Paes, no contexto da Primavera Árabe,

A Síria desponta como o país em que as revoltas populares se precipitaram em uma guerra civil de larga escala, envolvendo um grande número de atores sociais e as mais diversas variáveis de sentido para o conflito, o que implicaria na incerteza em relação à sua duração e aos seus desdobramentos. (PAES, 2017, p. 6).

⁵ **Solicitantes de refúgio:** a solicitação formal de refúgio regulariza, temporariamente, a permanência do solicitante no Brasil, garantindo o direito ao trabalho e o acesso aos serviços públicos de saúde e educação. Depois de quatro anos de residência regularizada no país, os refugiados podem solicitar um visto de permanência no Brasil.

Refugiados: são todos os homens e mulheres (incluindo idosos, jovens e crianças) que foram obrigados a deixar seus países de origem por causa de um fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, por pertencer a um determinado grupo social ou por suas opiniões políticas. No tocante aos refugiados e solicitantes de refúgio, a lei brasileira não permite sua devolução ao país de origem.

A solicitação de refúgio: ao entrar no Brasil, o estrangeiro que se considera vítima de perseguição em seu país de origem deve procurar qualquer delegacia da Polícia Federal ou autoridade migratória na fronteira e solicitar formalmente a proteção do governo brasileiro. Deve-se buscar a Polícia Federal preferencialmente assim que cruzar a fronteira. No entanto, a solicitação de refúgio pode ser feita a qualquer momento, ainda que o estrangeiro já esteja no Brasil há algum tempo. Seu pedido será encaminhado, para avaliação, ao Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) – órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil, analisa e julga os pedidos de refúgio.

Os solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado: são as pessoas que solicitaram ao Estado Brasileiro o reconhecimento da condição de refugiado, mas que ainda não tiveram sua solicitação deliberada pelo Conare. Encontram-se em situação migratória regular em todo o território nacional e, portanto, contam tanto com um protocolo comprovando esta condição quanto com o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório. Este protocolo tem validade de um ano, sendo este prazo prorrogável enquanto durar o processo. Além disso, por meio deste, é possível a obtenção de CPF e de carteira de trabalho. Nesse sentido, ainda que em condição temporária, o documento permite a inserção dos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no mercado formal de trabalho. (Informações disponíveis em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>)

O atual governo sírio é uma ditadura secular controlada desde o início da década de 70 pela família al-Assad. No dia 13 de novembro de 1970, o general Hafez al-Assad (pai do atual presidente), membro do Partido Baath⁶ e ministro de defesa da Síria, comandou um golpe de Estado⁷ que derrubou o então presidente sírio Nouredine Atassi. Em março de 1971, Hafez al-Assad se instituiu como presidente do país e governou de forma autoritária por trinta anos, até a sua morte no ano 2000, momento em que o seu filho Bashar assumiu a presidência do país, permanecendo no governo até hoje.

Hafez al-Assad foi bem recebido por muitos atores nacionais, regionais e internacionais. Ele foi recebido pelos partidos nacionalistas e esquerdistas sírios por ter expressado sua intenção de formar uma frente política progressista. Por ter expressado a sua intenção de consolidar as relações com o Egito e com os Estados do Golfo, foi acolhido pelos países árabes. E internacionalmente, porque não ser tão aventureiro e por ter uma tendência menos revolucionária, foi acolhido pelos países ocidentais (VAN DAM, 1996). Depois que Hafez al-Assad assumiu o poder em 22 de fevereiro de 1971, ele dedicou toda a sua atenção à organização do exército, da segurança, do partido e do resto das instituições estatais sírias como um todo (GALVANI, 1974). Todos os golpes conspirados contra Assad falharam e foram descobertos antes de serem executados (VAN DAM, 1996).

⁶ O Partido Baath foi fundado por membros de classes médias urbanas educadas. Além dos damascenos Aflaq e Bitar, estavam entre os fundadores Jamal al-Atassi de Homs, Dr. Faisal Rugby de Hama, Dr. Adib Al-Asfari de Idlib, Dr. Wahib Al-Ghanim de Latakia, Jalal AlSayyed de Deir al-Zour, Abdel-Halim Kaddour de Karra, e Mansour Al-Atrash de Al-Suwayda entre outros. Inicialmente foi um partido reformista em seus planos e programas, e não era um partido socialista radical. Buscava a restauração das glórias dos árabes através de sua unidade e o ressurgimento da nação árabe, influenciada pela onda da ascensão do pensamento nacional na Europa (HAY, 2012). O partido era um pequeno partido com influência limitada até o final de 1952, quando o Partido Árabe Baath se uniu ao Partido Socialista Árabe, de natureza camponesa, liderado pela figura síria carismática Akram Hourani, que mudou o nome do partido para Partido Socialista Árabe Baath (HOURANI, 1991). O papel do partido cresceu na década de 1950, especialmente entre 1954 e 1958, quando um clima democrático nacional prevaleceu com a mesma natureza reformista e radical do partido, tornando-se um bloco parlamentar relativamente grande.

⁷ Cabe assinalar que antes do golpe, o partido tinha se fragmentado visivelmente em duas alas. A primeira foi encabeçada pela liderança histórica civil do partido Michel Aflaq, quem possuía uma orientação reformista moderada; já o segundo grupo incluiu oficiais jovens baathistas de origens rurais e minoritárias que possuíam uma tendência radical de esquerda para tentar construir um partido ao estilo leninista. (GALVANI, 1974).

Cabe destacar que a família al-Assad, assim como o Partido Baath, são de religião "alauita", correspondente a uma das duas principais frações do islã⁸, correspondendo na Síria a um grupo religioso minoritário que representa pouco mais de 10% da população. A maioria da população da Síria é de religião sunita, e tem sido muito ressentida pelas mudanças empreendidas pelos governos al-Assad nas últimas 5 décadas.

Desde que chegou ao poder, o Partido Baath emitiu um imposto de nacionalização que causou enormes danos à base econômica administrada pelos proprietários sunitas, incluindo centenas de milhares de hectares de terras agrícolas e grandes empresas industriais. Em troca, milhares de alauitas foram empregados em empresas nacionalizadas e receberam muitas terras às custas dos proprietários originais (BEM-TZUR, 1968). Além das violações dos seus direitos civis e sociais, a população sunita enfrentou uma tragédia no início da década de 80. Em 2 de fevereiro de 1982, o exército do regime sírio lançou uma campanha militar que durou 27 dias contra o que chamou de desobediência da Irmandade Muçulmana na cidade de Hama, matando milhares de civis da cidade (RASSA, 2014). Pode-se dizer que esse massacre serviu como uma lição para o resto da população sunita de outras regiões que pretendia qualquer tipo de movimento popular em oposição ao governo.

Após esses eventos, Hafez Assad conseguiu trazer a maioria dos alauitas para seu lado, e um de seus meios mais importantes era envolver uma proporção crescente de alauitas em grandes massacres contra outros grupos, para garantir que eles permanecessem com ele. Como resultado dessa lealdade, grandes grupos de alauitas conseguiram cargos públicos em diferentes setores econômicos, o que garantiu a eles uma melhor qualidade de vida (HINNEBUSCH, 1991). Ao decorrer dos anos até o ano de 2011, percebe-se que a maioria sunita da população viveu com constante medo do governo, tendo seus pilares e inteligência concentrados na mão do Al-Assad e seus chefes no governo. Devido a esse fato, a população não conseguia expressar sua insatisfação com o governo.

No ano 2000, após a morte de Hafez, Bashar assumiu a presidência com o *slogan* de modernizar o país, mas não conseguiu empreender uma adaptação política correspondente (HINNEBUSCH, 2012, p. 95). Nesse momento, os sunitas, longe de ser um bloco monolítico,

⁸ No islã existem duas grande correntes: sunitas e xiitas. Os sunitas crêem que após a morte do profeta Mohamed os ensinamentos religiosos poderiam continuar pelos alunos e discípulos, e os alauitas acreditam que isso deve ficar nas mãos dos parentes do profeta e isso faz surgir as duas grandes correntes.

compõem uma miríade de entidades e tendências que logo se fragmentam, mas que mantêm uma agenda comum de oposição ao regime de Damasco (capital da Síria). "O projeto de Bashar al-Assad, na sua ascensão ao poder, era abrir a economia ao mercado mundial e adaptar o país à era da globalização por meio de medidas como a introdução da internet" (HINNEBUSCH, 2012, p. 98). Novas leis liberalizaram o comércio e o câmbio, reduziram as taxas de impostos, abriram a maioria dos campos ao investimento privado, permitiram a repatriação de capital e flexibilizaram as proteções laborais.

O sector público foi transferido para o sector privado, que, no entanto, não conseguiu preencher a lacuna deixada pelo declínio do sector público. Esta mudança foi paralela ao desempoderamento das organizações corporativas tradicionais de trabalhadores e camponeses e à cooptação no seu lugar de grupos empresariais; uma nova lei do trabalho pôs fim ao que os "reformadores" consideram 'superproteção' dos trabalhadores, embora o movimento operário fosse muito fraco no sector privado (...). O setor público deixou de proporcionar o emprego e as pensões em que os sírios estavam acostumados a confiar e ainda valorizavam. A remoção dos subsídios aos insumos agrícolas, o declínio dos preços de apoio à agricultura e o descaso com o sistema de planejamento agrícola e cooperativas, cujos funcionários mal pagos exigiam subornos por seus serviços, combinados com a terrível seca de 2007-2010, levaram ao declínio da agricultura. Os bairros pobres em torno das cidades floresceram com o afluxo de vítimas da seca e refugiados iraquianos. Paralelamente, a especulação imobiliária urbana desencadeada pelo influxo de capital do Golfo, juntamente com o fim do controle do aluguel - uma concessão à burguesia - levou o custo da moradia para além dos meios dos estratos médios; famílias que haviam vivido em propriedades de baixo custo durante décadas ficaram desabrigadas enquanto a terra do estado era vendida a baixo custo para investidores, tornando-a menos disponível para moradias de baixo custo. A crise habitacional resultante foi retratada como uma "bomba relógio" à espera de explodir - o que aconteceu. O consumo conspícuo dos novos ricos urbanos estava em desacordo com as tradições sírias e alienou aqueles que viviam nos subúrbios desfavorecidos dos arredores. O presidente foi avisado que o povo percebeu que o estado estava "abandonando os pobres por causa dos ricos". (HINNEBUSCH, 2012, p. 98).

Como propõem Hinnebusch (2012) e Majed (2017), muitos dos ingredientes clássicos da revolução já vinham sendo construídos há algum tempo. A longo prazo, o crescimento demográfico e a maior mobilização social combinados com a estagnação do desenvolvimento político. A médio prazo, um déficit fiscal crônico tratado através de políticas neoliberais que aumentaram a desigualdade e minaram a legitimidade foi um reflexo sírio específico das condições regionais por trás da *intifada* árabe. Então, a resposta violenta do regime aos protestos forneceu a faísca que levou à formação de uma coalizão revolucionária.

As revoluções árabes em si aconteceram num momento preciso, no qual os efeitos de três décadas de mudanças econômicas, políticas e culturais tinham amadurecido nas sociedades árabes. Muitos fatores políticos interiores e exteriores revelados pelas mídias modernas se tornaram impossíveis de amordazar ou censurar. Sobre as particularidades manifestas na Síria, Majed (2017) comenta que os jovens de 2011 tinham um maior senso de individualidade e dignidade pessoal, escolaridade e possibilidade de mobilidade do que os seus pais ou os seus avós: eles aproveitam, por exemplo, uma rede de transportes muito melhor equipada do que as gerações anteriores, e isso faz com que os jovens tenham contato com outras realidades dentro da diversidade síria, para além da realidade do seu entorno mais cotidiano. Outro fator que o autor destaca tem a ver com a queda da natalidade, o que faz com que os jovens tenham mais tempo e dedicação para as suas individualidades, as suas carreiras e atuações políticas, do que os jovens dos anos 80, 90, 2000. O crescimento das cidades e da mobilidade urbana revelou as desigualdades sociais que o autor também destaca quando faz esta linha do tempo dos anos 80 em diante, e o destaca como sendo um catalisador importante da chamada Primavera Árabe. Ele também chama a atenção para a mudança na demografia, o casamento deixando de ser prioridade para as pessoas e a ação política ganhando espaço. Majed também cita aspectos como o de, nesta época, homens e mulheres passarem a frequentar espaços em conjunto, mesmo com diferentes classes sociais, como resultado deste fenômeno demográfico-cultural. Então a lógica de um certo fechamento dos espaços começa a deixar de funcionar da maneira tradicional e as mulheres passam a reivindicar as mesmas conquistas que os homens. O autor destaca principalmente este último ponto em relação à participação das mulheres quebrando vários mitos, pois existe uma tendência ocidentalista a afirmar que no mundo árabe não há feminismo. No entanto, existe, e foi um ponto chave no desabrochar da revolução síria.

O discurso de Bashar al-Assad de 30 de março de 2011 sobre o início dos protestos, no qual ele depreciou as queixas populares, desiluiu os muitos que queriam que ele usasse a crise para fazer avançar a reforma. Se al-Assad tivesse reagido com concessões democráticas ao invés de repressão, poderia ter resistido à crise e até mesmo ganhado uma eleição relativamente livre. "Contudo, a brutal repressão dos manifestantes pacíficos enfureceu a opinião local e internacional e permitiu que os protestos localizados que exigiam reformas se

transformassem em espiral numa grande revolta que se inclinava para o derrube do regime". (MAJED, 2017, p. 36).

Na maior parte dos países que passaram pela Primavera Árabe, os maiores protestos aconteceram nos grandes centros urbanos. Na Síria, no entanto, os protestos nasceram nas cidades rurais, e sobre este aspecto Majed comenta ser fundamental para entender as particularidades deste movimento histórico na Síria. O autor mostra que existiam as elites rurais e as elites urbanas, entre as quais existia uma rivalidade sectária consolidada após o massacre de 1982 na cidade de Hama. Nesta ocasião, a Irmandade Muçulmana fez uma resistência ao regime, se opondo a essa mudança demográfica pelo êxodo rural-urbano, e o governo reagiu a isso bombardeando a cidade e matando de 10 mil a 25 mil pessoas. Majed assinala que isso foi uma demonstração pública da força do regime sírio, talvez uma das maiores demonstrações desta força contra a sua própria população opositora. O argumento que justifica o bombardeio da cidade pelo exército sírio é o de que as forças sírias foram atacadas pelos rebeldes da Irmandade Muçulmana. Essa é uma demonstração de força que novamente acontece em 2011, e opera como o catalisador na atual guerra da Síria que já dura 10 anos.

Entre 1980 e 2011, muitas gerações sofreram consecutivamente a repressão por parte de um regime que não faz mais sentido. O que aconteceu na Síria, segundo Majed (2017), é que os sírios começaram a se manifestar em 2011 como forma de solidariedade para com os países da África e do mundo árabe. No sul da Síria, no entanto, na cidade de Daraa, jovens estudantes que picharam os muros da escola contra o regime foram presos e torturados. Este eixo de extrema violência por parte do governo fez com que toda essa zona rural fizesse enormes manifestações que rapidamente se espalharam pelo resto do país, desencadeando um movimento que busca por liberdade, justiça e bens ideais que é maior do que fatos singulares. A partir disso, os movimentos surgidos nas áreas rurais se espalharam pelo resto do país incluindo os centros urbanos.

Quando os protestos se desataram no ano de 2011, o regime de al-Assad tinha consolidado uma trajetória no uso de variadas estratégias, como, por exemplo, o aumento dos salários dos funcionários públicos em troca de guardar lealdade ao regime e permanecer omissos sobre os abusos aos direitos humanos. Ao mesmo tempo, por outro lado, uma nova classe industrial urbana também surgiu graças às gestões desenvolvimentistas da família

al-Assad, que se mantinham unidas a uma forte corrupção. Este fato, inclusive, dá origem a um dos maiores *slogans* dos opositores ao regime, "o fim da corrupção". Essa tirania da família al-Assad, de alguma forma, também continuou por conta desse poder baseado na corrupção apontada por Majed (2017).

Este autor diz que em 2011, com a Primavera Árabe na Síria, as pessoas sentiram liberdade de se expressar artisticamente, fato que não acontecia há muito tempo. E esse movimento de liberdade criativa favoreceu que as pessoas fizessem cartas do exílio, poesia, pintura e música relacionada à Primavera Árabe e aos motivos da revolução. Outro tema frequente nas manifestações artísticas foi sobre acreditar na sua liberdade como povo, mesmo tendo que enfrentar a forte repressão por parte do governo, como descreve a seguinte citação.

O excesso de violência utilizada pelo regime em certas zonas rurais e periferias urbanas não se explica unicamente devido a que os objetivos constituíam grupos revolucionários. Assim o governo reprimiu e torturou durante todo um mês aos habitantes de Deraa ou de aldeias de Houran para castigá-los só por ter sonhado com se revelar (do dia 18 de março até meados de abril de 2011) e com o fim de apresentá-las como exemplo para o resto da população do país, para que nem uma quisesse sequer pensar em apoiar ditas regiões por temor de sofrer a mesma sorte. Após o qual o regime estabeleceu uma estratégia de violência preventiva que tinha como objetivo prevenir a extensão das manifestações tomando sistematicamente como um alvo fácil as populações mais pobres. Exceptuando a cidade de Homs, que apresenta uma especificidade confessional (pela sua demografia mixta-sunita y alauita e dada a sua posição no eixo de estradas entre a capital e as regiões do litoral) el Rif (região semi rural) de Damasco, igual que as regiões rurais que contornam Idlib, Hama, Homs, Alepo, na região de Deir Ezzor, alguns bairros de Baniyas e de Latakia, assim como os campos palestinos de Ramal e de Yarmouk, foram desde o começo objetivos de uma violência despiadada. Os habitantes de ditas regiões pertencem a uma classe de "párias" Ali encontram-se os jornalheiros e os pequenos funcionários das cidades, nestes locais se procuram as mulheres que fazem o serviço doméstico, os camponeses, os pequenos comerciantes de legumes. E como a maioria deles estão apegados ao modo de vida rural, como eles vestem roupas tradicionais, resulta surpreendente vê-los se revelarem pela sua liberdade e dignidade. Como tais pessoas poderiam se manifestar por valores "modernos" e considerados como "ocidentais" como um aspecto tão pouco de acordo com a ideia que se faz sobre a "modernidade"? Pior ainda, com qual direito reclamavam a liberdade, umas pessoas tão conservadoras e tão submissas aos detentores do poder?. (...) vítimas da mais flagrante injustiça social não tem importado nunca para a nova classe dominante(...) Não era raro ouvir a estes últimos reprochar as vítimas por ter atraído a suas próprias desgraças ao se revelar. (MAJED, 2017,p. 36).

Um dos pontos mais importantes destacados por Majed (2017) é a divisão da Síria entre uma sociedade rural e uma sociedade urbana. O autor aponta que nas três décadas desde 1980 até 2010, o setor agrícola e industrial foi sendo abandonado em prol do setor de serviços e inovação mais urbanos. Isso gerou uma taxa de desemprego de 24% entre os jovens, sendo

que no resto do mundo a taxa de desemprego nesse ano era de 12%, ou seja, a Síria apresentava uma taxa de desemprego entre a população jovem duas vezes maior que a taxa de desemprego dos jovens pelo mundo. O autor também fala do acesso a internet por parte da população, e destaca que os próprios cidadãos eram os jornalistas, colocando na mídia a repressão da qual estavam sendo vítimas e tornando a revolução síria um movimento que não podia ser calado, uma vez que as pessoas faziam *lives* das manifestações e mostravam o que estava acontecendo para o mundo inteiro. O autor cita que as manifestações de 2011 mobilizaram a solidariedade dentro do mundo árabe de uma forma que só se compara às festas religiosas e às torcidas de futebol, comentando que as manifestações bem organizadas eram precisamente organizadas pelas torcidas de futebol, que, em alguns casos, levantaram o uso da antiga bandeira da Síria da época pré al-Assad, aquela com franjas verdes. Os que são pró regime, ao contrário, mantêm o uso da bandeira oficial desde o governo al-Assad, com franjas vermelhas⁹. Sobre a diversidade de pessoas que compõem a revolução Síria, Lara comenta:

Os rebeldes também são bem, bem misturados assim, vem de várias cidades e de várias etnias assim, e eu acho que isso não foi tão legal porque ainda não conseguiram chegar num acordo, tipo, ainda a gente não consegue substituir o presidente porque ainda não tem uma outra ideia (...) nunca chegaram em nem um acordo assim, porque vamos pensar, tem uns muçulmanos mais rígidos que querem o poder para uma... Tipo, um parte de religioso; tem os mais liberais que querem uma Síria melhor, os mais educados e tal; tem os que querem mais dinheiro, e são tipo “tira esse daí porque eu quero estar lá roubando”, entende? Então, há várias coisas misturadas; tem também gente que fala “a gente quer a liberdade na Síria, mas não quer a liberdade da mulher”, entendeu? Todo mundo saiu assim gritando “liberdade”, mas, ao mesmo tempo, o mundo árabe ainda não tem ideia do que é liberdade no mundo árabe (ri), entendeu? Essa parte assim, eu acho que eles queriam era a liberdade política; e ao mesmo tempo tem a gente, que queremos a liberdade toda, que não dá para dividir ela. (Lara, 2020).

Lara e Amin,¹⁰ os interlocutores, são um casal jovem, ambos têm cerca de trinta e dois anos, chegaram ao Brasil em 2016 com o visto de refúgio que tinham conseguido no

⁹ Até 1945 a Síria era um protetorado francês, época em que a bandeira tinha as faixas verdes. Quando a Síria se torna independente, passa a ser governada por elites progressistas (1945-1963) que acabam quando o partido Baath faz o golpe de Estado e fica no poder de forma permanente. Naquela época, anterior ao golpe, o país apresentava problemas de desigualdade social, porém não era um período autoritário, tornando-a uma época nostálgica para quem se opõe ao regime al-Assad.

¹⁰ Nomes fictícios.

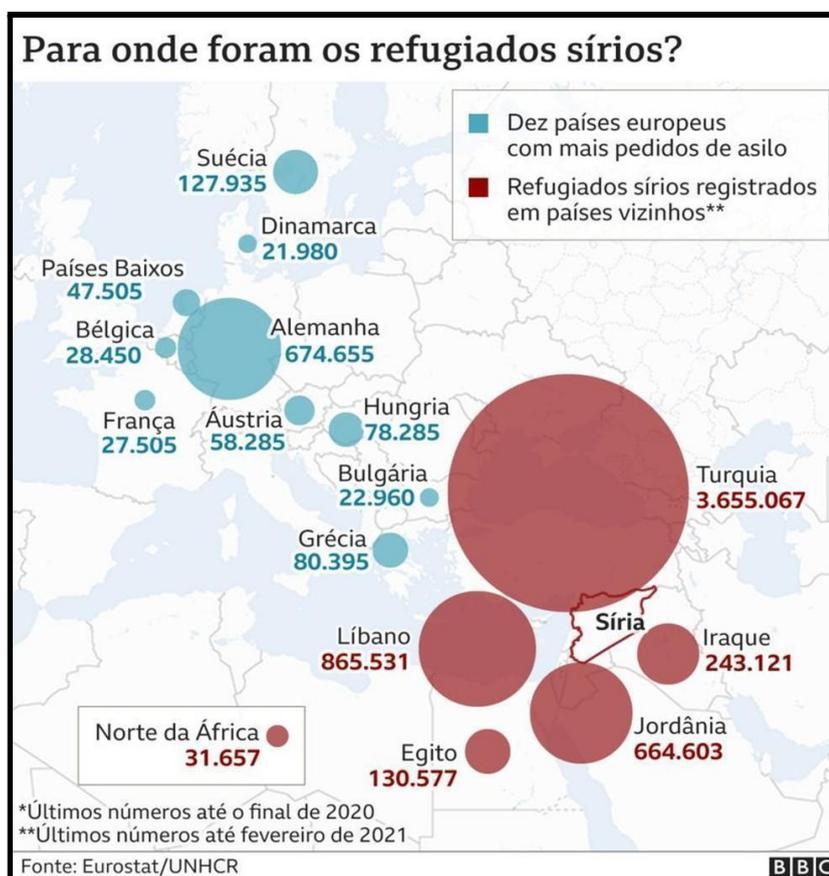
consulado brasileiro no Líbano. Vieram em avião direto da Síria, moraram dois anos em São Paulo e em 2019 se mudaram para Florianópolis, onde eu os conheci. Lara é de Latakia, uma cidade litorânea onde se encontra localizado o principal porto da Síria (SYLTKA) a sua família de religião *alawita*, de classe média, morava na casa dos seus pais junto com a sua irmã mais nova, o seu irmão mais velho tinha casado e morava perto com a sua esposa. Em *Latakia* (a sua cidade natal) Lara tinha estudado piano e odontologia, trabalhava como dentista no consultório que o seu pai lhe havia presenteado após ter se formado. Morava com os seus pais e a sua irmã mais nova. O seu irmão mais velho era casado e morava próximo da família. O seu pai trabalhava como professor de matemáticas na *Tishreen University* (Universidade Pública de Latakia) e a sua mãe trabalhava como dentista no seu consultório. Lara comenta que a sua família tinha uma situação econômica confortável antes de 2011 e viviam bem, mas nos últimos anos, após ter começado a guerra, o custo da vida foi aumentando e a moeda local foi se debilitando tanto que os salários dos seus pais conseguiam com cada vez mais dificuldades cobrir as contas do mês.

Amin é de Salamiyeh, uma cidade histórica e um centro agrícola, com uma economia baseada na agricultura. Esta cidade fica no estado de Hamah, e entre 2012 e 2017 a cidade aumentou a sua importância estratégica com o desenvolvimento das linhas de frente na Guerra Civil síria, pois ficou numa posição intermédia entre as cidades que eram controladas pelo governo e as zonas controladas pelos rebeldes. A família de Amin é de religião sunita e é composta por seus pais, três irmãs e um irmão; o seu pai trabalha como alfaiate e a sua mãe como dona de casa. Quando conheceu a Lara, em Latakia, Amin morava com amigos, cursava os últimos anos da faculdade de enfermagem, e trabalhava como garçom num café (local onde se conheceram, ele trabalhando e ela frequentando como cliente). Na época, uma das suas irmãs já tinha migrado como refugiada para a Holanda. Amin comenta que era complicada a situação na sua cidade, e a sua família enfrentava cortes de recursos básicos por parte do governo com frequência. Nesta mesma época, foi chamado para o serviço militar no exército do governo e já namorava a Lara por um ano. Durante todo o tempo da sua relação pensaram muitas vezes sobre a possibilidade de sair da Síria, mas quando ele foi chamado para a guerra entenderam que era o momento de partir. Sabiam que se ficassem no país, Amin teria que se esconder, pois ele tinha decidido não lutar na guerra, como ele mesmo comenta: "não iria matar pessoas que pensavam igual que ele". Após terem decidido emigrar (como refugiados)

Amin e Lara se casaram e venderam o consultório dela, juntaram toda a sua reserva financeira e após dois meses desta decisão chegaram na cidade de São Paulo, Brasil.

Por motivos decorrentes da guerra na Síria, os interlocutores foram forçados a se deslocar para fora do país procurando liberdade para viver, e como a maioria das pessoas nesta situação, solicitaram refúgio por motivos de “grave e generalizada violação de direitos humanos” (ACNUR, 2019). No quinto relatório do ACNUR, “Refúgio em números”, do ano de 2020, estima-se que 6,6 milhões de pessoas sírias encontravam-se em refúgio no mundo. A figura 1 demonstra as principais rotas migratórias, entre as quais o Brasil não é considerado porque até então é um destino comparativamente muito menos conhecido e mais distante.

Figura 1: Para onde foram os refugiados sírios?



Fonte: BBC, 2021.

Começo descrevendo a minha primeira aproximação com imigrantes sírios no Brasil porque, como muitas outras pessoas, nos aproximamos do estudo sobre refúgio primeiro a partir do contato com o contexto da guerra que motivou a migração forçada. Quando se fala

sobre refúgio enquanto *status* migratório em artigos na mídia ou nas revistas acadêmicas, se faz alusão recorrente ao contexto que o antecede. E ao refletir sobre o meu primeiro contato com Fátima e Aziz, vejo também neste encontro uma primeira aproximação permeada pelo olhar para a guerra, o qual, no estudo desenvolvido com os interlocutores Lara e Amin, consideramos de maneira indireta, pois demos prioridade à observação de sua experiência de vida morando no Brasil.

2.3. DESLOCADOS

Inevitavelmente, de uma ou de outra, a guerra vem à tona constantemente numa espécie de experiência dividida entre estar aqui em refúgio e estar lá no meio da guerra ao mesmo tempo, como viver num tempo atravessado por duas dimensões acontecendo em paralelo, mas se entrecruzando cotidianamente:

Na guerra não tem outra percepção, assim, porque guerra é guerra, mesma coisa vai acontecer com todo mundo, não tem outra percepção, todo mundo perdeu um parte da família, perdeu casa, tinha que sair obrigatório da cidade ou do país, em qualquer lugar do mundo, a guerra é guerra, se for no Chile, assim, desse jeito, vai acontecer a mesma coisa, assim, as pessoas vão passar a mesma coisa, às vezes vão passar fome, às vezes cai a economia, às vezes, tipo, cai bomba na casa, então, a guerra, ela tem aquela cara, então... (Amin, 2020)

Na citação, Amin tenta sair do assunto de maneira gentil, e, ao mesmo tempo, gerar intimidade ou um ponto comum para poder conversar sobre isso, e neste exercício demonstra como os nossos lugares são distantes em relação à própria experiência de vivenciar uma guerra, que até agora eu só assisti “de camarote”. Daí a sua contra pergunta: “como é falar de uma guerra que está acontecendo onde ainda tem parte da minha família?”

Ainda tem gente lá tentando sobreviver, mas, tipo, a guerra já faz 10 anos, tem gente que saiu desde o primeiro ano, tem gente que saiu no segundo. Depende se ele está conseguindo algo para ficar, mas quem já fechou todas as portas na frente dele e não pode estudar nem trabalhar, tem que servir militar ou tem um caso que ele não pode resolver, claro que ele vai sair, então depende das pessoas também, tipo, tem gente que tem grana, muito, então para ele é de boa, e ele está vivendo numa cidade segura, então ele não tem nenhum motivo para sair, mas tem gente que é pobre e ele está morando numa cidade que é cheia de bombas, então teve que sair, muito depende, depende, não tem como falar é isso, mas para mim foi isso, tem que servir

militar mesmo ao governo, defender o governo, e claro que não vou, mas além disso, talvez ficaria mais, mas com certeza que vou sair, mesmo que eu não tivesse que servir militar. Mas eu tentei ficar trabalhando, mas hoje em dia falo com os meus amigos que estão lá e ninguém está trabalhando e ainda ninguém pode viajar porque já fecharam as portas assim por causa da Coronavírus e ficou mais difícil de viajar, então, mas a maioria saíram, claro (...) depende da situação que está passando, tipo meu pai e minha mãe não tem nada muito necessário para deixar, minha cidade não foi muito segura, mas também não foi tipo todo dia bombas assim, então daria para aguentar, tipo minha irmã e o marido dela, também não tem aquele necessidade de sair, então só, quem tipo ficou sem casa, quem tem que servir militar, quem realmente ficou sem dinheiro para comer, assim e ele saiu de qualquer jeito, então, é isso, depende de cada situação que cada pessoa está passando (...) Quem não saiu ainda é porque nenhum deles vão ter uma coisa muito necessária de sair, tipo o irmão dela (a sua esposa) é o único homem, então não é prioritário de servir militar, então ele ficou, mas se for, tipo, chamado assim para servir, ele vai viajar para não servir, então quem ficou foi tipo mulheres, meninas, velhos, porque estou falando o caso de servir militar, todas as pessoas contra o governo que foi chamado para servir militar eles saíram, e os velhos é quem mais perderam assim a vida deles mesmo, aí vem bomba no bairro e destrói todas as casas e morrem amigos e morrem a maior parte da família, então ele vai viajar, ou não tem nem um lugar para ficar e ainda com aquela tristeza, então ele vai sair e começar uma vida nova. (Amin, 2020).

Como propõe Amin, na maioria dos casos de deslocação em massa - mesmo em situações extraordinárias - há pessoas que não se deslocam. Há pessoas que ficam, que permanecem no local por qualquer razão. Em alguns casos, ficam porque não têm nada a temer, ou porque não pertencem a uma categoria marcada para perseguição. Mas não estariam eles ligados às pessoas que fugiram? Como propõe Lisa Malkki (1995) em muitos estudos sobre refugiados, há uma suposição implícita de que ao serem “arrancados” das suas culturas, “desenraizados” das suas casas, os refugiados sofrem a perda de todo contato com os locais de onde fugiram, como se o lugar deixado para trás já não fosse povoado. Como apontam os interlocutores, no entanto, o contato com aqueles que ficaram permanece.

O local-familiar que ficou distante faz emergir o estado atual de deslocamento e o define por oposição. Como se o “estar aqui” fosse apenas a forma de enunciar “eu não estou lá”, como se a única definição possível fosse o “não estar lá”. Ou seja, o deslocamento é o que conecta o refugiado à sua trajetória de vida e define as suas experiências atuais, como se estas experiências não pudessem ainda ser definidas por si mesmas como propriamente um “estar aqui”. No sentido proposto por Homi Bhabha (1998), isto quer dizer que os interlocutores entendem a sua condição migratória a partir de um lugar intersticial, e, na sua reflexividade, eles descrevem a sua experiência migratória a partir de um “entre-lugar”, um espaço de fronteira, de contatos interculturais, cujas características resultam do cruzamento de

referências, de contestações políticas e da construção de novas estratégias de sobrevivência, tornando possível a integração das suas experiências num lugar limiar entre a Síria e o Brasil.

Por outro lado, esta experiência tem a ver também com as noções de movimento simultâneo e transmigrante, propostas por Peggy Levitt e Nina Glick Schiller (2004), dado que cotidianamente nutrem relações afetivas com aqueles que ficaram no local de origem, gerando uma simultaneidade no vínculo. Então, mesmo que as pessoas mudem de opinião dependendo do seu contexto, e nestas escolhas se distanciem ou se aproximem da expectativa da assimilação plena ou da completa conexão transnacional, elas acabam por se dirigir para uma mistura das duas. Ou seja, a simultaneidade descreve a situação de enclave entre dois sistemas jurídicos e regulatórios, razão pela qual os interlocutores têm uma maior integração ao campo social transnacional como um lugar permanente. E esta transnacionalidade obrigatória, que costumeiramente chamamos "migração forçada", é, na realidade, uma expulsão, como propõe Saskia Sassen (2016). Não há definição explícita para o que seja expulsão, seu sentido é quase autoevidente – é não fazer parte, é ser mandado embora, não mais existir no espaço da vida:

[...] expulsões – de projetos de vida e de meios de sobrevivência, de um pertencimento à sociedade, e do contrato social que está no centro da democracia liberal. Isso significa mais do que simplesmente mais desigualdade e pobreza. Em minha leitura, trata-se de um problema que ainda não é inteiramente visível e reconhecível. (SASSEN, 2016, p. 32) .

Para nós é a realidade, não é só virtual, é pela tela que eu vejo, chega pela tela, mas é a nossa realidade, porque a gente sente que assim viajamos e estamos lá ainda, lá e aqui (...) Mas aí fica, fica brava, fica depressiva, isso, para de trabalhar para ficar pensando, fuma muito, só fica processando, não pode fazer nada, porque não está no seu alcance, tipo, é isso o que pode fazer, falar mais com a família, conversar mais com amigos aqui, para, tipo, ter outro assunto, e mais nada. (Lara, 2020).

Lara, como muitas pessoas que se tornaram refugiadas, sofre profundamente por aquelas pessoas que têm sido torturadas, violadas, aterrorizadas, espiadas, atacadas militarmente, separadas de amigos e famílias, e frequentemente, por terem sido deixadas vivas para testemunhar a morte. Se estas experiências não tivessem efeitos espirituais ou psicológicos sobre as pessoas, isso seria algo a ser questionado, no entanto não devemos assumir que o estatuto de refugiado em si mesmo constitui uma condição psicológica reconhecível e generalizável. Ou seja, como propõe Lissa Malkki (1995) não podemos

assumir *a priori* uma desordem psicológica ou a doença mental como um axioma, nem podemos pretender saber, a partir do simples fato de refugiar-se, as verdadeiras fontes do sofrimento de uma pessoa.

Como expressa Lara, o “estar longe de casa” gera diversas angústias, decorrentes do fato de estar lidando com um conjunto de questões empíricas. E espaços de “realidade virtual”, como as telas de celulares, computadores ou TV, não são propriamente virtuais ou elementos isolados. Eles, bem como a informação que veiculam, são, em si, experiências corporificadas, porque o corpo de Lara, por exemplo, não distingue se a mensagem ou o evento está acontecendo ao vivo ou está sendo veiculado pela *internet*. O corpo reage da mesma forma e processa emocionalmente estas experiências contingentes.

Segundo a análise de trajetória de Gomes (2002), “a categoria temporal representa um eixo central da abordagem da realidade”. Outro aspecto da categoria de trajetória destacado pela autora é a associação intrínseca desse conceito com o de transição, já que “ambas representam linhas temporais entrelaçadas no curso da vida pessoal” (GOMES, 2002, p. 32). Ela explica que as trajetórias consistem em percursos temporais de mais amplo espectro, enquanto as transições correspondem a um espectro temporal mais curto, já que apontam para o momento de mudança que se expressa no processo temporal correspondente ao intervalo entre esses estados.

De forma similar ao vínculo que existe entre o “estar aqui”-“estar lá”, cabe assinalar que quando os interlocutores falam de guerra, estão se referindo alternadamente à ditadura que rege o país. Ou seja, ao mesmo tempo em que se trata de uma guerra da qual participam agentes externos à Síria, existe também uma guerra interna do próprio governo contra a população civil, expressa em diversas formas de tortura sistemática, que vão desde o corte de recursos básicos, como o acesso à água e alimentos, até a morte em prisões estatais. E cujos efeitos de perseguição ultrapassam as fronteiras do país, alcançando os sujeitos nas latitudes distantes dos lugares de exílio.

Fala-se em deslocamentos como uma forma de definir o estar em refúgio, e não se fala em migração porque migrar se refere a um projeto que não impede necessariamente o retorno de quem sai, mas o deslocamento implica uma perseguição que atinge as pessoas mesmo longe do país de origem, o que acentua ainda mais nos refugiados a procura, ao mesmo tempo, por liberdade e anonimato. Diferente de quem migra por escolhas que não envolvem

dita perseguição e podem a qualquer momento regressar para visitar a família, quem vive em refúgio tem, na maioria das vezes, esta possibilidade obstaculizada ou sujeita a diversas estratégias para driblar esta condição. A oportunidade de estabelecer redes de apoio com os seus conterrâneos também fica restrita.

Eu estou sempre sendo vigiada, qualquer pessoa da Síria está sempre sendo vigiada, pelas pessoas da Síria, pela família, pelos amigos, pelas pessoas que você conhece que te seguem e pensam de outro jeito, porque tem muita gente contra qualquer coisa que você fala, e sei lá, dá muito medo às vezes, tem muita coisa que eu sei que se eu postar pode chamar a atenção, e aí eu lembro da minha família e eu nem falo e não vou arriscar, mas tem momentos em que eu me arrisco, sim, e aí eu recebo várias mensagens, tipo aquele dia, sei lá, sem eu falar nem nome de ninguém e já recebi várias mensagens do tipo “Lara tira isso, a sua família está lá, você não pode fazer isso”, bem assim, sabe? então eu sempre penso assim, a realidade é outra, é dura também, e se minha ideia não mudar nada, então para que arriscar a minha família, para só falar (...) Eles do governo olham e falam, ela escreveu isso, e logo escreve uma carta para polícia e já não volta mais, eles falam você não volta mais para seu país, aí você é refugiada de verdade para sempre (Lara, 2020).

As experiências de expulsão descrevem táticas de sobrevivência perante uma perseguição que ameaça a vida, e a migração gera a possibilidade de morar em outro país no amparo jurídico do *status* de refúgio. No entanto, na maioria dos casos, este estado migratório torna-se permanente, pois muitos nunca voltam a morar no país de origem. Quando Lara usa a expressão “refugiada de verdade para sempre”, ela está declarando que para ela a experiência de estar refugiada se define pela obrigatoriedade de morar fora do seu local de origem, e que esta obrigatoriedade só acaba quando ela puder voltar para Síria e o país não estiver mais em guerra. A expressão, portanto, também conta que ela nunca vai ser brasileira. Assim, questões que teoricamente também se associam diretamente à migração, neste caso não procedem, como, por exemplo, a possibilidade de fazer redes com os seus pares sírios que se encontram morando no Brasil, pois esta possibilidade está condicionada ao contexto migratório e implica restrições seletivas.

A gente encontrou uns amigos que pensavam do mesmo jeito, trocamos ideia, que procuravam as mesmas coisas, então deu sorte. Mas não tinha essa proximidade assim, mas também eram recém chegados, ao mesmo tempo que a gente chegava, tipo, um mês antes, um mês depois, então todo mundo estava sofrendo do mesmo jeito, então isso também conecta a gente. (Lara, 2020).

A rede pode estar formada por pessoas com as quais se tenha estabelecido vínculos no Brasil. Estas redes representam também espaços onde as memórias, narrativas, experiências e estratégias se organizam de acordo com certos referentes coletivos próprios da rede, dependendo do contexto no qual a pessoa desenvolve o seu cotidiano e as estratégias para agenciar a sua experiência de refúgio. A forma com que os interlocutores descrevem a rede pode se associar à definição que Alain Caillé (1998) faz sobre este conceito:

A rede é o conjunto das pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade, mais do que em relação aos que estão fora da rede, em todo caso. A única coisa que falta a priori nessas análises é reconhecer que essa aliança generalizada que constitui as redes, atualmente, como nas sociedades arcaicas, só se cria a partir da aposta da dádiva e da confiança. (CAILLÉ, 1998, p. 14).

Regina Tanuri (2010) afirma que mesmo com a presença da coerção, no fundado temor de perseguição, como pode ser o caso estudado, a rede tem um importante papel na possibilidade de compreensão do processo de inserção social entre os refugiados, que, por medo de continuarem a ser perseguidos, continuam de certa forma se escondendo e vivendo em meio a uma lógica de silêncio e invisibilidade. Assim, os interlocutores salientam que vêm com certo receio os seus pares e tomam vários resguardos, por temor a represálias aos seus familiares que ainda moram na Síria ou até em relação a eles mesmos aqui no Brasil.

A gente está encontrando árabes num lugar novo, então essa é outra relação, é o que vai decidir essa relação e a amizade que você vai fazer, talvez vamos encontrar com uma outra família síria mas eles pensam de um jeito diferente, então melhor ficar longe ou não bater papo com isso porque vão entrar muitas brigas, muitas ideias diferentes, então, eu não falo que eu não quero árabes na minha vida, eu não tenho problemas se ele, tipo, me respeita, respeita as minhas ideias, e a cabeça dele é aberta, mas isso não só com árabes, isso com todas as pessoas. (Amin, 2020).

As palavras de Amin, o marido de Lara, confirmam também que a formação de redes entre conacionais da Síria que se encontram morando no Brasil em situação de refúgio, ao contrário do que propõem a maioria dos estudos sobre migração, neste caso se vê afetada pelas circunstâncias de perseguição que caracterizam as motivações da migração. Ou seja, trata-se de uma imigração com conflitos étnicos/religiosos que alcançam os migrantes no seu lugar de destino, motivo pelo qual na maioria dos casos os interlocutores evitam o contato

com seus pares. Nesse sentido, os refugiados que não são de religião muçulmana normalmente não se aproximam das comunidades árabes conformadas desde antiga data, de instituições como mesquitas ou clubes, e acabam por fazer amizade antes com brasileiros do que com seus conterrâneos. E entendendo que há diferentes formas de pertencimento, neste caso o pertencimento nacional não parece tão significativo como aspectos étnicos ou religiosos, dado que a Síria é um país socialmente muito diverso e que se encontra polarizado pelos efeitos de uma guerra civil que envolve temas político-religiosos. Assim, também fica mais evidente a importância dos aspectos que descrevem a relação entre os interlocutores e a sociedade de acolhida.

Na busca por conhecer as experiências de vida de pessoas de origem síria que aderem à condição de refúgio no Brasil, e também por respeito ao receio que as próprias pessoas têm de falar sobre o vivido no país de origem, tenho deixado num espaço introdutório o que diz respeito ao contexto onde se originam estes deslocamentos, para dar foco à experiência cotidiana de fazer a vida no Brasil (Florianópolis), considerando sempre, no entanto, que este “estar aqui” é uma definição de mão dupla e que se compõe também do “estar lá”.

2.4. POR QUE VOCÊ AQUI E AGORA?

Ao falar de “refúgio”¹¹, coloca-se em tensão a própria condição humana numa fronteira cotidiana entre o deslocado e o local de maneira tão normalizada que parece invisível, mas que em muitos momentos se apresenta como um choque cultural que acontece sempre aqui e agora, onde a presença de quem “vem de fora” conversa com as estruturas “locais”, e a negociação da sua presença, entrada e permanência acontece para o deslocado a partir de um lugar inferior na hierarquia de poder, onde deve responder ao local: quem é você?, e a partir daí negociar o lugar no convívio cotidiano.

No entanto, a pergunta: “por que você aqui e agora?”, como se enuncia nesta pesquisa, propõe considerar a trajetória, ainda que também deixe implícita uma certa negociação do porque nós (sociedade brasileira) deveríamos acolhê-los/as. Não no sentido de assimilá-los/as

¹¹ Fala-se em refúgio entre aspas por ser um conceito que neste estudo é questionado e interpelado constantemente, e cuja definição está em tensão.

aos locais, mas sim de reconhecer quais as possibilidades e a partir de quais lugares a proximidade entre o local e o deslocado é efetiva.

Quando pergunto aos interlocutores, Lara e Amin, num fio comum, “por que você aqui e agora?”, estou propondo a eles um espaço de escuta para a narrativa sobre a própria experiência de estar no Brasil e de se aproximar dos brasileiros. Isso não requer uma linearidade e nem uma justificativa, pois a busca não é a de uma narrativa exaustiva. Entretanto, quando questionados, os interlocutores acabam achando um ponto de encontro com quem faz a pergunta, como aconteceu na fala de Amin, anteriormente citada, ao me questionar sobre como seria para mim pensar numa guerra acontecendo no Chile, por ser eu quem tenho o poder da escuta e de contar uma história sobre quem fala.

Quem narra a própria experiência tem por sua vez o poder de transformar a pergunta: por que você está aqui e agora? numa história, e até numa nova história sobre si mesmo. Nesse sentido, para os interlocutores, falar da guerra é como falar de um fracasso, de uma perda, ao passo que a experiência de vida em refúgio, ou o que remete ao cotidiano, ao local onde “o cuidado da vida se faz possível” (NIETO e LANGDON 2018, p. 141) traz para o presente o lugar da conquista, do ganho, da resistência-dignidade. É na compreensão da relação entre ambas experiências, no entanto, que encontram a forma de nomear o que significa para si estar em refúgio no Brasil. Como propõem as autoras recém citadas, existe na atividade narrativa um potencial mecanismo para refletir, ressignificar e reelaborar os sentidos dos eventos críticos, permitindo com que quem narra possa, neste ato, “retomar um sentido de agência diante das circunstâncias adversas.” (ibidem, p. 141).

De acordo com ditas autoras, entendo que o exercício de narrar, se nasce das experiências dos interlocutores, também as organiza, tanto no âmbito do vivido quanto no âmbito das estratégias resolutivas dos acontecimentos do cenário atual. No entanto, esta pesquisa tem me mostrado os limites da teoria, pois quando se tem em consideração o significado que os interlocutores dão para a intimidade (entendendo que ela é fundamental para conversar sobre estes temas) a interlocução se torna um exercício bem delicado. Pudores mútuos e preocupações morais se apresentam e tornam a narrativa uma sequência dos rumos escolhidos para descrever uma certa realidade, que nunca é aquela lá de fora, mas a exposição de uma leitura interna de cada interlocutor. Isso, por sua vez, demanda a responsabilidade de

reconhecer os limites permitidos pelos interlocutores para mergulhar em experiências com componentes de trauma.

Para falar a verdade não é para não falar, estou falando, eu estou falando, mas é que eu fiz bastante entrevista e percebi que depois de um tempo de entrevista, que você está falando, isso está ficando na cabeça, tá ficando no seu pensamento, tipo, agora eu estou falando e estou curtindo, a gente está trocando ideia, mas quando eu for dormir, na minha cabeça essa conversa que a gente está tendo aqui, entendeu? tipo, acordo de manhã as ideias estão rolando lá, então senti um pouco pesado na vida, tipo tristeza, que não sei o que, família longe, então isso fica rolando, então por causa de não gosto porque ao mesmo tempo estou falando mas estou lembrando, entendeu? E isso dá efeito daqui pra frente, não é na hora, vou sentir mal, assim, eu estou falando a história, mas vai perceber assim, direito das ideias ficarem rolando na cabeça. (Amin, 2020).

Amin me alerta para a responsabilidade e a sensibilidade que implica questionar o interlocutor sobre um lugar de trauma, pois tentar conhecer a sua experiência de vida no Brasil implica falar de um cotidiano em que o que se enuncia como passado está compondo o presente. Neste alerta, ele me convida para a possibilidade outra que é falar do humano ao invés de falar do humanitário. Ou seja, a de conhecer a narrativa sobre a vida de alguém a partir do lugar da sensibilidade e da intuição e, ao mesmo tempo, e talvez por isso mesmo, de se situar como alguém que não viveu o que eles viveram, reconhecendo que não posso falar do estado de refúgio. Eles, sim, podem.

Como propõe Santinho (2016), nos últimos anos as ciências sociais têm questionado as propostas normativas produzidas no campo jurídico, e têm destacado a necessidade incluir na produção das normas e leis as narrativas dos indivíduos sobre as suas experiências de vida, como informações legítimas para a produção das normas e leis relativas à mobilidade e acolhida que os afetam diretamente. Cabe ter um especial cuidado com relação às diferenciações porque, ao “conceptualizar de forma diferenciada migrantes, imigrantes forçados, e refugiados, estamos atribuindo classificações hierárquicas que na realidade são mais complexas do que aparentemente se possa julgar.” (SANTINHO, 2016, p. 65). Por tanto, chamar Lara e Amin de refugiados tem a ver com a forma em que eles se autorreconhecem, e a partir daqui também se propõe, neste estudo, conhecer o que esta autodenominação significa para eles, ou como se apropriam dela.

Hannah Arendt, em seu texto “Nós, os refugiados”, escrito originalmente em 1943, dialoga sobre o termo a partir de outra perspectiva: a da refugiada que não se reconhece no termo que lhe é imposto. Diz a autora:

Em primeiro lugar, não gostamos de ser chamados “refugiados”. Chamamo-nos uns aos outros “recém-chegados” ou “imigrantes”. Os nossos jornais são jornais para “americanos de língua alemã”; e, tanto quanto sei, não há e nunca houve qualquer clube fundado pelos perseguidos por Hitler cujo nome indicasse que os seus membros são refugiados. (ARENDR, 2013, p. 7).

Na citação, a autora faz referência precisamente àquela experiência de invisibilidade, de apagamento, a começar pelo rótulo que recebe e que faz com que toda a sua história antes da imigração e sua subjetividade sejam apagadas, fazendo com que seja apenas reconhecida pelo termo em questão e o resto se torne invisível. Quer dizer que a sua trajetória de vida e as narrativas e reflexões sobre a natureza das suas experiências no país de acolhida ficam subordinadas perante a preponderância das definições jurídicas que a distinguem como refugiada. Recolhendo esta observação, conhecer as narrativas dos/as interlocutores/as sobre as próprias experiências de refúgio implica um esforço em trazer a singularidade e a originalidade da experiência etnográfica para o centro da reflexão.

Estar refugiada é uma condição também, tipo posso ser Síria, mas não, eu sou refugiada Síria, entendeu? Você sente isso também quando as pessoas te tratam, assim, a empatia que você sente, mesmo sendo legal mas as vezes tipo, puts, sempre te lembra que você é... E assim, as conversas que não acabam sobre a situação lá, e tal...E assim, a gente passou um tempo assim não querendo ser esse estado, tipo, “não, a gente não é refugiados!”, “não, a gente veio aqui escolhendo”, mas depois quando as coisas começam a não dar certo, quando você não tem tanta força assim, e você olha assim... Não... Tá, eu preciso acreditar nisso, porque tipo várias coisas não iam acontecer comigo se eu estivesse no meu país, entendeu? ou seja, eu teria muito mais ajuda da minha família se o país não estiver em guerra, eu não ia ficar a maioria do tempo preocupada porque eu estou bem longe e nem sei quando volto, então tem várias coisas relacionadas à situação de refúgio que às vezes a gente fica negando, mais é isso, tem que acreditar que você é, e já era... Mas essa é uma parte de nós mesmos que nem quer acreditar que começou a guerra na Síria, entendeu? A gente está ainda em aquele momento e ainda não dá para acreditar que tudo isso aconteceu, nossa! passaram 10 anos, como é que passou assim. É assim, tentar negar a guerra é junto com tentar negar o estado de refúgio. (Lara, 2020).

No questionamento que Lara faz sobre a sua própria condição de refugiada e sobre a sua busca por uma identidade social, tenta compreender a partir de onde ela pode interagir hoje?, quais as possibilidades de se apresentar segundo as suas atuais condições cognitivas e

afetivas?, que podem ser particulares, pouco controladas e projetadas como valias para explicar certas reações e comportamentos.

Eu vi várias pessoas celebrando com refugiados, refugiadas, sorrindo e foto e não sei o que, tinha até shows marcados para tocar no dia dos refugiados. E gente, é realmente um momento de chorar e ficar em casa e pensar nas coisas como aconteceram, tipo, não é para assistir um show online de pessoas refugiadas tocando, e nem é para refugiado tocar, não sei, tipo, um silêncio talvez, e disse “ah sim é um dia para a gente lembrar”, sim, mas a gente não lembra esse dia com música eu acho, porque é algo muito mais profundo que não tem a ver com música, é morte, é sangue, é muita gente sofrendo, é gente que sei lá se vai querer uma comemoração, entendeu? Então dá muita raiva assim, então não sei, imagina uma pessoa com muito mais trauma na vida tipo, mas assim chega sabe, esse é um momento na vida em que a verdade é verdade, e não dá para fingir outra coisa para parecer que eu sou uma pessoa em paz, eu não sou uma pessoa em paz, não posso deixar as coisas passarem assim, entendeu? tipo é uma coisa que acontece é que eu acho bem ruim, e tudo bem, eu acho desculpas para muita coisa, mas eu posso ficar braba também, porque é algo que te toca assim, bem dentro. (Lara, 2020).

Perguntar aos/as interlocutores/as sírios/as pela forma como vivem no Brasil significa também perguntar pela forma como eles se autorreconhecem. Nesse sentido, significa também perguntar sobre o sentido do *status* de refúgio, ou sobre qual o lugar dado a este *status* para negociar a agência das suas identidades (como sírio/a, refugiado/a). Implica ainda questionar os espaços pelos quais transitam e dos quais participam, observando para isto as redes de que formam parte, os locais de trabalho, a moradia, o uso de espaços públicos e o acesso a serviços (de saúde e educação).

Isso é o que Jeffrey Lesser (2001) denominou de negociação de identidade: as articulações que os imigrantes fazem na busca de uma posição mais privilegiada na hierarquia social, a partir de investimentos simbólicos que diluam o caráter depreciativo de suas identidades, concedendo a estas sentidos mais aceitos e valorizados. Com isso não estou me referindo a uma homogeneidade entre os árabes no Brasil, mas sim às estratégias para se representar em diálogo com os estigmas criados em torno deles e da sua origem.

Entendo que as narrativas não são apenas formas de se posicionar perante os outros. São também modos de se colocar perante si mesmo, daí o estreito vínculo entre narrativa e identidades em processos nos quais são negociados o acesso a direitos sociais e à ocupação de determinados espaços nos diversos âmbitos da vida, no público e no privado (redes sociais, locais de trabalho, moradia, lazer, saúde, etc).

3. ESTADO DA ARTE

Este capítulo se dedica à revisão bibliográfica. Nela, encontram-se diversos textos que acentuam a histórica migração de sírios e libaneses para o Brasil. Destaco estes escritos porque constantemente são citados nos textos acadêmicos mais atuais sobre o tema para contextualizar a sua presença e inserção social no decorrer dos últimos dez anos. Nesse sentido, muitas vezes os autores que citarei neste capítulo propõem a hipótese de que esta tradição migratória possuiria precedentes que poderiam de certa forma facilitar a inserção social dos que chegaram na última década (2011-2021).

3.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA PARADOXAL ACOLHIDA DE IMIGRANTES SÍRIOS NO BRASIL

Sobre a tradição da migração da Síria para o Brasil, no livro “A negociação da identidade nacional” (2001), Lesser expõe as formas pelas quais os imigrantes não europeus, no caso, sírios, libaneses e japoneses, tentaram definir seu lugar dentro da identidade nacional brasileira e as reações a essas tentativas. Historicamente isso tem colocado em tensão os conceitos de assimilação de representações sobre o que se entende por nação brasileira.

Uma constante histórica que tem caracterizado o projeto migratório da Síria ao Brasil desde o século XIX até os tempos atuais é que os árabes sempre têm custeado a sua vinda e a sua estadia no país. O Brasil nunca exerceu responsabilidade econômica neste projeto migratório. E como se aponta no livro antes citado, quando as elites começaram a notar a sua presença, não a aprovaram, por considerar os árabes incompatíveis com suas aspirações de mudar a composição social do país e “branquear a população”.

Por tal motivo, ante o aumento da presença árabe, as elites¹² disseminaram variados preconceitos que os definiam como atrasados, incultos e desprovidos de forças de trabalho organizadas. Características exatamente antagônicas às que eram designadas para os

¹² Neste estudo, a palavra “elite” é usada para falar dos grupos de pessoas que no Brasil exercem o controle dos meios de produção, das leis e burocracia nacional, e contam com maior poder aquisitivo e resolutivo nos âmbitos econômico e social, poderes que, por sua vez, iam passando de gerações em gerações.

imigrantes espanhóis, italianos e alemães, convidados pelos diplomatas brasileiros, que, na mesma época, lhes ofereciam facilidades econômicas e bens pecuários para viajar e se estabelecer no Brasil. Não entanto, como propõe Lesser (2001), árabes¹³ continuaram vindo ao Brasil cada vez mais, entre o fim do século XIX e começos do século XX:

Entre 1884 e 1939 havia registros de 107 mil pessoas vindas do Oriente Médio. Alguns poucos se estabeleceram no Rio de Janeiro e em São Paulo na década de 1860; o primeiro grupo de dimensões significativas chegou à região amazônica na década de 1880, rapidamente estabelecendo-se nas atividades comerciais. Destas pessoas, a esmagadora maioria (quase 91 %) vinha do que hoje é a Síria e o Líbano, tendo chegado entre 1904 e 1930. Apenas o ingresso dos sírios cresceu de 1.100, entre 1914 e 1923, para mais de 14 mil, entre 1924 e 1933. (LESSER, 2001, p. 96).

Perante o crescente cenário migratório, as elites que continuaram questionando a presença árabe tentaram encaixar os imigrantes sírios e libaneses num lugar de inferioridade na ordem hierárquica da sociedade brasileira, baseando-se na sua atividade mercantil como mercadores ou mascates. No entanto, uma vez que os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes nascidos no Brasil melhoraram a sua situação econômica e começaram a participar das mesmas instituições que as classes mais ricas do Brasil, começaram a ser chamados como “sírio-libaneses” destacando com esta nomeação a aliança que os imigrantes de ambos os países tinham formado no Brasil. Neste contexto, as “piadas” e comentários orientalistas sobre mascates demonstram o momento em que estes imigrantes não são bem-vindos, ao contrário do que demonstra a nomeação “sírio-libanês”:

Tanto os árabes quanto os brasileiros começaram a fazer piadas, dizendo que, quando recém-chegados, os imigrantes eram “turcos”; um primeiro emprego fixo os transformava em “sírios”; e a propriedade de uma loja ou de uma fábrica fazia deles “libaneses”. Expressões regionais frequentemente colocavam os imigrantes do Oriente Médio ainda em outras categorias étnicas. (LESSER, 2001, p. 98).

O autor comenta que “eles tinham quase um componente biológico que os tornava mercadores”, mas registros históricos como os que se expõem no documentário “Os caminhos do mascate” (2011) demonstram que mesmo quando a sua origem podia ser de agricultores de pequena propriedade, ao chegarem ao Brasil, por força de regra, precisavam gerar recursos

¹³ Neste estudo, a palavra “árabes” é usada no sentido proposto por Lesser (2001) para fazer referência a sírios e libaneses, e quando este termo compreenda outras nacionalidades, como, por exemplo, palestinos, isto será enunciado.

rapidamente para poder se manter, e o comércio era o lugar onde a sociedade os enxerga, como também o lugar onde poderiam fazer redes de apoio com os seus iguais.

A imagem do “turco” tem profundas raízes na cultura popular brasileira, em grande parte por causa dos mascates, protótipos da integração econômica dos árabes no Brasil. Era comum que esses caixeiros viajantes árabes fornecessem artigos domésticos e mantimentos não perecíveis aos trabalhadores das fazendas de café ou à população urbana das classes socioeconômicas mais baixas - um setor terciário de comércio varejista e de crédito ao consumidor praticamente não existia fora de umas poucas cidades. (LESSER, 2001, p. 98).

A inserção dos árabes na sociedade brasileira mediante a atividade de mercadores os posicionou em um *status* social que, antes da sua chegada, não existia na sociedade brasileira, que na época começava a trocar o trabalho escravo por trabalho assalariado. E ao introduzir novos produtos e novos hábitos de consumo como o crédito, principalmente entre obreiros e camponeses, os árabes posicionaram-se como pequenos empresários ou donos do seu próprio empreendimento.

A atividade comercial dos árabes foi se transformando logo em lojas prósperas, cujo êxito novamente incomodou as elites, que começaram a divulgar estatísticas que os colocavam em segundo lugar em quantidade de população carcerária depois dos italianos. Estas estatísticas, amplamente divulgadas junto com a proibição da entrada de árabes nos Estados Unidos, levaram a diplomacia brasileira a solicitar que evitassem o embarque de árabes para o Brasil (LESSER, 2001, p. 101). Estas e outras restrições foram colocadas para impedir a sua chegada e ascensão social no país. Mesmo assim, eles conseguiram se sobrepôr e resguardar a criação de uma identidade sírio-libanesa única para a esfera pública, e a partir desta posição fundaram instituições, como, por exemplo, jornais em língua árabe, associações, clubes e escolas, que demonstravam que eles tinham interesse em manter a sua cultura pré-migratória.

Tanto no governo de Vargas quanto ainda hoje no Brasil considera-se que “a nomeação de imigrante tem conotação econômica, enquanto que refugiado tem uma conotação política.” (MALKKI, 1995, p. 498). Como destaca Lesser, os reais motivos desta mudança de discurso por parte das autoridades tem a ver com as expectativas assimilacionistas que as elites brasileiras depositavam nos imigrantes, dos quais se esperava que sua integração social acontecesse mediante a sua atividade econômica em empregos

subalternos. Por tal motivo, tanto nos momentos em que se falava bem dos imigrantes sírios quanto em momentos em que a sua presença era questionada, o que predominava nos comentários era o argumento sobre o quão assimilados ou não eles estavam e o quanto eles poderiam se misturar à sociedade brasileira. No entanto, isso não aconteceu da forma esperada por políticos e empresários nacionais, que os descreviam como “naturalmente independentes e não propensos a disciplina” e “difíceis de governar” (LESSER, 2001, p. 122) toda vez que viam neles o potencial para fraturar a ordem social hierárquica conservada até então na sociedade brasileira.

Outro dos argumentos históricos que tem sido usado para questionar a capacidade de assimilação social de pessoas sírias no Brasil tem a ver com a cor da sua pele, porque entendia-se que “a entrada de qualquer população não branca obstruiria o progresso do Brasil” (ibid, p. 125). Ou seja, a retórica orientalista do Estado brasileiro homogeneizou negativamente os povos do Oriente Médio (sírios, libaneses, armênios, palestinos) criando generalizações na segunda metade dos anos 1920, justamente quando o país recebeu um grande número destes imigrantes, e outros que “não estavam na pauta do dia”. Portanto, incentivar a sua imigração ou incorporar suas demandas significaria apoiar a entrada de um tipo de imigrante que não interessava ao projeto vigente (LOUREIRO, 2016, p. 204). Nesse sentido, também a disposição institucional para recebê-los tem mudado de acordo com o contexto sociopolítico e econômico do Brasil, segundo o qual ora são considerados brancos, ora não; ora bem vindos, ora não.

Depois de 1934, a imigração em grande escala de sírios para o Brasil, ocorrida antes da Segunda Guerra Mundial, teve fim nos anos que se seguiram como parte do decréscimo geral da imigração proveniente do Médio Oriente. Mesmo assim, o lugar ocupado pela população árabe no Brasil continua sendo paradoxal. Ao mesmo tempo, por causa desta relação criada a partir deste vínculo migratório centenário, a imigração de refugiados sírios ao Brasil, de 2011 em diante, tem renovado os preceitos identitários criados no começo do século passado. Por tal motivo, alguns estudos atuais têm afirmado que estes imigrantes, mesmo em situação de refúgio, quando comparados a outros imigrantes refugiados latinoamericanos, como por exemplo os venezuelanos, podem ter certas vantagens no que se refere à forma como chegam ao Brasil e como a sua presença é recepcionada, percebida e integrada na sociedade.

Sobre ditos precedentes históricos da participação sócio-econômica de imigrantes sírios em São Paulo, embora obviamente possam existir casos de mobilidade descendente, o professor Oswaldo Truzzi (2019), no seu estudo, propõe que a mobilidade econômica entre as famílias sírias que originalmente eram sustentadas pela atividade dos mascates,

Revelou-se amplamente positiva, potencializada não apenas pelo sucesso dos negócios nos ramos anteriormente apontados, mas principalmente pela entrada de estratos de segunda geração nas profissões liberais (e daí para a ocupação de cargos políticos). Pelo material levantado, conviria ainda pontuar que, com o passar do tempo, o alcance da condição de fazendeiro ou de grande proprietário de imóveis urbanos sempre esteve subordinado ao sucesso das atividades comerciais. (TRUZZI, 2019, p. 22-23).

Truzzi (2019) é insistente em destacar o que ele chama de “percurso natural” de filhos de sírios nascidos no Brasil, que recorrentemente se formavam como profissionais liberais e logo se dedicavam à política. Primeiro em cidades do interior, ascendendo logo a cargos políticos mais importantes em diferentes frentes que abarcam todos os setores políticos (direita, centro e esquerda). Para exemplificar este percurso, Truzzi apresenta um quadro intitulado “Patrícios do interior na política paulista (32 mandatos de deputados estaduais e federais eleitos entre 1954 e 1966)”. Neste quadro, ordena os atores segundo as categorias: ano/cargo/legenda/cargo político anterior; nome; curso superior/profissão; base eleitoral de origem.

Há alguns nomes destacados e que estão sempre em evidência na moderna história política brasileira, como o influente governador de São Paulo Geraldo Alckmin, que já foi candidato às eleições presidenciais; Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo e candidato a presidente nas últimas eleições; Michel Temer, ex-presidente do Brasil (2016-2018) após a saída forçada de Dilma Rousseff. Truzzi diz que “há atualmente em torno de 140 parlamentares brasileiros de origem sírio-libanesa que, juntos, constituem um quarto dos senadores e deputados. Como diz o escritor Milton Hatoum, de resto, arte e política são os dois âmbitos nos quais os árabes estão mais presentes.” (TRUZZI, 2019, p. 25).

Ao pensar na mobilidade dos imigrantes sírios em São Paulo durante os séculos XX e XXI, deve-se considerar a movimentação desse grupo no município e as relações com os lugares que ocuparam a partir de uma dinâmica socioeconômica da comunidade e da própria cidade, que estão num contexto de mobilidade global. Sobre esta questão, Juliana Mouawad

Khouri (2013) propõe que a ocupação residencial e comercial aconteceu originalmente nos bairros Paraíso, Vila Mariana, Brás e Ipiranga, direcionada pela centralidade exercida pela região da 25 de março. Os três primeiros têm uma ligação mais forte com essa via determinada pelas condições econômicas, de trabalho, de moradia, e pelas instituições culturais.

Na medida em que as famílias enriqueciam, seguindo uma tendência das classes acomodadas de São Paulo, preferiam sair residencialmente dos seus antigos bairros, próximos às ferrovias e às estações, nas vizinhanças das várzeas:

Eles desejavam se distanciar dos bairros populares e desfrutar de uma situação topográfica mais amigável. Assim, a inserção espacial dos sírios e libaneses pelos bairros Paraíso e Vila Mariana, atingiu outros bairros da zona sul da cidade. A direção dessa ocupação seguiu sentido Ibirapuera. E se estabeleceram no Planalto Paulista e Moema, nesta região foram construídos os maiores clubes sócio-esportivos como o Esporte Clube Sírio (1917), o Clube Atlético Monte Líbano (1934) e o Clube Homs (1920) que assumiram dimensões maiores rapidamente e onde prevaleceu a identidade nacional (da Síria ou do Líbano) e até mesmo sírio-libanesa (embora tenha havido conflitos entre os sírios e os libaneses no período da independência do Líbano). (KHOURI, 2013, p. 181).

Os clubes antes citados, atualmente são espaços considerados da elite paulistana e, para a comunidade árabe, estes clubes, assim como os colégios, ainda são espaços de socialização da colônia, são uma forma de recriar a comunidade árabe, entendida como uma comunidade imaginária que se manteve mesmo quando começaram a se incorporar nos espaços da burguesia paulistana. Por outro lado, Khouri (2013) também propõe que quando começaram a ingressar em outros colégios fora dos da comunidade, as famílias demonstraram uma preferência evidente por alguns colégios e faculdades que se baseava e ainda se baseia nas pretensões sociais, políticas, e nas condições econômicas das famílias.

Ao matricular os filhos em determinadas escolas também se demonstra o nível social e econômico, além de facilitar a integração com as crianças das classes altas, que não tinham origem árabe, com outros membros da colônia, ou seja, a sociabilidade interna do grupo é mantida ou estendida a esses espaços. Nota-se que grande parte das escolas eram árabes ou não tinham uma fundação religiosa, mesmo que o seu ensino fosse laico. Ao se pensar na comunidade sírio-libanesa em São Paulo, a religião exerce uma função fundamental para representação e identidade da colônia como grupo, atuando também na criação de outras agrupações e como espaço importante de sociabilidade. (KHOURI, 2013, p. 183).

Além dos espaços de lazer, educação e religião, na medida em que ascendiam social e economicamente, a colônia síria e libanesa passou a investir na criação de associações de beneficência e hospitais, o que tem sido importante para a sociabilidade e o fortalecimento da sociedade árabe (de sírios e libaneses) na cidade de São Paulo.

É interessante observar que, para esta colônia, como propõe Khouri (2013), além dos objetivos altruístas, as instituições de beneficência eram vistas como uma forma de retribuir o sucesso econômico atingido na sociedade brasileira. Há nisso uma evidente necessidade de demonstrar que eles, como imigrantes, contribuem para o desenvolvimento da cidade de São Paulo e as suas organizações funcionam como meio notório de se construir um espaço étnico sírio-libanês, além de afirmar a identidade do grupo na esfera pública¹⁴. Destas entidades, um grande número foi fundado por mulheres, como, por exemplo, a Associação do Sanatório Sírio, em 1918, que inicialmente chamava-se Refúgio dos Órfãos e visava a ajudar crianças órfãs da Primeira Guerra Mundial; outra, foi a sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio-Libanês, em 1921, atualmente considerado um dos melhores do país (só para mencionar algumas das organizações dentre muitas outras como creches e abrigos)¹⁵.

Com respeito às vantagens que poderiam ter os refugiados sírios que chegaram ao Brasil na última década em relação às pessoas refugiadas de outras nacionalidades (não árabes), bem como ao porquê de a grande maioria destas pessoas se encontrarem morando na cidade de São Paulo, os estudos antes citados demonstram que se os primeiros sírios chegaram para trabalhar como pequenos comerciantes, os seus filhos e netos ascenderam socialmente, e tem ocupado cargos influentes nos âmbitos político e econômico. Além disso, o fato de se configurarem como uma comunidade diaspórica torna ainda mais reconhecida a sua participação e influência na sociedade brasileira.

Ao falar da comunidade síria enquanto diáspora, estou me referindo, por um lado, ao fato de que os imigrantes sírios (em épocas anteriores à última década) e sua descendência no Brasil conformaram uma comunidade ao redor do fato de terem sido expulsos da terra natal, produto de um fenômeno de violência; e por outro lado, destaco que estes mesmos imigrantes,

¹⁴ “Há aquelas relacionadas às instituições religiosas, tais como a Sociedade Maronita de Beneficência, cuja casa fica no Planalto paulista, a Sociedade Beneficente Muçulmana, situada juntamente com a Mesquita Brasil e que deu origem a esta, a ABIB- Associação Beneficente Islâmica do Brasil, que funciona no mesmo local da Mesquita do Brás, dentre outras.” (KHOURI, 2013, p. 198-199).

¹⁵ Estas organizações são enunciadas e amplamente descritas no estudo de Juliana Khouri (2013).

no Brasil, mantiveram e cultivaram laços comuns de identidade que os ligam a uma terra natal, real ou imaginada, que os diferenciam da sociedade receptora. Na minha aproximação ao conceito, considero que:

Uma diáspora é originada num evento catastrófico, o que envolve trauma, memória, comemoração e luto; 2) grupos diaspóricos tem uma identidade cultural coletiva que intenciona preservar elementos como língua, práticas culturais ou religiosas, de forma que permaneçam intactas ou se integrem de forma parcial na sociedade receptora, criando o fenômeno que é mais comumente conhecido como hibridismo; 3) os grupos diaspóricos possuem uma forte ideia de retorno, sobretudo aquelas diásporas oriundas de catástrofes como genocídios. Esse retorno nem sempre é físico, mas também pode se dar na forma de envio de remessas financeiras, viagens turísticas ou culturais e lobbying na sociedade receptora para beneficiar de alguma forma a terra natal e finalmente; 4) uma diáspora, ao contrário de uma dispersão, não entraria, necessariamente, em colapso após algumas gerações porque seus membros deixaram de se sentirem parte de algo externo e se consideravam completamente integrados à sociedade receptora. Os membros da diáspora permanecem com a sua identidade híbrida, valorizando ambos os pertencimentos e criando etnicidades hífenizadas, na expressão usada pelo autor Jeffrey Lesser¹⁶. (LOUREIRO, 2016, p. 26).

Como propõe Heitor Loureiro (2016), não podemos obliterar o papel que essas pessoas que migraram em épocas anteriores, ou seus filhos e netos nascidos no Brasil, têm exercido nas relações internacionais deste país ao ter conseguido se organizar em comunidade diaspórica. Porque uma vez estabelecida e tendo condições materiais, esta comunidade gerou redes de sociabilidade e instituições, e com a inserção dos seus membros na política e na vida econômica do Brasil conseguiram também criar uma pauta política que contemplasse as suas necessidades não só enquanto comunidade estabelecida no Brasil, mas enquanto comunidade diaspórica. Ao exercer influência política no Brasil, esta comunidade influencia diretamente também na Síria, contribuindo para a gestão de possibilidades diplomáticas que promoveram a chegada, na última década, de pessoas sírias no país. Ou seja, a comunidade síria no Brasil funciona como um grupo diaspórico que pode atuar como uma força transnacional, influenciando na ação de Estados nacionais e organismos interestatais.

¹⁶ LESSER, Jeffrey. *A negociação nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2001.

3.2. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS AO ESTUDO DO REFÚGIO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

O movimento migratório de refugiados sírios ao Brasil que compreende os últimos dez anos é um tema ainda pouco explorado pela antropologia brasileira, como também o reconhece Igor José de Renó Machado (2020) na apresentação do livro organizado por ele, “Etnografia do Refúgio no Brasil”. Esta coletânea de artigos trata de etnografias das experiências de vida de diferentes grupos de refugiados no Brasil. Estes trabalhos dão ênfase à racialização da migração no Brasil e às hierarquias que esta racialização produz na experiência dos vários grupos, ou seja, entendem os refugiados como sujeitos políticos efetivos e ao mesmo tempo como seres classificados em função da sua cor e da experiência burocrática no Brasil, o que demonstra um vislumbre das hierarquias sociais operando a partir das experiências aqui relatadas.

Por outro lado, nesta coletânea encontra-se uma boa contextualização sobre o refúgio quanto ao contexto histórico de receptividade de imigrantes nesta situação no Brasil. Especificamente no que se refere a pessoas provenientes da Síria, se afirma que eles “podem ser classificados aqui como brancos, coisa que obviamente não acontece na Europa ou nos EUA”. No entanto, no Brasil existem claras demarcações raciais que poderiam distinguir o refúgio branco do refúgio negro. Isso não quer dizer que imigrantes e refugiados brancos não experimentem dificuldades, mas sim que imigrantes e refugiados negros experimentam dificuldades adicionais.

Como já foi apontado antes, também nesta coletânea se destaca que os imigrantes e refugiados sírios que chegaram ao Brasil a partir de 2011 são considerados como não estrangeiros ou como uma presença de convivência conhecida desde tempos centenários e, como propõe o livro, são tidos como participantes da conformação do Brasil contemporâneo. Assim, Machado (2020) propõe que a comida árabe é um produto que faz total sentido para o consumo brasileiro, o qual abre possibilidades laborais para os recém-chegados que, de alguma forma, segundo propõe esta coletânea, “torna as vidas de sírios no Brasil hoje menos difíceis que as de estrangeiros negros ou mesmo sul-americanos.” (MACHADO, 2020, p. 10).

Outro estudo que tem trazido contribuições é o de Victor Lopes Andrade (2019), “Refúgio por motivos de orientação sexual”. Assim como a coletânea antes mencionada, é também um dos poucos escritos que coloca atenção na descrição que as pessoas fazem sobre a própria experiência de vida e o que significa para eles viver no Brasil na condição de refugiados, mostrando as suas condições de vida, a precariedade econômica, as discriminações sociais e as consequências psicológicas da vida no novo país.

No seu estudo, Victor Lopes (2019) trabalha o vínculo entre sexualidades não hegemônicas e refúgio. Seu trabalho tem sido muito inspirador porque sua etnografia acessa de forma amigável e íntima espaços recônditos destas experiências, dando visibilidade à causa migratória de pessoas não heterossexuais de forma a transbordar os moldes acadêmicos. Ao contribuir com esta pesquisa, estas pessoas foram também desvendando para si mesmos uma parte das suas próprias histórias que está impregnada de dúvidas e temores, mas que, ao ter um espaço para nomear, migram para “fora do armário” e vencem as fronteiras da punição social. Daí o valor desta etnografia, que transpassa o temor das pessoas a expor as suas experiências de vida e reais motivações para se refugiar no Brasil, conseguindo, neste exercício, também questionar e colocar em tensão temas que teoricamente são tradicionalmente apresentados em inerente correlação, como são a guerra, o refúgio e a rede de apoio.

Sobre o projeto intelectual de estudar a experiência dos refugiados, Lisa Malkki (2015) alerta que os pesquisadores devem tomar certo resguardo para não “essencializar” esta condição migratória como única e trans-histórica. Ao invés de se contentar em ver semelhanças e diferenças nos processos sócio-históricos que produzem refugiados, os investigadores tendem a procurar fixar e tornar permanente algo “essencial” sobre estes processos, personalizando-os. Há uma tendência, portanto, de proceder como se todos os refugiados partilhassem uma condição ou natureza comum, em um mundo em que são simplesmente vítimas. E é este mundo flutuante, sem as gravidades da história e das leis que pode, em última análise, tornar-se um ambiente profundamente desumanizador para os refugiados. (MALKKI, 1995).

Para efeitos de exame, as visões funcionalistas de uma identidade que só pode ser inteira e bem enraizada numa pátria territorial contribuem para reforçar o pressuposto de que a soberania estatal, tal como a conhecemos no final do século XX, faz parte de uma ordem

natural ou necessária de coisas. A partir disso, se naturalizam também a selagem de fronteiras, o controle da circulação de pessoas, os campos de refugiados, etc. Nesse sentido, as pessoas parecem ser agrupadas sob o rótulo de refugiado, desconsiderando a sua procura por liberdade e escolha de vida. Ambos os casos podem conduzir os pesquisadores a uma desistoricização da condição de refúgio, à idealização da pátria e das comunidades enraizadas e à afirmação de uma oposição convencional entre origem e exílio.

Com exceção dos estudos de Machado (2020) e Lopes (2019), os outros estudos revisados que tratam sobre refugiados no Brasil abordam principalmente dois temas: de um lado, as consequências psicológicas de pessoas em situação de refúgio; de outro, as políticas públicas e a relação dos refugiados com as instituições de acolhimento e órgãos governamentais do Estado Brasileiro. Nestes casos, é frequente encontrar referências de saúde mental que falam sobre os efeitos da guerra e o sofrimento psíquico da experiência de estar em deslocamento forçado como sendo aspectos que definem tal situação migratória, o qual demonstra um certo senso analítico sobre os desafios que as pessoas em refúgio enfrentam, colocando o foco principalmente nos motivos que os fizeram migrar e nas adversidades dos percursos de viagem. As formas desenvolvidas para agenciar a vida no Brasil e a inserção destes indivíduos na sociedade brasileira são desconsideradas.

Entre os estudos revisados que tratam da imigração de refugiados sírios ao Brasil na última década (2011-2021), pode ser mencionado o de Vanessa Perin (2014), que em “Um campo de refugiados sem cercas” descreve as relações estabelecidas entre as instituições governamentais de assistência humanitária que recebem os refugiados no Brasil, como o ACNUR, e o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). Além disso, busca compreender os mecanismos que os tornam repreensíveis na esfera burocrática do Estado.

Em Santa Catarina, pode se citar o trabalho de Glaucia Assis, Magali Alloatti, e Elizangela Ribeiro Bosco (2019), “Refugiados Sírios em Santa Catarina: gênero, empreendedorismo e (in)visibilidade(s)”, que apresenta um perfil socioeconômico dos/as refugiados/as. Esta pesquisa, majoritariamente desenvolvida na cidade de Florianópolis, faz parte do dossiê nacional intitulado “O perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil” (ACNUR). Aqui, as autoras apontam que se trata de uma população sobre a qual existem poucos dados e estudos em Santa Catarina (ASSIS; ALLOATTI; BOSCO, 2019, p.85). Contextualizam também o fluxo migratório de sírios/as no Estado de Santa Catarina com

relação às oportunidades que o Estado lhes oferece; aos grupos de imigrantes e refugiados nos quais se integram; às dificuldades com as quais se deparam para se estabelecer no estado e à inserção laboral e profissional destes homens e mulheres.

Claudia V. Espindola (2005) mostrou na sua tese doutoral que o centro da cidade é o espaço público onde a presença destes migrantes se torna mais visível. É lá que costumam desempenhar as suas atividades laborais, vinculadas principalmente ao comércio popular, em lojas, restaurantes e cafés, lugares onde é possível encontrar pessoas conversando em árabe ou indo ao culto islã. Além do centro da cidade, outros bairros em que a presença dos sírios é notória são Coqueiros, Santa Mônica e Trindade, locais de moradia de classe média em Florianópolis.

Assis et al. (2019) constata que tradicionais instituições de referência para imigrantes em Florianópolis não são espaços procurados por estes migrantes, tais como o serviço público, atualmente fechado, o Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI), a Pastoral dos Imigrantes e a Organização Não Governamental (ONG) Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis (GAIRF). Em sua grande maioria,

Encontram suas redes de apoio na comunidade árabe já estabelecida na cidade. Em Florianópolis contam ainda com Círculos de Hospitalidade, uma ONG coordenada por Bruna Kadletz que promove atividades de integração e acolhimento a imigrantes e refugiados. Nesse sentido, embora os refugiados sírios sejam visíveis no comércio local, não são muito visíveis para o acesso a políticas públicas. (ASSIS et. al., 2019, p. 87).

No espaço da Universidade, estudos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos científicos têm sido produzidos nas áreas da Antropologia, da História e do Jornalismo, representando valiosos materiais para o desenvolvimento da presente pesquisa. Entre eles, destaco alguns estudos por abordarem especificamente temas da imigração síria em Santa Catarina. A pesquisadora Liliane Carvalho (2002) estudou os imigrantes descendentes de sírios e libaneses na capital catarinense, apresentados em sua dissertação intitulada “Do Balcão à mesa: imigrantes de descendentes de sírios e libaneses na construção de uma identidade na Grande Florianópolis (1910-1950)”. Este estudo indaga a memória dos descendentes de sírios e libaneses que aqui moram, os assuntos mais presentes nas suas vidas, como o trabalho, a comida, as relações de família, o estranhamento e a presença constante do outro.

Luisa Scherer e Débora Nazário (2017) fizeram um TCC em Jornalismo na UFSC, no formato de vídeo documentário, intitulado “Diáspora: histórias de refugiados sírios em Florianópolis”. Este tema enfatiza as circunstâncias em que essas pessoas chegam na cidade, como isso se dá e o modo de adaptação a uma cultura totalmente diferente. Abordam as burocracias de imigração, emprego, moradia, idioma, educação, religião e hábitos alimentares. Os entrevistados contam suas experiências sobre cada um desses assuntos. Carol Gomez (2019) fez um TCC também em Jornalismo intitulado “Recomeços, Mulheres sírias na Grande Florianópolis”. Este livro-reportagem é construído por meio do olhar de cinco refugiadas sírias e aborda, em cinco capítulos, sua vinda para o Brasil, a adaptação à nova cultura, as dificuldades encontradas durante a guerra e também questões relacionadas ao preconceito.

No artigo “Diáspora e identidade na contemporaneidade: considerações sobre as populações árabe e muçulmana e a formação de uma comunidade em Florianópolis/SC”, Carolina Ferreira de Figueiredo e Thamirys Mendes Lunardi (2016) abordam transformações no projeto migratório como condições, justificativas, proveniência e religiosidade, e, portanto, a própria transformação da comunidade árabe estabelecida em Florianópolis. Ainda, a partir da análise de processos de deslocamento, identificam sentidos de pertencimento às comunidades e o lugar do “refugiado” no tempo presente. As autoras constataam que existem poucos registros historiográficos sobre a população árabe em Santa Catarina. Apesar desta constatação, que deve ser compreendida dentro de uma historicidade, elas apontam, ainda que em pequenas extensões, algumas referências bibliográficas.

No livro “Santa Catarina: história da gente”, Walter Piazza e Laura Hübener (2003) dão pouca atenção ao fenômeno da imigração árabe ao longo das décadas. Oswaldo Rodrigues Cabral (1979), no livro “Nossa Senhora do Desterro”, menciona a presença de árabes no comércio de Desterro, antigo nome de Florianópolis, podendo-se notar a existência desse grupo na cidade a partir da segunda metade do século XIX. Por último, no livro coordenado por Oswaldo Ferreira de Melo (1991), intitulado “História Sócio-Cultural de Florianópolis”, há um capítulo dedicado à presença árabe, escrito por José Felipe Boabaid. Neste estudo, apesar de poucos dados captados, há maiores menções sobre a cultura árabe na região, principalmente porque Boabaid, um descendente e inserido na comunidade, traz

informações como os sobrenomes das famílias dos imigrantes. (FERREIRA e MENDES, 2016, p. 272).

4. ITINERÁRIOS DE PESQUISA

Para realizar esta pesquisa, foram percorridos variados itinerários em que iniciativas, mudanças e decisões estiveram atravessadas por um contexto de pandemia, encerramento em casa, e distanciamento social. Assim, o projeto que foi qualificado foi reelaborado e projetado para se tornar uma etnografia *online*. No entanto, e aproveitando cadernos de campo feitos antes, em 2019 e 2020, e as possibilidades de conviver ao vivo com os interlocutores, o projeto original, que tinha como objetivo registrar experiências de refúgio de imigrantes sírios que chegaram ao Brasil na última década (2011-2021) e moram atualmente em Florianópolis, foi retomado sem a pretensão de contatar um número maior de interlocutores. Considerei, então, somente os dois interlocutores sírios com os quais eu já tinha estabelecido uma relação desde 2019 e com os quais ainda podia estabelecer contato presencial durante 2020.

Hoje, após ter convivido com Lara e Amin por cerca três anos, reconheço o lugar do casal de interlocutores enquanto parceiros criativos e com os quais se pode fazer uma obra em colaboração conjunta enquanto se cultiva, de ambas as partes, uma interação de fala e de escuta recíproca, onde o importante de ser comunicado emerge de um acordo mútuo. Nesse sentido, tento sair do formato comumente proposto nas ciências sociais, em que os próprios interlocutores ou suas narrativas são tidos como objeto de estudo, e propor a atividade criativa de uma tese de mestrado como um espaço para refletir sobre experiências que, no cotidiano, os interlocutores não permitem que venham à tona, mas com as quais convivem no íntimo, atentos ao momento em que se pode colocar para fora a materialização dessa emocionalidade profunda. Uma possibilidade de enxergar o que se está vivendo, ou dar um lugar mais amigável ao que se está sentindo, para que isso não invada ou não adoeça a si mesmo/a.

A etnografia com os interlocutores sírios começa em 2019, quando, após alguns encontros no seu restaurante, nas sextas-feiras de *jam* musical, e aproveitando a proximidade de conhecer pessoas em comum, comentei com os eles sobre o meu interesse acadêmico em conhecer as suas experiências de vida no Brasil. Comentei que a minha pesquisa procurava averiguar o que significava para eles viver no Brasil na condição de refugiados e quais os desafios cotidianos com os que se depararam. Comentei também que eu não tinha interesse em questionar sobre as experiências vividas na Síria.

Perante tais inquietações, Lara me respondeu que quando moravam em São Paulo, conheceram vários estudantes e pesquisadores com estas intenções, mas eles entendiam que para conversar sobre estes assuntos as pessoas precisam estabelecer vínculos de confiança e de amizade. Assim, ter compartilhado a convivência com eles por cerca de três anos em diversos espaços, que iam desde o seu restaurante, a sua casa, a minha casa, a rua, bares, mercado, até um museu, foi muito importante não só para construirmos uma relação de confiança que permitiu com que, num dado momento da nossa relação, pudéssemos conversar sobre assuntos muito íntimos. A espacialidade diversa nos nossos encontros também contribuiu para que viessem à tona uma ampla variedade de temas, deixando em evidência a importância que os espaços têm para catalisar certas emoções e certas memórias que são engatilhadas apenas em determinados espaços.

Toda vez que eles me convocavam para alguma atividade na sua casa, eu comparecia. Na época em que começava a me aproximar deles, participei de várias aulas de cozinha que eles ministravam. Nestas aulas éramos um grupo pequeno de pessoas próximas e eles nos ensinavam a preparar diferentes pratos. Após cozinhar, comíamos juntos e às vezes fazíamos música. Éramos ao todo entre 4 e 6 pessoas que participavam de maneira estável. Entre eles também havia um rapaz que fazia aulas de língua árabe com ele, e ela dava aulas de piano; compartilhavam a casa com um amigo deles, brasileiro, com quem também dividiam as contas. Também alugavam outros quartos da casa com frequência. Periodicamente eles também participavam de feiras convocadas por uma ONG de Florianópolis, que normalmente aconteciam em universidades, praças ou outros locais de acesso público. Nestes eventos, vários imigrantes compareciam para vender os seus produtos. Quando questionados sobre esta instância, os interlocutores demonstraram um certo desconforto, por considerar que trabalhavam muito e ganhavam pouco. Em outros momentos de mais intimidade, eles comentaram que o que realmente os deixava desconfortáveis era o clima destes eventos e a orientação da pessoa que os conduzia. Eles pareciam não concordar com o tom assistencialista destes espaços.

Os cadernos de campo foram escritos a partir de encontros presenciais com Lara e Amin ocorridos no período entre abril de 2019 e setembro de 2020. No primeiro ano nos encontrávamos na casa deles, na minha casa, na rua, na instalação sobre Choque Cultural que eles participaram, no marco da 14^a Bienal de Arte Contemporânea de Curitiba (módulo

Florianópolis), em ciclos de cinema que fizemos juntos na sua casa, abertos ao público e voltados para geração de renda e conversa sobre o lugar da mulher no mundo árabe.

No ano de 2020, enquanto o isolamento social era a ordem, saímos juntos para fazermos compras de mantimentos domésticos, e, durante a pandemia, conversamos pelo *whatsapp*. No intuito de aprofundar alguns detalhes sobre as suas experiências de vida morando no Brasil, fizemos uma entrevista em profundidade com cada um, na casa deles, em dias separados com intervalo de um mês.

Após a entrevista que fizemos com Amin, Lara se sentiu muito incomodada e manifestou o seu desconforto em um áudio, que me enviou por *whatsapp* dois dias após a entrevista. Antes de conversar com Amin, ele me solicitou uma pauta de perguntas, ele queria saber sobre o que exatamente iríamos conversar. No dia em que fui na sua casa, eu me atrasei e, quando cheguei, eles estavam recebendo um vizinho. Lara, então, ficou na sala com a visita, e Amin e eu fomos para um outro setor da casa para conversarmos (hoje penso que ele deve ter gravado a nossa conversa). A nossa conversa aconteceu com muita fluidez e leveza até acabar a pauta de temas propostos. Nesse momento, ele comentou que achou bem curta a nossa conversa e então eu senti confiança para perguntar coisas que a pauta não considerava, e foram precisamente estes os assuntos que incomodaram a Lara, que também reclamou de eu ter desconfiado dela e por isso ter perguntado as mesmas coisas para Amin. Eu entendi que este evento quebrou a confiança e demarcou um antes e um depois na nossa relação, além de ter estabelecido uma distância entre nós, o que me fez duvidar de continuar adiante com esta pesquisa e procurar desenvolver um trabalho diferente que desconsiderasse tudo o que tínhamos desenvolvido juntos. Mas após ter me reencontrado com as motivações que me impulsionaram a pesquisar, retomei este estudo.

Nesta pesquisa, tenho procurado expressar a minha a narrativa sobre a narrativa que os interlocutores fazem das próprias experiências de vida. Este método de pesquisa é uma forma de refletir, a partir da perspectiva dos sujeitos, o contexto social que demarca a sua experiência de vida de estar em refúgio. Parafraseando a Jovchelovitch e Bauer (2002), quis propor a narrativa em lugar de um esquema de pergunta-resposta, que define a maioria das situações de entrevista. “O pressuposto subjacente é que a perspectiva do entrevistado se revela melhor nas histórias onde o informante está usando a sua própria linguagem espontânea na narração dos acontecimentos” (BAUER, 2002, p. 95). Entendendo que a narrativa dos

entrevistados reconstrói um contexto a partir da sua própria perspectiva, cabe destacar que a relação que construímos nesses dois anos contribuiu para gerar conversas muito profundas e reflexivas sobre a intimidade das suas experiências de vida.

Efetivamente, antes de realizar as entrevistas (no ano de 2020), eu intuía que não é perguntando que se faz etnografia, coisa que logo comprovei. Mas por se tratar de temas de índole pessoal e sensível, pensei que um momento de entrevista poderia contribuir, com a intimidade necessária, para que certos temas viessem à tona, tendo a entrevista como um espaço resguardado nos marcos de uma performance que facilite tanto o abrir e o fechar sobre certas narrativas como, por outro lado, a sistematização dos conhecimentos coproduzidos.

Com o uso da entrevista, procurei vincular informações relevantes construindo cenários de pesquisa, entendendo que é através do encontro de narrativas entre diferentes agentes sociais que provavelmente não fariam tal interlocução (como, por exemplo, a diretora de uma ONG e o casal de interlocutores sírios), mas que mediado pelo fazer antropológico conformam conjuntamente um espaço de observação etnográfica. Transcrevi as entrevistas e as codifiquei extraíndo categorias, dimensões e tópicos (esta forma de organizar a informação remete respectivamente às representações sociais que os interlocutores enunciam sobre a sua própria experiência, às interações decorrentes de tais representações e às ações envolvidas em tais interações). Baseando-me nessa codificação (de ambas as entrevistas), formulei a seguinte matriz, reproduzida no quadro 1, para fazer a análise das informações extraídas da nossa convivência e das nossas conversas, assim como também para organizar as reflexões dos meus cadernos de campo.

Quadro 1: Matriz de codificação das entrevistas para fazer análises

Do que falamos quando falamos de estar em refúgio?		
categorias	Dimensões	Tópicos
Percurso migratório, Descrição	Requisitos para vir ao Brasil Vantagens de estar no Brasil Motivações para vir ao Brasil Redes Expectativas	Liberdade Restrições Nova vida Anonimato
Pós-migração, Desafios	Incerteza Sofrimento Abuso	Exploração laboral Precariedade "Se vire"
Guerra- ditadura Síria	Sobrevivência Perseguição	Estar vigiados Se esconder Se afastar dos pares no Brasil
Mídia	Moda	Estereótipos Exploração
Refúgio em conceitos mitos e Metáforas	Ser o Estar Negação e aceitação Honda Refugiado hiper real Nativo cidadão	Estado não normal Fugir Medo Ser homem/ ser mulher Cidadania Brasileira Finitude

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas com Lara e Amin, 2020.

Selecionei na matriz temas para conversar com as artistas que criaram com Lara e Amin a instalação sobre Choque Cultural apresentada em 2019 na 14ª Bienal Internacional Arte Contemporânea de Curitiba – Polo SC. As nossas conversas aconteceram no formato *online*, pela plataforma *Zoom*, em outubro de 2020, de maneira separada com cada uma.

Ter conhecido as experiências criativas de Silvana (artista plástica, e professora de Artes na Universidade Estadual de Santa Catarina, UDESC) e de Valdete (engenheira de som e especialista em arranjos sonoros) com os interlocutores Lara e Amin me ajudou a identificar a importância da escrita de si como uma forma de elaborar as experiências de vida, de valorizá-las e de permitir que o seu potencial expressivo comunique a potência da autorreflexividade numa linguagem acessível não só para aproximá-los da sociedade brasileira, mas que efetivamente o faça. Por outro lado, isso também me mostrou que os

processos criativos acontecem em coparticipação conjunta e colaborativa, que podem transcender o jargão científico sobre a distância entre pesquisador, pesquisado e tema de pesquisa .

Após ter o projeto qualificado em março de 2020, e seguindo as orientações aqui recebidas, que já consideravam o imprevisível cenário de pandemia e isolamento social, considerei a possibilidade de mudar de projeto e investigar a forma como os refugiados são apresentados nos jornais de Santa Catarina e nos discursos humanitários das instituições operantes na região. Tentei entrevistar a representante de Cáritas em Florianópolis¹⁷, mesmo tendo o antecedente de outros pesquisadores de que esta instituição não costuma acolher imigrantes da Síria, o que comprovei na resposta deles: “Bom dia. Nós não temos o foco com o povo sírio... nossa migração está focada nos venezuelanos e haitianos. A Instituição que trabalha com foco nos migrantes sírios é o Círculos de Hospitalidade. Segue e-mail... (22-10-2020)”.

Depois desta resposta, eu insisti em conversar com a representante, que logo concordou em nos encontrarmos pela a plataforma *Zoom* no mês de outubro de 2020. Nesta interlocução ela confirmou mais uma vez que o contato com refugiados sírios tinha sido muito pontual, supostamente por discrepâncias religiosas:

A gente trabalha desde 2013 em Florianópolis e já passaram várias nacionalidades, sempre quando a gente trabalha com migração afeta muito o contexto político, o contexto econômico, geral, então assim, tem tempos que a gente atende aos haitianos, ou mais venezuelanos, agora tem chegado muitos cubanos então isso varia, e muito dinâmico por conta do cenário dos contextos, por ser uma instituição católica, a gente pensa que não é tão presente para a comunidade árabe, às vezes a gente tem um atendimento ou outro mas é muito pontual, às vezes a gente recebe um ou outro egípcio, mas os países que são majoritariamente muçulmanos a gente não tem tanto contato, e penso que é por uma questão religiosa.

¹⁷ Cáritas é uma instituição pertencente à igreja católica com presença em todo o mundo. No Brasil, opera como um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, e tem por objetivo desenvolver atividades que prezam pela caridade, motivo pelo qual Cáritas age em parceria com organismos nacionais e internacionais, com enfoque na questão da defesa dos direitos humanos e numa perspectiva ecumênica, motivo pelo qual com frequência é associada ao trabalho de integração social de imigrantes. Ela detém o status "*Consultivo Geral*", atribuído pelo Conselho Socioeconômico da Organização das Nações Unidas, a ONU. A Cáritas também apóia iniciativas populares de geração de trabalho e renda, os Projetos Alternativos Comunitários, chamados PACs. Os PACs estão presentes nas cinco regiões do país, ajudando a formar uma rede de economia popular solidária. Numa perspectiva de “caridade libertadora”, essas unidades comunitárias exercem papel educativo: gradativamente, seus integrantes substituem a passividade assistencialista pela busca da autonomia econômica e política, através da participação nos fóruns e reuniões do movimento da economia solidária.

Antes de contatar a Cáritas, eu tinha entrado em contato com a ONG Círculos de Hospitalidade¹⁸. O contato, no entanto, foi sem sucesso, porque a sua representante se negou a conversar comigo, mesmo tendo nos conhecido um ano antes (2019) quando eu tinha me vinculado à instituição desenvolvendo serviço voluntário, possibilidade que me permitiu participar de encontros em que a ONG recebia uma mentoria para reformular o seu propósito institucional. Na seguinte citação encontra-se a resposta da representante ante a minha solicitação:

Olá Massiel, bom dia. Espero que estejas bem. Sim, claro que lembro de ti. Infelizmente, não conseguimos apoiar seu projeto de pesquisa. Este é um momento bem intenso para a organização, assumimos grandes projetos, num período muito desafiador, com uma equipe enxuta e todo o tempo e energia estão dedicados para a implementação e finalização dos projetos. Abraços... (26-10-2020).

Ao não ter a possibilidade de conversar com a representante da ONG, usei as minhas anotações feitas em encontros que esta instituição efetuou em 2019, nos quais eu participei como voluntária. Além destas anotações, como já foi dito, usei também entrevistas que esta diretora deu para meios de comunicação locais, onde ela fala da percepção da ONG e do trabalho que eles desenvolvem para acolher migrantes e refugiados.

Tentei também entrevistar uma representante da Organização Internacional das Migrações (OIM), instituição que recentemente tinha aberto um escritório em Florianópolis (em 2020). Ao que ela respondeu: “Peço que por favor nos envie as questões por esse e-mail para encaminhamento interno e retorno” (21-10-2020). No entanto, após o envio a funcionária respondeu:

¹⁸ Círculos de Hospitalidade é uma organização da sociedade civil que se iniciou em 2015, quando sua fundadora e presidente, Bruna Kadletz, passou a atuar com crianças, mulheres e homens que haviam buscado refúgio e novos recomeços em Florianópolis. No princípio, as ações e projetos eram focados na comunidade síria, principalmente em iniciativas de integração com mulheres e crianças. Com a expansão da organização, o círculo de hospitalidade também expandiu e passou a incluir outras nacionalidades. Atualmente, atende regularmente mais de 15 diferentes nacionalidades e os projetos têm alcance nacional. Ao longo dos últimos anos, a organização desenvolveu projetos nos âmbitos educacional, socioeconômico e cultural com a intenção de facilitar e humanizar o processo de integração de comunidades refugiadas e imigrantes às sociedades de acolhida. Busca, dessa forma, promover a integração humanizada de refugiados e imigrantes, oferecendo respostas alternativas à crescente polarização que segrega e gera conflitos dentre e entre sociedades (veja mais informações disponíveis em <https://circulosdehospitalidade.org/quem-somos/>).

A Organização Internacional para as Migrações é uma organização intergovernamental líder no tema das migrações e atua em estreita coordenação com parceiros governamentais e não governamentais. Possui 173 Estados Membro, 08 Estados Observadores e presença em mais de 100 países. Desde 2016, é uma agência relacionada às Nações Unidas, e no Brasil sua presença está regulamentada pelo Decreto Nº 8.503 de Agosto de 2015.

Em Santa Catarina, a Organização está presente desde 2020 e atua sobretudo na área da integração de migrantes em situação de vulnerabilidade. Atualmente, os projetos em implementação pela OIM em Santa Catarina têm como públicos prioritários pessoas oriundas da Venezuela e de países vizinhos da América Latina e Caribe.

Alguns dos parceiros institucionais da OIM em Santa Catarina são o SENAI Santa Catarina, e organizações da sociedade civil como a Círculos de Hospitalidade e a Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina Para informações adicionais, acesse nosso site <https://brazil.iom.int/> (24-11-2020).

Ao receber tal resposta, que não respondia às minhas perguntas, entrei na página institucional e, usando o filtro de busca desta página, fiz uma seleção das notícias sobre refugiados sírios publicadas no período entre 2015 e 2020. A ideia era entender qual a visão da instituição sobre os refugiados sírios e saber se tinham algum posicionamento específico sobre o caso de Santa Catarina.

No mesmo intuito de reformular o meu projeto original, fiz uma seleção de notícias do período entre 2015 e 2020 expressamente referente ao tema refugiados sírios em SC. Aqui, usei um filtro do *Google* e um filtro no formato da escrita das palavras de busca. Logo, converti todas as notícias selecionadas nos jornais de Santa Catarina e na página da OIM em arquivos em formato *Word*, cada notícia separada e o próximo passo foi juntar todas estas notícias no programa de processamento de dados qualitativos *N vivo*. A ideia era contrastar este material usando as categorias originais extraídas das entrevistas e observar se os temas propostos pelos interlocutores estavam presentes de alguma forma no discurso midiático.

A minha ideia nesse momento era gerar uma interação entre diferentes agentes sociais e extrair disso aspectos como: o que os interlocutores sírios comentam sobre a própria experiência e percepções de viver no Brasil; qual a forma que os trabalhadores humanitários descrevem o estado de refúgio e como percebem os refugiados sírios; quais as percepções das artistas catarinenses sobre o tema “choque cultural de refugiados sírios” e quais as metáforas usadas nos veículos jornalísticos e na OIM para apresentar os refugiados sírios. O fio condutor para a análise destes diferentes discursos eram as metáforas utilizadas, hipotetizando que algumas experiências dos interlocutores no convívio com brasileiros poderiam ser

mediadas por noções instaladas no discurso público a partir da mídia, entendendo ao mesmo tempo que essas mediações podem contribuir para instalar e acionar certas emoções que predominam nas experiências de convívio com a sociedade local.

Após optar por retomar o projeto original, desisti da etnografia digital e da observação dos discursos da mídia, que considerava na proposta que acabei de descrever. Escolhi dar prioridade para o material etnográfico, para a procura por conhecer o que é o refúgio, e para como ele se expressa na experiência de vida no Brasil destas duas pessoas.

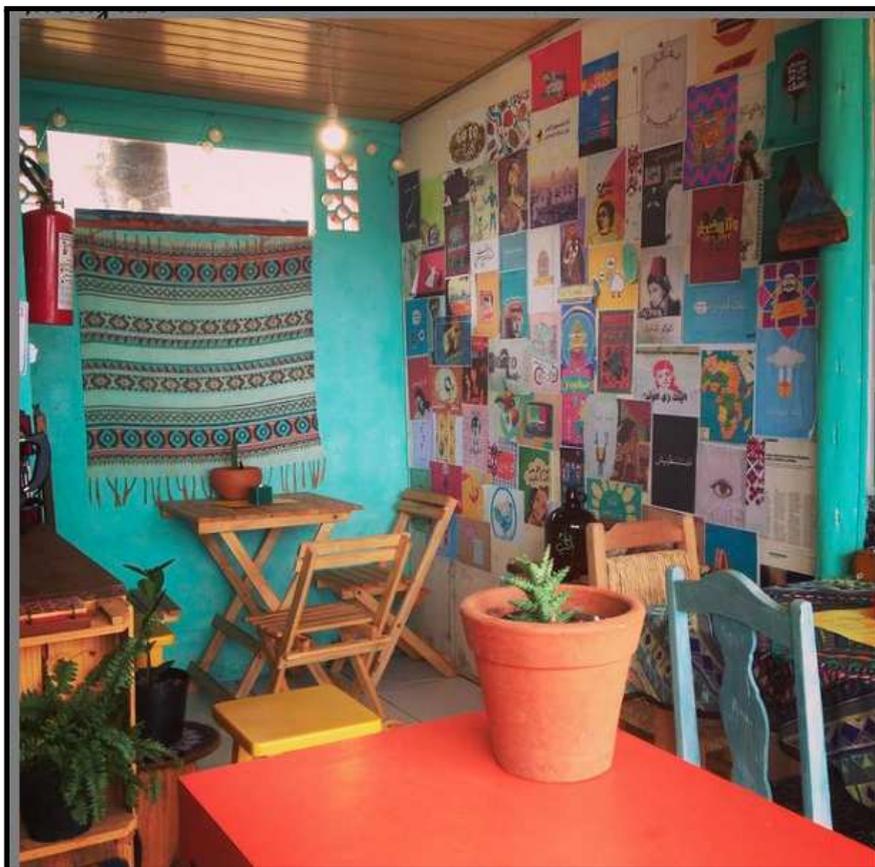
4.1. ESTAR EM REFÚGIO

“Refúgio é um estado que só acaba quando eu voltar para Síria e o país não estiver mais em guerra.”

Lara, 2020

Quatro anos depois de ter tido um primeiro contato com alguns efeitos da guerra na Síria (2015), época em que conheci Fátima e Aziz, em 2019, quando eu me encontrava no primeiro ano de mestrado avaliando qual seria o meu tema de pesquisa, comentei com uma amiga o meu interesse por pesquisar sobre refugiados sírios, muito por ter lembrado da experiência de convívio com dito casal sírio-libanês. Minha amiga, cujos bisavós maternos migraram da Síria para o Brasil, comentou que no mesmo bairro onde morávamos, no setor sul de Florianópolis, tinha visto um pequeno restaurante de um casal de jovens que tinham vindo da Síria, e talvez seria um bom ponto de partida (a gente sempre ficava compartilhando dados sobre restaurantes árabes na cidade). No dia do meu aniversário, fomos com ela e outros amigos para jantar no restaurante de Lara e Amin, cuja foto reproduzo na figura 2, e foi nesta ocasião que os vi pela primeira vez.

Figura 2: Foto do restaurante onde conheci Lara e Amin em Florianópolis, SC



Fonte: foto feita por Lara em 2019, extraída do *Instagram* do restaurante.

O local ficava numa avenida e era bem estreito para quem olhava de fora, mas uma vez lá dentro, as pinturas, as cores das paredes, os cheiros de comida, a combinação das cores e a decoração atraíam a atenção. As paredes pintadas de branco e colunas turquesa, se conjugavam com uma parede cheia de imagens coladas. Olhando esta parede, era possível perceber o teor político e poético dos temas árabes de liberdade. Foi esta composição que chamou a nossa atenção. Depois do jantar, ficamos conversando com o casal dono do restaurante e, nesse momento, eles e o grupo de quatro amigos éramos os únicos no local.

Ao nos aproximar para pagar, eu perguntei para Lara: “você conhece aquele restaurante de comida do Líbano que tem aqui no bairro?” “Sim”, me disse ela, franzindo a testa entre as sobrancelhas, “a gente não gostou, fomos para conhecer e comer ali, e ele [o dono do restaurante] começou falar que eu deveria estar na Síria acompanhando a minha mãe, nada a ver ele falar isso! Não voltamos mais, não conhecemos muita gente aqui, mas não temos tanto interesse em encontrar gente árabe.” (Lara, 2019).

Após a resposta, eu fiquei em silêncio. E como forma de amenizar a conversa, um amigo perguntou para eles se conheciam um famoso restaurante sírio que fica no centro de São Paulo, onde aconteciam variados eventos para divulgar o que estava acontecendo em alguns países desde a “Primavera Árabe”¹⁹. Eu a vi mudar a sua expressão, e ficar com as bochechas vermelhas. Ela respondeu que conhecia bem esse local, porque tinha trabalhado ali junto com seu marido por quase dois anos, junto com outras pessoas também vindas da Síria em situação de refúgio.

O dono deste local nos explorava no próprio restaurante, o local tinha dois andares, era bem grande, trabalhávamos muito mesmo, no fim do mês ele não queria pagar, ou queria pagar menos do dinheiro combinado, sendo que toda hora pedia para estender a nossas jornadas por cerca de 13 horas, bem mais do que o tempo combinado [desconheço se eles tinham um contrato formal] sob ameaça de sermos despejados, se não aceitarmos; mas pior que a nossa situação era a situação das pessoas que além de trabalhar para ele, também moravam num prédio em que o mesmo dono tinha construído a ocupação, e ele tratava as pessoas super mal, e controlava, controlava eles, porque você está morando lá e está trabalhando no restaurante do mesmo dono, se você não trabalha bem ele sempre pode te mandar embora, de onde você está morando, então você fica sem trabalho e sem moradia, e rolava muito isso tipo de abusar as pessoas refugiadas com a moradia deles, então a gente nem queria, nem voltar do trabalho e ver as mesmas pessoas que tinham mentalidade super diferente da gente assim, nem entrar nessa briga de ser controlados pelo mesmo dono que a gente estava já estava sofrendo né, no trabalho, então, não era um lugar tão pacífico e nem legal o que aconteceu (..) e olha que ele fazia o *marketing* do local dele falando para todo mundo que era refugiado sírio, mas não era verdade, ele era filho de refugiados sírios, ele na real era brasileiro, ele não era e nunca vai ser refugiado sírio (...) Então nós tínhamos várias restrições com dinheiro, mas preferimos pagar aluguel. Nós vivíamos num apartamento que compartilhamos com mais dois meninos, e aí a gente diz chega!, e deixamos este emprego e ainda processamos o cara por abuso trabalhista. (Lara, 2019).

Lara não comenta sobre o evento que finalmente desencadeou a saída dela e do seu marido desse emprego, mas diz que depois disso começaram a vender comida na Universidade de São Paulo (USP) e na própria casa, em saraus de música que organizavam uma ou duas vezes por mês. Além de tocar nesses eventos com o seu marido, ela também formava parte de algumas agrupações musicais de mulheres.

A precarização laboral se trata de uma experiência coletiva, que não só abrange o grupo de trabalhadores refugiados, mas toda a massa de trabalhadores no contexto do capitalismo “flexível”. Sistema este que, nas palavras de Richard Sennett (1999), “[...] trata a

¹⁹ Primavera Árabe é o nome de um movimento revolucionário que se espalhou pelo mundo árabe a partir do final de 2010.

incerteza e o correr risco como desafios no emprego” (SENNETT, 1999, p. 32), bem como a experiência de “aproveitar” o “tempo, o lugar e o trabalho”, até porque lida com a ideia de “manter-se aberto à mudança” (ibidem, p. 17). As pressões estruturais que advém do contexto econômico, na lógica do capitalismo global e “flexível”, alimentam o que Sennett chama de “experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego a emprego.” (ibidem, p. 27).

Podemos pensar o migrante, sobretudo o refugiado, como constituinte de uma parcela significativa do “precariado mundial”. O termo foi empregado por Guy Standing (2017), que faz a junção entre os termos “precário” e “proletariado” (STANDING, 2017, p. 23). Para o autor, o “precariado” seria uma “classe-em-formação”. Portanto, o mundo globalizado teria produzido fragmentações de “classes nacionais”. Como explica o autor, “à medida que as desigualdades aumentaram e que o mundo se moveu na direção de um mercado de trabalho aberto e flexível, a classe não desapareceu. Em vez disso, surgiu uma estrutura de classe global e fragmentada” (ibidem, p. 24).

Para Standing (2017), o “precariado” consiste em pessoas que têm relações de confiança quase inexistentes com o Estado e com o capital, e são completamente opostas aos assalariados, porque não possuem nenhum contrato que lhes dê alguma garantia. Outra contribuição do autor - e que pensamos corresponder à situação do refugiado – é que “a precariedade também implica a falta de uma identidade segura baseada no trabalho” (ibidem, p. 27).

Lara e Amin integram um grupo de trabalhadores/as refugiados que, como a classe trabalhadora brasileira, enfrenta diversas explorações laborais numa condição trabalhista análoga à escravidão, acentuada pelo atual contexto de crise econômica e de precarização do trabalho. Nessa situação, os trabalhadores e trabalhadoras lutam por conseguir e manter um trabalho, e não por ampliar essas possibilidades para os imigrantes, que na maioria dos casos são vistos com muita rivalidade na hora de concorrer às vagas. Ainda se entende que, para sobreviver, muitos trabalhadores precisam trabalhar em vários serviços ou atuar em mais de um emprego. Entretanto, existe um agravamento quando os trabalhadores são refugiados, possuindo língua e hábitos bem diferentes dos nacionais e estando à mercê de racismo e de ideologias que os criminalizam tanto por parte dos nacionais quanto de outros imigrantes e refugiados.

Até tem refugiados sírios que tem... que são racistas, sabe? que nem tratam o congolês bem, você vai para lá nas lojas sírias, a maioria das pessoas que trabalham lá na cozinha são africanos, por que? Porque a maioria deles são muçulmanos então não vai ter briga de religião, e eles ganham menos, então eles contratam eles, sabe? (ri) nem pagam a pessoa o que precisam pagar o que realmente vale o trabalho deles (...) São histórias de exploração, de todos os jeitos. São Paulo é um local perfeito para explorar de todos os jeitos muita gente. (Lara, 2020).

De forma paralela às atividades antes mencionadas na época em que os interlocutores moravam em São Paulo, Amin fez um curso de gastronomia no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, o SENAC, o qual reconhecem que foi muito importante para empreender na área da culinária árabe, pois ambos não tinham nenhum preparo prévio nesta área. Na mesma época, foram tramitando uma demanda judicial contra o dono do restaurante onde haviam trabalhado, o que logo significou o ganho de 5 mil reais de indenização, dinheiro que os ajudou a sair de São Paulo, a vir morar em Florianópolis e a instalar o próprio restaurante com um investimento de mil reais.

No mesmo período, Lara participava, junto com outros refugiados sírios e de outras nacionalidades, dando palestras no Serviço Social do Comércio, o SESC-SP, em encontros destinados principalmente para professores da rede pública em cujas salas de aula havia crianças em situação de refúgio.

Porque tem vários refugiados nessas escolas e as pessoas não sabem que é um refugiado, não sabem, tipo, não sabem de onde vem, quem é, então as vezes tem, tipo, reunião de família, e vem a família e tem vários preconceitos, e isso foi bem legal, o SESC da prefeitura fazer isso, é bem interessante, só que não sei se foi aplicado do jeito que deveria ser aplicado, tipo eu cheguei para várias palestras sem saber o que eu preciso falar, porque a mulher... Tipo tem várias palestras que eu fui e a mulher falou a gente vai falar de gênero, sexualidade e etc..., Beleza eu vou lá toda preparada aí de repente ela vai apresentando e fala “hoje a nossa palestra e sobre não sei ou que...” Tipo outra coisa, entendeu? Aí tem que improvisar e falar das coisas que precisa falar nesse momento. Tipo, não era uma coisa que fosse bem estudada, tipo me chama com uma outra menina de não sei aonde que tem uma história que não tem nada a ver comigo, tipo num outro dia chama outra mulher de, sei lá, Venezuela e um refugiado de Alepo, e ele começa falar coisas que não tem nada a ver comigo, entendeu (ri) e rola isso, tipo confusão, tipo mas ele falou aquilo, ele falou que o Islam trata as mulheres muito bem, que a mulher é muito respeitada no nosso país e não sei o que e eu estava na minha fala super lutando contra machismo, entendeu? (Lara, 2020).

O programa ao qual Lara faz referência se chama “Projeto Refúgios Humanos” e esteve em operação entre os anos 2018 e 2019. Foi realizado pelo SESC-SP com apoio do ACNUR e instruiu cerca de 500 professores da rede pública de ensino do município de São

Paulo sobre o tema do refúgio. Com este programa, o governo de SP procurava incentivar a integração da população refugiada nas escolas como forma de implementar a acolhida humanitária, utilizando a educação como um recurso para dar visibilidade social e geográfica à população em situação de refúgio, mas acabavam se distanciando da realidade e das demandas desta população. Em tal sentido, as antropólogas Lila Abu-Lughod (2012) e Saba Mahmood (2001) questionam o respeito que as campanhas e instituições humanitárias têm com relação aos caminhos de mudança social percebidos pelas populações islâmicas e muçulmanas que eles afirmam assistir: “emancipação, igualdade e direitos são parte de uma linguagem universal que nós devemos usar?” (ABU-LUGHOD, 2012, p. 464). Saba Mahmood, ao escrever sobre as mulheres no Egito que estão buscando se tornar muçulmanas devotas, diz:

O desejo pela liberdade e liberação é um desejo historicamente situado, cuja força motivacional não pode ser assumida a priori, mas precisa ser reconsiderada à luz de outros desejos, aspirações e capacidades inerentes a um sujeito culturalmente e historicamente localizado (MAHMOOD, 2001, p. 223)

Ambas as autoras (Abu-Lughod, 2012 e Mahmood, 2001) estão apontando que a atitude humanitária de salvação (que neste estudo se refere aos refugiados sírios) contém a associação intrínseca de que a pessoa está sendo salva de alguma coisa, e que quem salva também o faz por alguma coisa. Então, “nesta relação há violências associadas a essa transformação, quais presunções estão sendo feitas sobre a superioridade daquilo para o qual você está salvando?” (ABU-LUGHOD, 2012, p. 465). Em acordo com elas, os projetos humanitários dependem de - e reforçam - um senso de superioridade por parte dos ocidentais, uma forma de arrogância que merece ser desafiada.

A educação enquanto recurso didático de visibilidade social se traduz como uma cartografia da vida cotidiana que pode revelar aspectos que escapam à planificação estratégica das políticas públicas de expedição de vistos humanitários no Brasil. A integração e a coesão social são funções que as escolas acabam desenvolvendo ao incorporar na comunidade escolar de forma didática os significados da relação entre o exercício da cidadania e o sentimento de pertencimento das pessoas com relação ao local.

Por outro lado, nas palestras, Lara procurava falar sobre diversos assuntos, entre eles a realidade que vivem as mulheres em situação de refúgio e também no mundo árabe, assim

como contar do contexto do qual provêm as crianças que chegam da Síria para o Brasil, além de responder às questões dos professores com relação às possibilidades para facilitar a integração das crianças em sala de aula e na própria sociedade brasileira.

Bom, eu queria plantar uma ideia assim da verdade que a gente vivia, da política que seja, ou das questões que chocam os refugiados aqui no Brasil, mas assim o meu motivo era dar a entender. Entende? "Entende o que eu estou falando?" Tipo, se coloca no meu lugar, assim, tipo, não fica seguindo a mídia, aqui eu sou aqui, acho que isso era que me motivava, e também assim as pessoas poder tratar as crianças refugiadas bem, saber que essa criança pode ser, sei lá, ter visto a família inteira ser morta, pode sei lá... talvez ter perdido a casa, isso, perder os amigos, na volta da escola, passou por muita coisa, sofreu bastante, então não é uma criança igual às outras, então ele pode demorar para aprender, entende que ele fala uma outra língua, você tem que falar mais baixo, mais, tipo, devagar, assim tem coisas que realmente importam para criança assim é que eu acredito que muitos professores não ligam muito. Entendem que é como qualquer criança, entendeu? então só abrir mais os olhos assim. (Lara, 2020).

Para Lara, as atividades com os professores da rede pública de São Paulo constituíam um espaço de expressividade e reelaboração da sua experiência de vida, assim como também uma oportunidade para dar a conhecer o significado político do estar em refúgio. No entanto, o posicionamento dela enquanto palestrante manifestava discordância perante o discurso que o programa desejava que ela transmitisse. Isso se dava especialmente por conta de um constante embate que ela enfrentava com o estereótipo da refugiada, que, enquanto um objeto pedagógico, pretendia-se que correspondesse à imagem hiperreal criada e sustentada pelo ACNUR a respeito de como se deve ver uma refugiada síria. Imagem que, por sua vez, desconsidera mensagens de resiliência e reivindicação de direitos sociais como as que Lara buscava transmitir.

Eu fiz algumas palestras, e sempre no fim vinha a pessoa falar "Lara você tem que contar sobre isso, sobre aquilo", "aquele tipo de coisa que é bem triste", "não, você tem que falar disso que você já me falou..." Porque as minhas palestras eram mais de explicar da situação no geral, a minha experiência, o 'que foi que eu aprendi, o que é que as pessoas tem que valorizar da vida e tal', não era mais aquilo de 'agora eu vou chorar e vocês vão sentir muita pena', é isso, entendeu? Me sinto meio assim... A minha história não é para ser explorada, mas para ser um aprendizado, para muita gente, mas não é para explorar, então se você vai escutar a minha história e depois sair e não vai mudar nada, tipo para que que eu estou falando aqui? Para ganhar dinheiro? Não quero. E rolava isso lá, pouca gente se aproximava depois da palestra, mas também teve gente que falava "Lara quero saber mais de você", ou falava "Lara me tocou muito isso que você falou", eu aprendi isso, aquilo, sabe? Mas também tem gente que sai no meio da fala, ou fica no celular, e querem que você fale a sua história mas como não veem você chorando... E aí tem gente que

não está nem aí, e não é algo fácil, falar da sua história, então não sei se valeu muito a pena. (Lara, 2020).

O uso pedagógico do estereótipo do refugiado opera aqui como um mecanismo de transmissão de certos valores que devem unir a “sociedade de acolhida” com a “sociedade refugiada” em uma negociação radical e desigual das ilusões, representações e idealizações. Estas são construídas pelas sociedades receptoras e pela sociedade migrante quando ambos avaliam custos e pormenores do que significa respectivamente migrar e receber. O programa torna-se uma instância em que se demonstra a tensa relação em que se constroem e se renovam certos pactos sobre o comportamento que se espera do imigrante a quem se está “cedendo um espaço”.

Michael Herzfeld argumenta que “os estereótipos são produzidos no topo” (HERZFELD, 1992, p. 71). Embora o uso e a difusão de estereótipos sejam frequentemente atribuídos ao discurso popular, Herzfeld (1992) mostra como eles são mobilizados pelos estados e atores burocráticos. Assim, também fica evidente que se trata de uma experiência pedagógica que instrumentaliza as experiências dos participantes para transmitir uma forma de apresentar socialmente a experiência de estar em refúgio, centrada na dor vivenciada antes e depois de chegar no Brasil. Além disso, tenta restringir o espaço para expressão da diversidade de motivações por trás do deslocamento forçado, assim como também as inúmeras e particulares formas de vivenciar o estar em refúgio que pessoas oriundas do mesmo país podem ter.

A própria identidade migrante, como também a identidade da sociedade de acolhida, se constrói dentro de um crisol de materialidade da vida diária, em histórias cotidianas que nos contamos individual e coletivamente, tornando-se, portanto, importante. Avtar Brah (2005) propõe prestar atenção à natureza e ao tipo de processos nos quais e através dos quais se constitui o “nós coletivo” com os “outros”. Quem são estes outros? Esta é uma pergunta crucial. Existem instâncias nas quais se pode assumir que há um único outro dominante a circunscrever as construções de “nós”, e quando isto acontece, tende-se a enfatizar as posições bipolares a partir das quais se constroem determinados discursos e práticas racializadas.

Rolava isso, tipo uma pessoa que realmente não está falando a verdade não tem que estar lá ensinado na rede pública “que é isso o que tem aquilo na Síria”, a pessoa que realmente vai falar tem que falar a realidade da história e não ficar fingindo. Assim, não pode sair e apoiar o presidente e sair falando “não, está tudo legal, é só uma

guerra civil e tal” imagina, entendeu? (...) Não sei se era isso exatamente, mas rolava isso, tipo alguém já me falou que disseram que a mulher é super respeitada, mas não, não é super respeitada, quem está falando isso? Isso é só no papel, a realidade é outra, mas o professor, o que ele vai acreditar nesse momento? Rola isso, então não era uma coisa muito bem estudada e planejada, era muito improvisado, muito improvisado, mas para várias pessoas o que valia é que você ia ganhar R\$1500 no final, isso, certo, a produtora ganha tal tal tal, o SESC ganha tal tal tal e paga tal tal tal, entendeu? É isso, dava muito para ver, então, assim, rola isso como uma coisa super boa, mas também é muito amador, então quando aplica assim, aplica de qualquer jeito... Eu tinha duas palestras marcadas no SESC e vieram me falar que “as pessoas estão se repetindo”, mas ficaram algumas pessoas que choravam mais, entendeu? Eles queriam que eu me colocasse no lugar de vítima, mas eu não ia fazer isso, porque a gente saiu da Síria em busca de dignidade”. (Lara, 2019).

Lara se posiciona de forma crítica perante o trato recebido nas palestras ao observar como a sua experiência particular de mobilidade torna-se parte de um projeto e de um imaginário coletivo da “refugiada síria”. Como forma de visibilidade e de participação, este imaginário é associado e apresentado pela institucionalidade a partir do sofrimento no lugar de origem e no lugar de “acolhida”. A sua crítica é acionada conjuntamente com o rechaço a ser representada apenas a partir do sofrimento e da vulnerabilidade que, segundo destaca, são atravessados pela questão racial. Segundo o que ela comenta, pessoas sírias ocupariam ainda um patamar mais visível do que pessoas vindas de outros lugares como o Congo ou Venezuela. Assim, quando deixam de convocá-la, a mensagem se torna explícita: é negado a ela o direito de apresentar a sua narrativa porque pode perturbar “a verdade” dominante sobre o asilo, sobre aquela imagem preestabelecida que assume que

Primeiro há uma tendência para assumir que existe um tipo de pessoa que pode ser chamada de refugiado e que este tipo de pessoa pensa e sente de uma forma particular. Segundo, “estas pessoas” são “todas vítimas”. Terceiro, o discurso deverá ser sempre adaptado aos dos direitos humanos. E, finalmente, que apesar das trajetórias políticas, históricas e pessoais envolvidas no deslocamento dos diferentes locais ao redor do globo, a condição de refugiado pode ser caracterizada por uma narrativa padrão: perseguição, voo, exílio e, finalmente, resgatar e restabelecer. (SZÖRÉNYI, 2006, p.21).

Assim como na entrevista e também em diversos outros diálogos, Lara comenta que em palestras, conversas ou outro tipo de atividade de conotação educativa ou cultural-festiva com a participação de refugiados, eles são apresentados, por um lado, como componentes de uma categoria universal, sem história, carecidos de consciência sobre o *status* político implícito na condição de refúgio. Por outro lado, esta catalogação não abrange a identificação

das pessoas como indivíduos, apenas como parte da coletividade. Isso ainda tem contribuído para criação de uma certa imagem do refugiado sírio que chega ao Brasil como sujeito dependente, desamparado e na miséria, de cuja condição de vítima se espera que mobilize uma rede de apoio não governamental que exerça pressões nos poderes públicos, um “refugiado arquetípico” (MALKKI, 1995) como objeto de intervenção humanitária. Sem essa representação não haveria uma “justificação” para o apoio humanitário, visto que “o espetáculo” não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizadas por imagens.

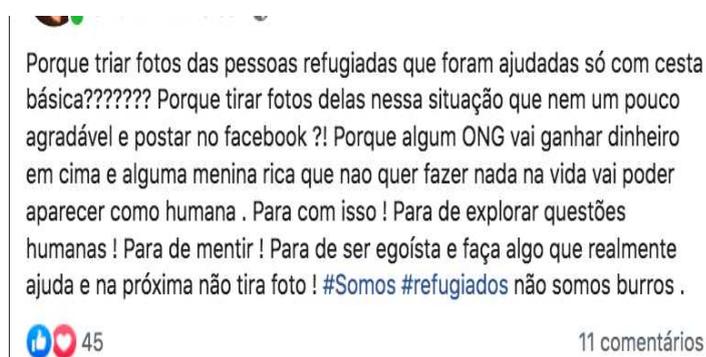
Sobre a exposição midiática dos refugiados por parte dos trabalhadores humanitários, Lara e Amin lembram, em uma das nossas conversas na minha casa, de uma situação que os incomodou profundamente. Sinto que, neste caso, o fato de estarmos apenas os três nesta noite, em um ambiente muito distendido, contribuiu para que eles se sentissem à vontade para desabafar. Quando viram nas redes sociais, de *Facebook* e *Instagram*, fotos de trabalhadores humanitários de Florianópolis entregando cestas básicas para refugiados e a exposição das imagens destas pessoas recebendo o benefício, Lara respondeu com um comentário. A publicação feita pela ONG, o comentário de Lara e a resposta da ONG são reproduzidos em sequência nas figuras 3, 4 e 5 a seguir:

Figura 3: Postagem da ONG na sua conta de *Facebook*



Fonte: foto da tela do meu computador na página de *Facebook* da ONG, 2020.

Figura 4: Postagem de Lara na sua conta de *Instagram*



Fonte: foto da tela do meu computador na página de *Instagram* de Lara, 2020.

Figura 5: Resposta da ONG à postagem de Lara

grupos vulneráveis que recebem. Buscamos ser respeitosos e éticos. As fotos são tiradas com consentimento. Aqueles que não querem, não deixam de receber nem são colocados fora da lista. Algumas famílias pedem por fotos e depois postam nas suas próprias redes e grupos de whatsapp. Cada pessoa é diferente, há diversidade cultural e visão plural do mundo.

Receber dinheiro de pessoas que confiam em nosso trabalho é uma responsabilidade grande. Temos o compromisso ético com quem doa e com quem recebe. Somos apenas uma ponte que conecta. Muitas organizações (“ongs”) são descreditadas se não são transparentes ou acusadas de explorar o sofrimento alheio se mostram suas ações. A realidade das organizações é bem diferente do que o público pensa, é de muito trabalho, sacrifício e contas apertadas. Mas porque o nosso propósito grita mais alto, decidimos oferecer nossa vida em serviço a uma causa, sabemos muito bem o que fazemos com nossas vidas. Este é um território arenoso para se navegar, pois não importa o que fazemos, sempre há aqueles que ficam sentados em casa sem ajudar e que só sabem criticar por detrás de uma tela.

Estamos fazendo o nosso melhor, buscando equilibrar a transparência com o respeito em um momento de crise e resposta de emergência. Nossos voluntários e colaboradores doam seu tempo, são generosos, deixam de ficar com suas famílias e fazer “suas coisas”, se expõem ao risco de contaminação para apoiar, colaborar, ajudar, sem se vangloriar ou entrar na vibe do salvador. A maior parte do trabalho fica escondida nos bastidores, não mostramos, e envolve muito trabalho, preocupação se vamos conseguir alimentar a todos, reuniões de equipe e rede para tratar dos casos mais vulneráveis, levar essas situações ao poder público para que políticas públicas sejam criadas.

Fonte: foto da tela do meu computador na página de *Facebook* da ONG, 2020.

Meses depois, quando estávamos fazendo uma entrevista, lembramos desse momento e Lara comentou:

Você está respondendo quem? Uma pessoa refugiada? Tipo, já a resposta já fala tudo, a resposta quando vem já fala tudo, sem ter que ler o que tem a resposta, porque eu li assim, por cima (rindo) para ver o que tem, mas na verdade eu pensei: “muito obrigada agora você firmou”. Porque, primeiro, quando você faz algo bom assim nem se defende, e ela se defendeu tipo no máximo, tipo botando toda a força nisso para se defender. E segundo, eu sou refugiada e você não pode falar assim comigo. Se você é uma pessoa que cuida de refugiados, você tem que entender que

se você realmente trabalha com direitos humanos, você tem que entender que uma pessoa em refúgio pelo que viveu pode falar qualquer besteira em qualquer momento e ela não é culpada, porque ela já passou por várias coisas, então eu, como uma pessoa que trabalho com direitos humanos, preciso entender essa pessoa que é refugiada, entendeu? Então eu não preciso responder, então ali já firmou, já era, já era... É um momento de vitória, já respondeu, então isso é verdade, o que eu falei é a verdade, é o que eu acreditei e fiquei na dúvida por muito tempo confirmou em aquele dia, porque às vezes eu fico na dúvida pensando será? Às vezes eles não sabem, sabe? Tipo, não sabe que às vezes a pessoa explora você, sem saber que está explorando e aí, juntando, assim, todas as situações que passei com eles, eu cheguei em aquele momento assim, cara, dá um alívio saber que você estava certa, sabe? Tipo, não pode ganhar essa discussão comigo porque no final eu sou refugiada e você precisa entender isso, não precisa brigar comigo, mas você está brigando comigo porque o ego não te deixou ficar quieta (...) você quer ser uma pessoa dessas que ajuda, seja, seja, eu vou te parabenizar, tipo, cara, não é para brigar, é para você realmente tirar as pessoas, tirar o rosto das pessoas porque eles não gostam, para de mentir, entende que não tem uma pessoa refugiada que goste, porque se eu quero te dar uma doação de roupa, eu tiro uma foto e falo eu doe essa roupa para Massi, você gostaria? Que tipo de doação é essa? (rindo) se você fala, Lara eu vou te dar esse copo, tipo, doar para você, porque eu sei que você precisa muito desse copo, mas pera, eu vou tirar foto e colocar no *Instagram* e falar que eu doe esse copo e doe mais 10 copos para 10 refugiados e o que você fez hoje pro próximo? (rindo) (Lara, 2020).

Assim, o termo “refugiados” serve para ocultar a individualidade das pessoas, como o fato de possuírem características distintas, que virem de países diferentes, com religiões, profissões, desejos e condições de partida diferentes. Estas práticas tendem a silenciar os refugiados e a vincar, ainda mais, a distância entre o “nós” e o “eles” em termos de dinâmicas sociais e culturais. Estes aspectos potencializam a construção e a consolidação de discursos que promovem atitudes de exclusão, mesmo que estas, em alguns casos, estejam nas entrelinhas.

Eu vi várias pessoas celebrando, refugiados, refugiadas, sorrindo e foto e não sei o que, tinha até shows marcados para tocar no dia dos refugiados, só que, gente, é realmente um momento de chorar e ficar em casa e pensar nas coisas como aconteceram, tipo, não é para assistir um show *online* de pessoas refugiadas tocando, e nem é para refugiado tocar, não sei, tipo, um silêncio talvez, e disse “é um dia para a gente lembrar” sim, mas a gente não lembra esse dia com música eu acho porque é algo muito mais profundo que música, é morte, é sangue, e muita gente sofrendo, a gente sofrendo, gente que sei lá se quer uma comemoração, entendeu? então dá muita raiva, sim, então não sei se eu sou uma pessoa com muito trauma na vida, mas, assim, chega um momento na vida em que a verdade é verdade, e não dá para fingir outra coisa para parecer que eu sou uma pessoa em paz, eu não sou uma pessoa em paz, não posso deixar as coisas passarem assim entendeu? Tipo, uma coisa que acontece que eu acho bem ruim e tudo bem, eu acho desculpas para muita coisa, mas eu posso ficar braba também, porque é algo que te toca assim, bem dentro (Lara, 2020).

As palavras de Lara interpelam constantemente os significados particulares do refúgio enquanto condição de mobilidade, demonstrando a necessidade de problematização tanto dos discursos sobre refugiados quanto dos lugares onde esses discursos são produzidos e reproduzidos. Ao se posicionar perante as exigências do programa, ela quis dizer: “nós não somos objetos de exploração”. É assim que Lara se refere às palestras e ao porquê de não ter mais sido chamada para participar, deixando entrever a sua incomodidade e a distância tomada em relação ao arquétipo da vítima.

Gabriel Gatti (2016) aponta que, de fato, há, no discurso humanitário institucional, uma conexão entre a ideia de vítima e o *status* de cidadania alcançado por aqueles que são reconhecidos a partir do seu sofrimento. Nesse sentido, o autor observa que o *status* de vítima serve para sair da invisibilidade: “hoy ser víctima es nada más y nada menos que una vía de acceso a la condición de ciudadano” (GATTI, 2016, p. 120).

Para Lara e Amin, há certas formas de ajuda que produzem sensação de humilhação e desrespeito. Ou, como diria Lara, “excesso de empatia com um refugiado sírio pode atrapalhar”. Se é certo que a representação da vulnerabilidade em espaços públicos, como jornais, *Facebook* ou *Instagram*, não é a causa do mal-estar experimentado, imagens em que os refugiados são colocados no lugar de pobres e carentes, precisando de assistência para satisfazer as suas necessidades básicas, ajudam a consolidar preconceitos que colocam pessoas em situação de refúgio como pessoas pobres e vítimas.

Quando a gente chegou aqui no Brasil, a gente entrou nessa rede de ONG porque a gente estava precisando de ajuda, com certeza, no começo alguém te indica e tal, então a gente entrou nesse clima de tipo de ONG que trabalha com refugiados e assim mas a gente achou que tudo é mentira, porque, tipo, eu acho que 20% de ajuda para os refugiados é o que está chegando, só 20% do total para quem está precisando e o resto vai para a empresa mesmo, ou quem está querendo ajudar, “ah vou ajudar você”, então ele filma você e faz um projeto com isso ganha muito dinheiro e dá para você pouco, tipo, acho que por causa disso sente muita mentira, o bom é que tem gente que pode receber uma ajuda assim, mas quem está ganhando mais é a pessoa que não está precisando e que está ajudando (ri) então ele está ajudando mas ele está ganhando mais do que você, então, e a gente saiu de tudo aquilo, não queremos mais nada de entrar em ONG, tipo, procurar quem ajuda refugiado, quem recebe, não sei o que, e a gente falou: não vamos precisar de ninguém, vamos trabalhar e se virar (Amin, 2020).

Não pretendo, com esta reflexão, questionar a ajuda humanitária, e sim apontar para a construção moral de dito *status* migratório que transita entre duas margens. Por um lado, a

visibilidade fundamental para impulsionar o apoio político à conquista de direitos civis, e por outro, retificar um grupo alvo de preocupações baseadas em tipos fixos que competem com ou escondem as realidades que eles vivem no Brasil.

Cabe agregar, ainda, que ao pensarmos em vítimas, inevitavelmente vem à tona a noção dicotômica de criminoso. Reconheço, portanto, também nesta assimilação - a do refugiado como uma vítima -, um enunciado sutil sobre a possibilidade de que quem é considerado vítima do terror de uma guerra num primeiro momento possa ser, em outro, considerado terrorista. Esta mudança pode ser observada em discursos oficiais dos presidentes Jair Bolsonaro, em 2015 (quando era deputado) e em 2019²⁰, e Michel Temer em 2016²¹.

As experiências que Lara conta falam de uma trajetória que nos ajuda a nos afastar de um discurso vitimizante acerca dos imigrantes em situação de refúgio e nos aproxima de uma visão na qual o imigrante não é considerada apenas como um objeto daquelas políticas públicas que lhe atribuem o *status* de refúgio, mas como alguém que tem capacidades para reivindicar direitos. Por outro lado, é claro que a sua experiência de vida no Brasil, como refugiada, demarca uma identidade em que se articulam certas estratégias para resguardar os seus direitos. No entanto, esta posição é mutável e vai sendo situacionalmente acionada e, ao fazê-lo, há uma contribuição para a desconstrução de certos estereótipos como, por exemplo, aquele que situa a mulher árabe refugiada como submissa num mundo dominado pelo atraso e pela opressão.

Não tento generalizar as situações específicas da experiência de Lara, ou refletir se estes caminhos e estas escolhas são possíveis para outros imigrantes ou refugiados. Porque enxergo nesses eventos (como a possibilidade de se defender do abuso laboral e ainda montar

²⁰ Em uma entrevista, em 2015, ele se referiu a senegaleses, haitianos, sírios e outros buscando refúgio no Brasil como a “escória do mundo”, indicando que o país já tinha problemas o suficiente e que eles inclusive formavam uma ameaça às Forças Armadas Brasileiras. (disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/ouca-entrevista-em-que-bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-e-sugere-infarto-a-dilma-46313/>).

No dia 6 de janeiro de 2019, Bolsonaro postou em sua página oficial do *Facebook* o vídeo de uma mulher muçulmana sendo morta a pedradas. Na descrição da postagem, lê-se, “Debaixo da Lei Sharia, a mulher é morta a pedradas por vários covardes muçulmanos. É com esta cultura que querem invadir o Ocidente e nos submeter a este tipo de aberração”. (disponível em: (https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1340804376068545&id=211857482296579)).

Veja também: <https://boletimluanova.org/entrada-e-saida-pela-direita-o-filtro-migratorio-no-governo-de-jair-bolsonaro/>

²¹Veja a matéria completa disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/ouca-entrevista-em-que-bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-e-sugere-infarto-a-dilma-46313/>

um empreendimento a partir deste evento; ou poder se posicionar enquanto palestrante, enfatizando a história, a dignidade e a força das mulheres árabes, em detrimento do destaque da figura da vítima) sobretudo a relação entre eles e a própria noção de crise empregada na definição de refúgio. Eu entendo que se trata da maior crise, a dos refugiados, mas reconheço que esta afirmação permite pouca crítica e demonstra muito entusiasmo com o sofrimento. Segundo entendo o conceito de refúgio, este se assemelha mais à noção de “evento crítico” proposta por Veena Das (1995), segundo a qual esta experiência separa radicalmente dois momentos na vida desses migrantes expulsos. O que não significa que todos tenham práticas sociais e subjetivas idênticas em relação a ele.

Essa mulher da ONG se aproveita da dor das pessoas refugiadas e lucra com isso, mas ela é uma entre muitas pessoas que ganham dinheiro em cima de gerenciar caridade para refugiados, seja nos campos de refugiados ou nas cidades como São Paulo ou Florianópolis, pessoas que gastam dinheiro viajando o mundo ao invés de usar esse dinheiro para que refugiados possam ver a sua família. Os trabalhadores humanitários como ela tem uma mentalidade do tipo dar uma caridade para que refugiado fique vivo, mesmo recluso num campo de refugiados, eles dizem fica aí vivo sobrevivendo para eu continuar ganhando dinheiro em cima da tua tragédia. Por exemplo, nós tínhamos dito para ela que tínhamos sido explorados por esse cara em São Paulo e mesmo assim ela fez aliança com ele para falar sobre refugiados. (Amin, 2020).

Que necessidade tem ela de fazer o que faz? Se ela é de uma família com muito dinheiro e ainda mora na casa dos seus pais, o que ela pretende ao exibir tudo o que faz? Não pode só fazê-lo? Além de viajar para o Líbano e tirar fotos das crianças nos campos, o que ela faz com o dinheiro que recebe? Por que ela vai para o Líbano se aqui no Brasil tem muita gente morador de rua precisando de cesta básica? (Lara, 2020).

A reflexão que propomos com os interlocutores (Lara e Amin) é que a chamada crise do refugiado é em si a crise do próprio refúgio enquanto conceito. Isso porque a existência de pessoas em refúgio nos mostra que os decretos de direitos humanos não conseguem de fato garantir proteção para aquelas pessoas, não apenas pela ausência de políticas de integração adequada, mas também pela arbitrariedade nas formas pautadas para se aproximar do discurso com que a sociedade brasileira pode entender a sua presença no país. No mesmo sentido, se o refúgio é considerado uma condição excepcional, ela pode ser usada como um divisor de águas que opere no âmbito moral, político e jurídico para determinar quais imigrantes merecem a cidadania (enquanto direitos e resguardos civis) e quais não. Como aponta o autor

Jorge Toledo (2016), “a distinção entre migrantes “comuns” e refugiados é um dos elementos centrais da crise do refúgio.” (TOLEDO DE SOUZA, 2016, p. 190-191).

Eu acho que ter residência brasileira não muda nada... até se você... tipo, o que muda é que eu tenho outro passaporte, que eu posso passar para outros países, posso viajar, mas isso não vai mudar quem eu sou, síria, e que a Síria está em guerra, entendeu? Tipo, se eu sou brasileira agora, beleza, nada mudou, eu não mudei, eu ganhei um documento e isso não muda nada. Assim, muda algumas coisas burocráticas, assim, no seu dia a dia e já era, não muda mais nada, entendeu? Então, sei lá, acaba o estado de refúgio, em, no sentido burocrático só, para polícia federal você não é mais refugiada, você agora é brasileira e muda o seu número ou sei lá, mas nada mais, eu acho que a gente não é mais refugiado quando a gente volta para Síria e a Síria está bem, assim acaba, e beleza, eu não sou mais refugiada, eu estou no meu país, mas igual em qualquer outro momento você é obrigada a estar fora do seu país, então você é refugiada mesmo tendo documento e tudo, eu tenho documento, tenho nacionalidade brasileira mas eu sou refugiada da síria, entendeu? (Lara, 2020).

Todas estas são relações e processos que ocorrem no contexto de um sistema de Estados nacionais territoriais, e portanto é útil contextualizar explicitamente o estudo dos refugiados nesta ordem nacional, em vez de tomar esta ordem como um dado adquirido a tal ponto que ela se torna invisível. Ou seja, “tal como o poder secreta a fronteira, também a ordem nacional das coisas secreta a deslocação, bem como os corretivos prescritos para a deslocação.” (MALKKI, 2015).

4.2. BRASIL COMO DESTINO

Os interlocutores que participam desta dissertação fazem parte das 3,8 mil pessoas que vieram da Síria ao Brasil na última década com visto de refúgio por motivos decorrentes da guerra no país de origem.

O Brasil não era, mas acho que nos últimos dois anos mais gente começou a vir porque a Europa começou a fechar as portas, tipo a condição de refugiado não estava tão legal, eles entenderam que a Europa não é assim o melhor lugar do mundo, sabe? Então veio essa ideia de Brasil para muita gente, e aí começou a ter umas coisas assim, rolar um trânsito também de pessoas que, sei lá, pega o dinheiro, diz “eu vou te dar um visto você me dá mil dólares”, aí eu arrumo um visto para você. (Lara, 2020).

Eles chegaram em São Paulo em 2016. Este é um dos três estados onde concentram-se mais de 80% de imigrantes sírios em situação de refúgio (em ordem descendente São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, Brasília, Santa Catarina). De acordo com Ferreira e Mendes (2016), a chegada de refugiados sírios em Florianópolis é classificada como parte de uma segunda fase do que as autoras chamam de “terceira onda migratória” na conformação da “comunidade árabe” que, na ilha, é composta por imigrantes provenientes principalmente do Líbano e da Palestina que teriam se instalado na ilha no decorrer do século XX.

As mesmas autoras apontam, em 2016, que de 2011 em diante havia o registro de 100 pessoas em situação de refúgio que moravam em Florianópolis. Já as autoras Luisa Scherer e Débora Nazário (2017) falam que havia 150 pessoas refugiadas. Em ambos os casos elas se baseiam em dados entregues pelo Sheik Amin Alkaram, presidente do Centro de Estudos Islâmicos, sediado no centro da cidade de Florianópolis, no mesmo local onde funciona a Mesquita. Estes dados, portanto, contemplam unicamente pessoas de religião muçulmana que se aproximaram desta comunidade. Sobre este registro, Ferreira e Mendes descrevem:

Os refugiados sírios que chegaram em Florianópolis são em sua maioria homens, solteiros, jovens tendo a comunidade menos de 20 mulheres e 12 crianças. Essa comunidade de recém chegados é preponderantemente da mesma região da Síria, da capital Damasco, tendo sido afetados pela guerra e com envolvimento de diferentes formas. (FERREIRA e MENDES, 2016, p. 281).

No entanto, as cifras citadas são apenas aproximações, pois não se tem um estudo que possa estabelecer o número exato de pessoas sírias em situação de refúgio em Florianópolis. A maioria dos refugiados sírios chegam ao Brasil inicialmente na cidade de São Paulo e já portam o visto de refúgio, podendo se deslocar para qualquer Estado da União. Por este motivo, na Polícia Federal de Santa Catarina poderiam ser encontrados registros mais exatos sobre a quantidade de refugiados sírios morando em Florianópolis, entendendo que é neste órgão que devem se reportar todos os imigrantes que moram no Estado, mesmo aqueles que se encontram em situação de refúgio. Quando eu solicitei, por e-mail, à Delegacia de Imigração de Santa Catarina o acesso aos dados sobre refugiados sírios, eles responderam o seguinte: “em atendimento à solicitação, há 22 registros ativos de cidadãos sírios solicitantes de refúgio no estado de Santa Catarina. Att, SADIP/CGPI (20-05-21)”.

O e-mail da delegacia não responde ao que pergunto e unicamente se refere aos registros ativos, ou seja, àquelas pessoas solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e que possuem o Protocolo de Refúgio como identidade, atestando sua condição migratória regular no país e aguardando o seu documento definitivo. Pela lei, se considera que a partir do pedido, a pessoa já é refugiada, pendente apenas de reconhecimento. Então, mesmo sem a decisão, ela já tem os direitos básicos garantidos e não pode ser devolvida ao país de origem. Fica, porém, num limbo: não tem documentação definitiva, só provisória; é uma situação transitória precária que pode a qualquer momento ser revogada (Rivas, em PARAIZO, 9-12-2019).

A vinda dos interlocutores foi possibilitada pela resolução nº 17, documento editado pelo Conare e assinado pela então presidenta Dilma no ano de 2013 (seguindo o contexto da histórica relação com Oriente Médio, que tinha sido reforçada no mandato de Lula). Esta emissão de vistos para os solicitantes se concentra, principalmente, nas embaixadas brasileiras em Beirute, no Líbano; em Amã, na Jordânia e em Istambul, na Turquia. Isso porque a representação diplomática em Damasco, na Síria, foi fechada em 2012, por motivos de segurança (BARRUCHO, 2015).

Dita resolução permite que, no melhor dos casos, uma pessoa possa viajar da Síria ao Líbano para solicitar o visto de refúgio e em menos de trinta dias possa vir para São Paulo e entrar no país com um direito de moradia garantido no mínimo por cinco anos, como foi o caso dos interlocutores já citados.

A gente pediu o visto no Líbano e chegamos de avião para cá, foi assim meio fácil para chegar. Em menos de um mês vendi o meu consultório e juntamos o dinheiro que cada um tinha e casamos e compramos as passagens, mas chegamos para São Paulo que foi bem *punk*, é isso, chegamos para casa de uma família brasileira que era amigo de um amigo, que morava junto com ele na Alemanha e é isso, inicialmente (...) Pessoalmente eu já queria, assim, viajar faz tempo, por conta da sociedade, das dificuldades da vida assim, da vida de mulher da vida social, geral, da família, tudo, e o motivo maior era que o Amin tinha que servir no exército, então a gente tinha 3 meses para decidir se sair, para onde e se realmente vamos sair ou ele vai se esconder, mas aí foi o maior motivo, assim, claro que não vai servir o exército, nem vai morrer (...) precisavam mais de homens lutando, na real, assim, tipo na luta mesmo, e como ele não sabe e nunca usou armas, então sempre colocam essas pessoas em primeira linha e era muito arriscado, em 2015, 2016 entravam as milícias da Rússia para a Síria e assim, tinha muita morte, não era uma coisas assim “será que eu vou ou não” você vai e 70 % você morre e 30% você volta, então, não era para ter esse desafio da vida, para quê? E além de ter que servir o exército do governo que você é contra, sabe? Que vai te mandar matar umas pessoas que acreditam nas mesmas coisas que você acredita, sei lá, se matando mesmo, sabe? E foi isso o maior motivo... (...) Quem não tinha coragem a deixar o exército e ir para

outro lado dos rebeldes com as armas deles e tal, não consegue fazer nada, têm duas vidas ao mesmo tempo, não é de um nem de outro, é isso... (...) Nós tínhamos 27 anos e passamos uns 7 anos, os últimos 7 anos na guerra. Não é assim que dizemos vamos porquê não dá para aguentar, não, a gente esperava, tinha esperança, mesmo quando não tinha esperança a gente procurava um tipo de vida que dá, assim, para encaixar e tal mas, assim até quando, sabe? Chega. Aí foi numa época que a gente estava juntos por um ano, já querendo uma mudança realmente, tipo, poder fazer as coisas que a gente gosta de fazer, ter liberdade de qualquer jeito, é isso, aí a gente casou e viemos. (Lara, 2020).

Amin e Lara se conheciam há um ano, ambos eram de religiões diferentes (ele sunita e ela alauita), mas as famílias autorizaram o casamento e a viagem para o Brasil. Quando perguntei para eles porque não escolheram ir para um local mais perto como o Líbano, eles comentaram que na época este local “já estava saturado de sírios”, precisamente por se tratar de um local fronteiro com a Síria, o que possibilita que as pessoas continuem visitando as suas famílias que permaneceram no país. No entanto, morar no Líbano não era uma opção para eles por considerarem que ainda é mundo árabe, e coisas de que não gostavam ao morar na Síria continuariam a se reproduzir no Líbano. Nesse sentido, eles comentam sobre a repressão contra a mulher e contra eles mesmos por serem sírios.

Tem muito racismo no Líbano contra sírios, muito, é um lugar muito pequeno, porque era muito perto, então lotou assim, então ficou muito cheio de sírios e os libaneses sempre não gostavam assim, por causa da guerra, de uma guerra que aconteceu, da guerra civil lá, e o governo do Líbano pediu para o da Síria “vem a ajudar a gente que a gente não está conseguindo controlar, então precisamos de ajuda da Síria”, e a Síria entrou para o Líbano e começaram matar o povo que estava em guerra civil. Então qualquer libanês, assim, a maioria, tem ainda essa memória feia de aqueles dias, de aqueles tempos, mas algumas separam que não, que a gente está sofrendo do mesmo governo que matou vocês e está matando a gente, sabe? Tipo, a gente que entende assim, mas a maioria não. E os salários eram muito baixos para os sírios, e tem que falar com sotaque libanês, tem que ter tatuagem, e não sei o que, sabe? Era uma coisa meio louca assim, não pode aparecer assim da Síria, sabe? Tem que fingir que você é libanês para ser aceito e poder trabalhar, como tipo garçom e *bartender*. (Lara, 2020).

Lara era a primeira da sua família a deixar o país; na família do Amin ele era o segundo, pois tinha uma irmã mais velha que tinha ido morar na Holanda. Quando decidiram viajar para o Brasil, venderam o consultório dela e se casaram dentro dos vinte e três dias em que aguardavam a resposta do consulado Brasileiro. Eles comentam que escolheram o Brasil mesmo sem conseguir imaginar onde chegariam, porque nesse momento era o percurso

migratório que avaliavam como o de menos risco, comparado com outras rotas mais comuns na época.

Quem tem mais grana viaja assim para um lugar melhor, quem não tinha muita grana viajaram ilegais no mar, mesmo assim pagaram muito, ali tinha muito trânsito de gente assim, era uma coisa bem conhecida naquela época, e assim você paga 2 mil dólares e você ia num barco da Turquia para Grécia, e depois para Europa e é isso, é só o caminho que mais, o povo que realmente era de classe média baixa a menos que saíram desse jeito na maioria, quem vem para o Brasil, normalmente tem um pouquinho mais de grana, normalmente, ou vem com muita grana mesmo para fazer algum negócio, que vem para o Brasil para fazer grana mesmo, muito mais que para migrar. Mas quando fechou a Europa e tinha umas épocas em que tinha muito Estado Islâmico envolta da Síria para passar para Turquia, então era muito perigoso para muita gente passar que nem eu, que não uso *hijab*, então pode acontecer qualquer coisa no caminho e eles te pegam e tal, então tá, então esse caminho era perigoso para gente também, não era um caminho que a gente realmente queria assim, mesmo, que o dinheiro que a gente tinha pagaria tudo, mas é meio arriscado também, então por isso a gente falou, não, vamos para um lugar que dá visto mesmo, vamos de avião, e para não deixar a família preocupada por tanto tempo e tal, ir para um lugar assim que não te controla tanto que nem na Europa, tipo, não, beleza, você é refugiada mas ainda assim você pode trabalhar porque na Europa é isso, aquilo, um lugar bem burocrático, e por isso escolhemos o Brasil. (Lara, 2020).

Segundo os interlocutores, mesmo que o Brasil seja um destino medianamente conhecido pelas pessoas que na Síria ainda moram em cidades menos afetadas pela guerra, como Latakia, chamadas “zonas de estabilidade” (controladas pelo presidente Bashar al-Assad, são locais onde moram atualmente dois terços da população) e contam com uma certa margem de tempo para planejar a sua viagem, as pessoas vêm ao país num número significativamente menor por desconhecer o cenário de possibilidades de moradia e trabalho que podem encontrar aqui. Isso porque, quando solicitam o visto de refúgio, são imediatamente informados que o Brasil não oferece nenhum tipo de subsídio relacionado a esta condição migratória.

Era uma coisa reservada, primeiro, e segundo, eu acho que era algo tão distante que as pessoas nem pensam tanto assim, tipo já pensa nos Estados Unidos, mas nem pensa tanto, sei lá, não sei por que, mas acho que é porque a gente não sabe nada sobre América Latina, mais do que poucas músicas e a Copa do Mundo e tal, mas a gente não sabe como é, então acho que dava mais medo para as pessoas pensarem e também não era uma coisa que todo mundo falava “vamos lá”, sabe? Para pessoas de Terceiro Mundo que acham que Europa é tudo, e falam não, para que eu vou para o Brasil? (...) Nós também duvidamos, não conversavam muito sobre o Brasil e quando eu soube sobre isso, eu tinha falado com um amigo que morava na Malásia e ele indicou assim, estava perguntando da Malásia, como é que está a situação lá porque dá para viver assim, ganhar o visto no aeroporto e tal, e ele falou vai para o Brasil, vai para Floripa (ri), ele falou isso, mas aí o Amin tinha um amigo que

morava em São Paulo, então ele conversou, era um amigo da infância que eles nem conversam mais já faz muito tempo e ele ligou para ele, e perguntou como está no Brasil e ele falou tudo de bom assim, aí a gente decidiu ir para São Paulo (...) Não sei, não era uma coisa óbvia, óbvio que vai ter aquilo e aquilo, sabe? Tipo, não sei, e nem faço ideia o que é que vai ter ali, e nem quero ver, tipo, nem olhei fotos de como é São Paulo, sabe? Eu pensei, não, vamos lá, lá a gente descobre. (Lara, 2020)

Além do visto, o governo brasileiro garante direitos básicos com o CPF, como saúde e educação, mas não possui políticas de integração, não fornece auxílio financeiro ou de moradia, não cria condições para que as pessoas consigam atuar em suas áreas de especialização, não auxiliam no aprendizado da língua local. Todas essas são questões para as quais os refugiados não possuem assistência de governo e precisam resolver por si mesmos ou recorrer a entidades não governamentais, quando as há, para auxiliá-los nestes âmbitos.

Eu acho o Brasil de receptivo assim, não de acolhedor, porque o Brasil abre portas para todo mundo chegar aqui, mas eles não acolhem do tipo a gente vai dar tudo o que você está precisando, então não posso falar de acolhimento assim, mas sim de receptivo, do tipo, entra, fica como quiser, assim, mas eles não ajudam com nada, então... Tipo, podemos falar que a Alemanha está acolhendo os refugiados, sim porque você chega lá eles te dão casa, te dão salário, estuda como você quiser, então tudo para receber você, mas aqui no Brasil, não é de acolher, a gente recebe você mas não dá nada, então acho que é outro sentido (Amin, 2020).

No entanto, o Brasil propaga uma imagem de ter suas “portas abertas” por quase uma década e de realizar movimentação para que se crie uma legislação que facilite a entrada dessas pessoas ao país. Os passos posteriores a esta entrada mostram um certo despreparo para o que surge após a aceitação e a acolhida de indivíduos que solicitam refúgio. A gestão institucional das pessoas refugiadas no Brasil é frequentemente caracterizada na literatura especializada como sendo operada por uma estrutura tripartite (Leão, 2003; Moreira, 2006, em PERIN 2014), como propõe Vanessa Perin,

No tocante ao acolhimento e assistência a esses sujeitos, formada pelo Acnur, Conare e por ONGs como a Cáritas. Contudo, as formas de atuação desse aparato institucional se dariam de modo diferenciado. Ao Acnur caberia principalmente prover assistência financeira, repassando subsídios à Cáritas. Já o governo brasileiro, representado pelo Conare, teria sua atuação voltada para medidas de proteção, uma vez que delega sobre reconhecer ou não o status de refugiado de um solicitante. O trabalho da Cáritas é apontado como o mais abrangente, envolvendo, além da assistência e da proteção, o trabalho de integração dos refugiados na sociedade local. (PERIN, 2014, p. 307).

A mesma autora acrescenta que tais instituições em suas inter-relações criam um efeito estrutural, ou seja, são produzidas como entidades aparentemente separadas e independentes pelos mecanismos de poder que nelas atuam, e “o Estado, comporta-se não como uma estrutura de fato, mas como um poderoso efeito de práticas que fazem estruturas aparentarem existir como entidades.” (PERIN, 2014, p. 308).

Por outro lado, como acontece com os interlocutores, confirmado também por outras pesquisas feitas principalmente em São Paulo, as pessoas que vêm para o Brasil são majoritariamente aquelas que contam com recursos financeiros que lhes permitem arcar com os custos da viagem e da própria manutenção por um tempo. Dessa forma, grande parte dos solicitantes de refúgio que chegam ao Brasil são aqueles que possuem certa estabilidade financeira na Síria. Estabilidade que inevitavelmente se perde no Brasil, onde devem se incorporar rapidamente em um mercado laboral que não reconhece os seus estudos nem as suas experiências laborais prévias.

Lara não cogitou a possibilidade de validar o seu diploma de dentista, porque isso implica um processo burocrático que exige que ela primeiro faça um exame de língua portuguesa e logo entre em alguma universidade pública para cursar várias matérias novamente. Depois disso, ainda precisa fazer alguns exames. No entanto, todo este processo também implicaria um tempo precioso que eles precisaram priorizar para gerar os recursos que lhes permitissem se sustentar economicamente. Além disso, os custos destes trâmites são onerosos e, em última instância, ela reconhece que tem sentido vontade de explorar a liberdade de trabalhar em outras áreas que lhe interessam mais, como dar aulas de piano. Nesse sentido, Lara comenta que caso entrasse na Universidade, ela preferiria estudar Música e se aprimorar no piano (instrumento que estuda desde criança) a voltar a estudar Odontologia.

O despreparo governamental com relação ao recebimento de pessoas em situação de refúgio vai de encontro à situação de imigrantes e refugiados que possuem alta escolaridade e, no entanto, passam por sérias dificuldades em validar seus diplomas, o que limita as possibilidades de encontrar empregos de qualidade, ficando a mercê de subempregos de intensa exploração e/ou baixa remuneração. A maioria dos refugiados sírios tinha uma ocupação estável na Síria antes da guerra, e quase todos possuíam nível educacional superior (SANTOS e DUTRA, 2020). Porém, no país de acolhida (no caso, o Brasil), os refugiados

precisam trabalhar por conta própria, sendo que grande parte monta o seu próprio negócio (no ramo da culinária árabe) como forma de sobrevivência.

Inserir-se na culinária acaba sendo a forma mais rápida de acesso a uma renda e de iniciar, de fato, uma nova vida no Brasil, já que, de acordo com o presidente do Instituto Adus, ONG de acolhimento a refugiados com atuação desde 2010, Marcelo Haydu, grande parte dos refugiados têm alto nível educacional e dominam vários idiomas, mas, possuem dificuldade em validar o diploma e se inserir em suas áreas de formação (SANTOS e DUTRA, 2020, p.75).

Segundo Alastair Ager e Alison Strang (2008), a integração encontra-se no escopo do acesso ao emprego, à moradia, à educação, à saúde, a repertórios de cidadania e de direitos, assim como as barreiras estruturais que ocorrem nesse processo, sobretudo no que diz respeito à língua, à cultura local e ao espaço social. Para os autores, a perspectiva do capital social dos refugiados é uma dimensão importante no processo de integração, entendendo-o como uma “estrutura de domínios inter relacionados, assegurando que os outros recursos essenciais à integração sejam reconhecidos.” (AGER e STRANG, 2008, p. 166)

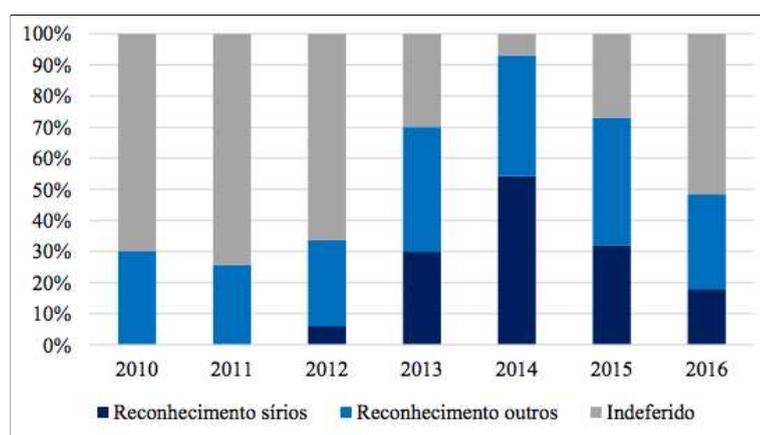
Em Santa Catarina, o GAIRF destaca, em um relatório de 2015, que: “com relação ao aspecto ocupacional, muitos refugiados possuem educação formal e universitária como resultado da expansão do ensino promovida pelo regime socialista sírio nos últimos quarenta anos. No entanto, como parte da estratégia imigrante, muitos adaptam-se às oportunidades disponíveis, inclusive as no comércio já existente.” (GAIRF, 2015, p. 46).

No mesmo relatório, um dos aspectos mais considerados na produção acadêmica sobre refugiados também é abordado: as consequências psicológicas associadas à condição. Comenta-se que a imigração, independente da sua motivação, é sentida como uma quebra no diálogo entre a realidade externa e a realidade psíquica do indivíduo, podendo haver uma distância entre o projeto de vida aspirado e aquilo que se encontra no país de acolhida, o qual desencadeia sintomas de estados ansiosos e depressivos que tendem a se tornar crônicos devido à distância entre as práticas de atenção à saúde mental e as representações culturais que delimitam e explicam o quadro.

Mesmo sabendo das limitações que o Brasil oferece em relação ao visto, as pessoas continuam vindo por ser este o país que mantém uma receptividade expressa na possibilidade de solicitar refúgio em qualquer consulado brasileiro no mundo. Como pode-se observar no gráfico representado no quadro 2, desde 2013 a intensidade do fluxo migratório sírio tem

aumentado com o passar dos anos, assim como também o reconhecimento²² desse *status* migratório para os requerentes sírios. Por exemplo, em 2010, foram registradas 394 solicitações de refúgio, e em 2014, esta cifra se multiplicou por seis, atingindo 2.414. Em 2015, diminuiu para 1.667, e em 2016, foi para 1.821, aumentando o reconhecimento de refúgio de 118, em 2010, para 2.245, em 2014; 1.217, em 2015, e 942, em 2016 (CONARE, 2017). Além do crescimento em números absolutos, houve também um aumento da taxa de elegibilidade²³ do refúgio de sírios/as no Brasil, entre 2010 e 2014, de 30% para 93%, com queda em 2015 (73%) e 2016 (48%); tal comportamento se dá especialmente devido ao reconhecimento do *status* de refugiados para os requerentes sírios.

Quadro 2: Gráfico de elegibilidade²⁴ das solicitações de refúgio de sírios/as no Brasil, 2010-2016



Fonte: ACNUR, 2017.

A resolução nº 17 se revelou um importante mecanismo de facilitação do acesso ao território brasileiro para pessoas que, de outra maneira, talvez não conseguiriam sair das zonas de conflito. Os interlocutores assinalaram que ingressaram no Brasil em 2016, e naquele momento era o único país que aceitava todas as solicitações de refúgio. Eles ainda moravam

²² Reconhecimento: deferimento da Extensão dos Efeitos da Condição de Refugiado, ou seja, concessão da extensão dos efeitos da condição de refugiado/a, por demonstrar o vínculo familiar e/ou a dependência econômica, previstos no art. 2º da Lei nº 9.474, de 1997 (MJSP e ACNUR, 2019).

²³ Elegibilidade: solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado que, após passarem pelo procedimento de determinação da condição de refugiado, foram reconhecidos como tal, por estarem presentes os requisitos previstos na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e/ou no art. 1º da Lei nº 9.474, de 1997 (Idem).

²⁴ Terminologias e definições dos processos após decisão do Conare (Idem).

na Síria e a resposta afirmativa demorou menos de um mês, motivo pelo qual eles entraram no país já com o visto humanitário e a possibilidade de ficar, pelo menos, por cinco anos, podendo ainda, após esse período, solicitar a naturalização. De fato, em 2016 o Brasil aceitou e reconheceu todas as solicitações de refúgio apresentadas por pessoas da Síria (ACNUR, 2018).

Cabe agregar que a política de refúgio brasileiro (manifesta na RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013 efetuada pelo Comitê Nacional de Refugiado CONARE), quanto à iniciativa de expedição de vistos para os sírios, torna a situação deles distinta em relação a outros grupos de refugiados médio-orientais como, por exemplo, os palestinos. Estes chegaram ao país em 2007 num grupo de 108 pessoas, por um programa experimental de reassentamento, depois de terem permanecido cinco anos em um campo de refugiados na Jordânia (Sonia Hamid, 2009; Daniele Prates, 2012). Pessoas sírias, por sua vez, são reconhecidas imediatamente pelo país a partir de pedidos individuais e, como foi assinalado antes, atualmente tornam-se o maior grupo de refugiados por nacionalidade dentro do território brasileiro. Majoritariamente, o grupo é composto por pessoas com idades que flutuam entre os 30 e os 50 anos (CONARE, 2019)²⁵.

Atualmente, ao observar as estatísticas do quinto relatório do ACNUR Brasil, destacam-se as cifras relativas a pessoas vindas da Síria, porque são aquelas que majoritariamente conseguem o reconhecimento da condição de refúgio numa proporção direta entre solicitações e reconhecimentos, situação somente comparável às cifras relativas a pessoas vindas de Angola no período entre 2010 e 2015. Para as pessoas vindas de outros países do mundo, as cifras, na maioria dos casos, tornam-se inversamente proporcionais no período de 2010 a 2019.

Segundo dados do ACNUR, só em 2019, pessoas vindas da Síria que conseguiram o reconhecimento de refúgio conformam 41,7% do total de solicitantes, os quais, no mesmo ano, obtiveram 80% de aceitação nas suas solicitações de refúgio, fato que demonstra que a proporção entre solicitações e reconhecimento tem se mantido. Ainda de acordo com o quinto

²⁵ No momento histórico contingente, embora o maior número de solicitações de refúgio esteja sendo concedido a imigrantes sírios, cabe salientar que ao contrário do que se pode pensar, o maior fluxo migratório ao Brasil tem pele negra e traços indígenas, porém estas pessoas encontram-se naquilo que poderia se chamar “limbo” toda vez que as suas solicitações de refúgio demoram muito tempo para serem aceitas. Dessa forma, elas ficam no Brasil em um *status* de solicitantes de refúgio.

relatório do ACNUR, “Refúgio em Número”, de 2020, o número de solicitantes de refúgio diminui drasticamente para 479 pessoas solicitantes, porém não fica claro no estudo se este número corresponde só às pessoas que solicitam a condição de refúgio estando no Brasil ou se corresponde ao total de solicitantes ao redor do mundo. Cabe destacar que os dados apresentados neste estudo são elaborados pelo Observatório das Migrações Internacionais, o OBMigra, a partir dos dados da Coordenação-Geral do Conare (CG-CONARE/MJSP).

A delimitação do *status* de refúgio tem efeitos práticos importantes, pois, uma vez aceito pelo Estado, ele passa a ser parâmetro obrigatório das decisões de concessão ou não do refúgio, ficando a critério do Estado a forma em que se interpreta a situação que motiva as pessoas a solicitarem refúgio. Ou seja, se em dado momento o governo do Brasil resolver que o contexto sócio-político da Síria mudou, este governo pode assumir também que as pessoas vindas de lá não precisam mais desse recurso e interromper sua concessão.

Num nível mais geral há, por um lado, um intento por parte do governo de posicionar o Brasil como um país acolhedor e com uma tendência natural a receber bem a todos os que chegam de fora. Por outro lado, há inúmeras tensões relacionadas à criação e à execução paradoxal de políticas públicas dirigidas a refugiados e imigrantes.

4.3. AUTORREPRESENTAÇÃO

Em Floripa não tem muito aquilo, assim, do tipo “ela é refugiada”, eles querem mais saber o que você faz no dia a dia, ir para praia, curtir, coisa mais da vida mesmo, do que está acontecendo, sinto isso. Isso é um pouco ruim ao mesmo tempo, porque todo o trabalho que a gente faz fica de lado, porque o nosso trabalho é mais ligado com essas questões, assim. Então, quando eu quero dar palestra, por exemplo, para quem eu vou dar? Entendeu? Então tem toda essa desconexão com essas questões aqui, mesmo tendo vários refugiados, várias pessoas, vários imigrantes, ninguém nunca fala disso. (Lara, 2020).

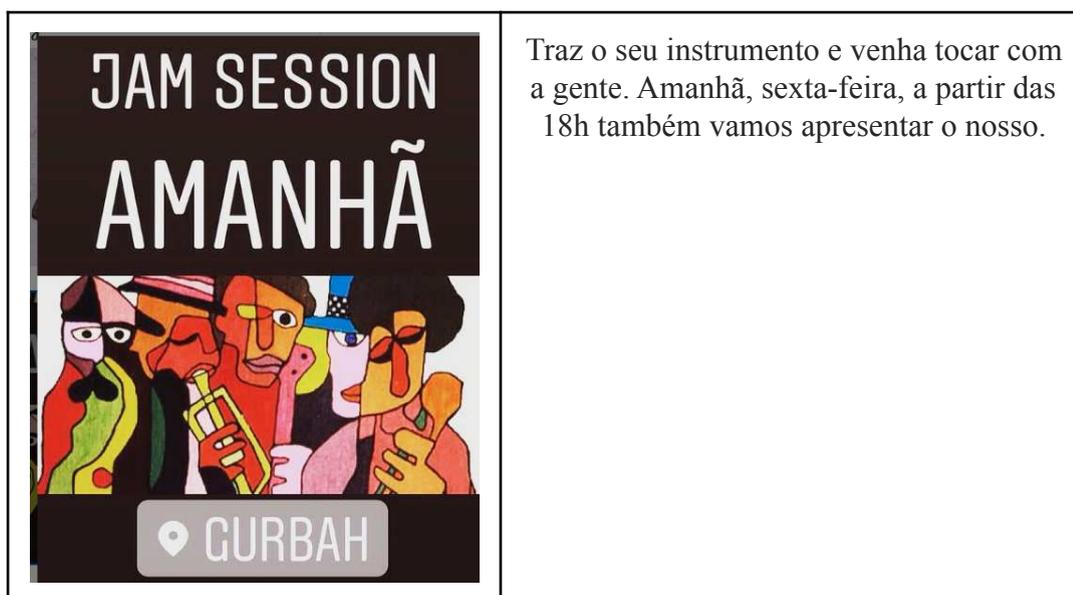
No trecho citado, Lara comenta sobre o caráter político de estar em refúgio e os desafios com os quais ela e seu marido se depararam na hora de encontrar espaços em Florianópolis onde pudessem expressar este âmbito das suas autobiografias. Ao mesmo tempo reconhece, como uma outra cara deste desafio, as possibilidades de estabelecer vínculos afetivos e de amizades para além da sua situação migratória. Nesse sentido, os encontros de cinema e conversa tornaram-se espaços para compartilhar, em um ambiente descontraído,

reflexões profundas sobre as suas experiências de vida, a ditadura na Síria, o choque cultural ao chegar para morar no Brasil - entendido como uma densa situação de estranhamento -, e a importância de fazer amizades e de estabelecer vínculos de confiança para seguir a vida no país.

4.4. CINE, CONVERSA E COMIDA ÁRABE

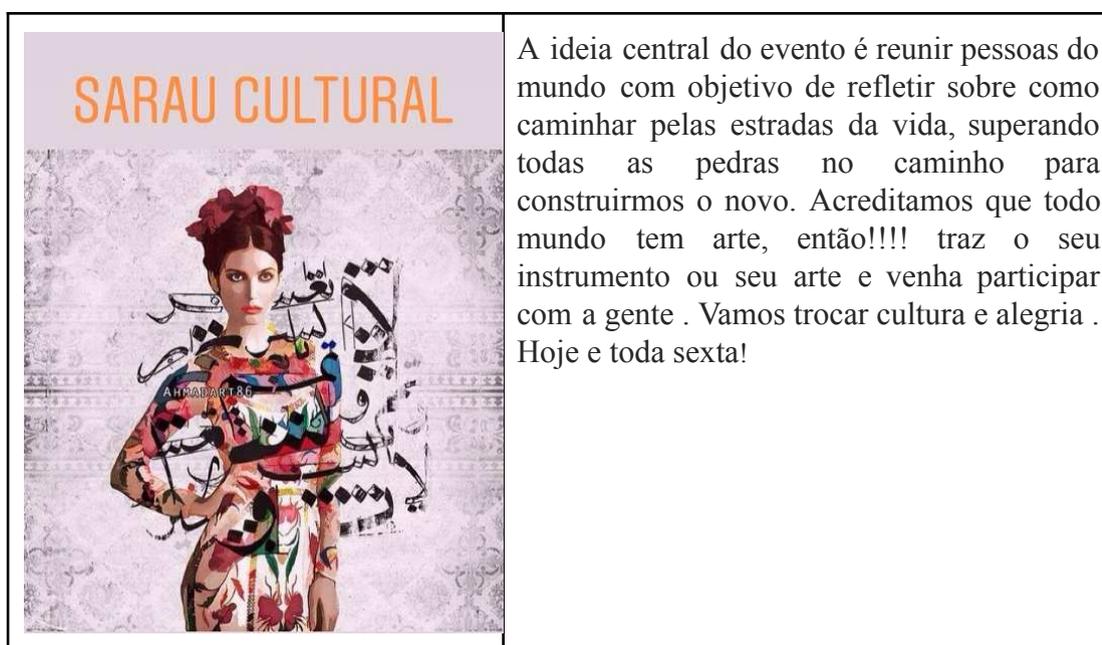
Após o primeiro encontro com os interlocutores, comecei a frequentar o seu restaurante em várias sextas-feiras à noite, quando eles convocavam pelo *Instagram* pessoas imigrantes para participarem de uma roda de improvisação musical. Nestes encontros, além de atender os comensais, eles faziam pausas para fazer música junto com quem ia entrando na roda, cantando ou tocando algum instrumento que trazia ou que pegava no próprio local. Estes eventos recebiam pessoas de diversas idades e nacionalidades. Começavam por volta das 18h30 e geralmente afluíam cerca de 20 pessoas, das quais poucas tocavam instrumentos, mas aproveitavam para comer e beber enquanto acompanhavam a roda de improvisação musical. Segundo manifestaram os interlocutores, estes saraus ou rodas de improvisação das sextas à noite eram os momentos da semana em que eles mais curtiam abrir e atender o público. As figuras 6 e 7 ilustram o convite para estes momentos.

Figura 6: Cartaz convidando para uma *Jam* musical no restaurante (2019)



Fonte: Elaboração própria com base no *post* que Lara fez no *Instagram* do seu restaurante, em 2019.

Figura 7: Cartaz convidando para um Sarau Cultural no restaurante (2019)



Fonte: Elaboração própria com base no *post* que Lara fez no *Instagram* do seu restaurante, em 2019.

Lara e Amin abriam o seu restaurante no horário de almoço nos dias de semana, mas comentavam que não gostavam muito de atender nesse horário porque se sentiam incomodados diante das críticas das pessoas que chegavam para almoçar e reclamavam que

no cardápio não tinha arroz e feijão, alimentos típicos do almoço brasileiro. Pouco tempo depois de eu conhecê-los, especificamente no mês de julho de 2019, eles fecharam o local porque este não estava sendo rentável. Na época, Lara comentou comigo que o aluguel tinha aumentado e, além disso, não estavam gostando de ter que dedicar tanto tempo para uma atividade que não trazia o retorno econômico esperado.

Ter fechado este espaço os impulsionou também a mudar para um local mais central dentro do mesmo bairro, para uma casa onde pudessem trabalhar de forma diferente e ficassem perto dos serviços e da praia, pagando um aluguel também mais em conta. A nova casa deles ficava perto da minha, o que contribuiu para novas possibilidades de nos encontrarmos com frequência. Na época, eu queria me aproximar compartilhando alguma atividade que também gerasse recursos econômicos, porque era um tema que na época os preocupava. Internamente eu reconheci que junto com me perguntar como me vincular, eu também estava me perguntando como poderíamos conversar sobre violência, repressão, genocídio e expulsão decorrentes da guerra síria sem que os interlocutores se sentissem violentados ou humilhados.

Em conversas informais na casa deles, eles comentaram sobre algumas cenas em que chamava a atenção a forma como as pessoas em São Paulo falavam dos refugiados sírios. De onde eles estão tirando essa imagem?- perguntavam os interlocutores. No momento em que surgiu este questionamento, eu contei para eles que eu tinha revisado parte da imprensa jornalística brasileira e catarinense e tinha observado como estes meios retratam o tema "refugiados sírios no Brasil" ou "refugiados sírios em Santa Catarina". Observei que a forma como estas imagens circulam nos diferentes meios são emolduradas pelo significado do meio de comunicação que as atualiza; e como os significados associados mudam conforme o âmbito regional ou nacional, os meios de comunicação transmitem a mesma imagem querendo dizer coisas diferentes. A partir destas reflexões conjuntas, considerando os nossos interesses comuns por explorar o uso político das imagens na construção de discursos, chegamos à ideia de fazer um ciclo de cinema e conversa, já que o cinema era um gosto comum e tínhamos a vontade de expandir esta conversa com outras pessoas .

Assim, começamos a organizar os detalhes destes encontros, e o nosso acordo foi o de que eu colocasse à disposição o meu projetor e também o meu tempo e habilidades para fazer a divulgação do evento. Eles ofereceram a sua casa e também um cardápio. Inicialmente

planejamos fazer quatro encontros e logo avaliaríamos a continuidade do plano. Nestes encontros, o tema a ser trazido pelos filmes seria o papel da mulher na sociedade árabe. Lara propôs este tema e comentou que era um dos assuntos que ela tratava nas suas palestras para os professores da rede pública em São Paulo, propondo, logo, que ela poderia selecionar os filmes. Após a projeção, as pessoas poderiam consumir produtos do cardápio e participar de uma roda de conversa sobre o papel da mulher na sociedade e outros temas trazidos pelo filme. Eles acharam justo que dividíssemos os ingressos do evento, e eu concordei.

Na hora de apresentar o cartaz que eu tinha desenhado, Lara não gostou. Para mim, não ficou claro o que, em especial, ela não tinha gostado. Na época, ela só comentou que preferia ela mesma refazer a tarefa. Nas nossas conversas, fui percebendo que ela refez o cartaz porque tinha a intenção de comunicar a própria interpretação por trás do convite para o ciclo de cinema. Isso traz para reflexão o poder conotativo das imagens num dado contexto, assim como também o uso delas para expressar uma mensagem que fala sobre si e sobre um porquê de estar aqui e agora.

No caso específico dos interlocutores, tanto os filmes como as imagens escolhidas para os cartazes conformam a representação visual mais próxima do que a eles lhes interessava apresentar sobre si e ao mesmo tempo se distanciar da perspectiva monocular que a mídia constantemente apresenta para a sociedade brasileira.

Chega num momento em que você pensa de onde as pessoas estão tirando informação? Da mídia, e o que a mídia fala de mim, como a Lara? da Síria? Mulher árabe? Fala de mulher árabe e as pessoas já começam a imaginar uma refugiada “tatata” nem imagina ver uma pessoa comum tipo eu, sabe? (...) Porque é mais triste, porque é isso que vende, quando é mais triste, mais sofrido, porque se você fala sobre refugiado, se você fala de refugiado normal que mora numa casa, tem um piano, tem plantas (ri) isso não é uma coisa tão interessante, mas se você fala de um refugiado que sofreu muito, que não sei que, que está chorando todo dia, isso vai vender muito mais, colocar um vídeo de um refugiado feliz na praia, e colocar outro vídeo de refugiado chorando, quem que vai ter mais visualizações? É muito assim (...) É drama, todo mundo gosta de drama (ri). (Lara, 2020)

Nos filmes escolhidos, pode-se observar a proposta de ressaltar qualidades da autoimagem que se distanciam da imagem que os meios de comunicação no Brasil vêm transmitindo sobre refugiados sírios. Nesta imagem midiática, os interlocutores se enxergam como visualizados através de uma perspectiva monocular, expressa ideologicamente, que já

contém uma intenção de conduzir o pensamento da sociedade, e neste sentido os coloca como objeto e informação, mas nunca como sujeito de comunicação (FOUCAULT, 1957).

O que está na mídia hoje está na onda, a mídia fala de onda, não fala das coisas assim, das outras coisas, então a Síria virou uma onda, assim, nos últimos anos, refugiados sírios... Estava uma coisa assim bem quente que todo mundo assim olhava, sabia alguma coisa, sabe, mas tem vários lugares no mundo que estão sofrendo com guerra, tipo o pessoal não tem pena com os venezuelanos mas sim sente pena com os sírios, porque a Venezuela não está na moda, porque Venezuela é tipo aqui, mas Síria é mundo árabe... Tem várias coisas que vem junto então é uma fala que não acaba, e ainda está acontecendo então está sempre na onda e tem esse tipo de racismo também no Brasil, tipo, com árabe ou com africano, tipo se fosse um árabe da Síria vai ser muito mais bem tratado do que árabe de outro lugar que tem pele preta ou mais escura, mesmo se fosse árabe, mesmo sendo árabe, mas tem isso também, então, parece que nem chama tanto quando você fala de congolês, porque a História do Brasil também é muito, sei lá, é muito triste também, assim, então nunca foi, a maioria nunca ligaram com essas questões assim, tipo, dos africanos, dos pretos, então ficou uma coisa “meio que já tem”, e ninguém liga, então uma coisa nova todo mundo vai aí... mas é uma moda que nem qualquer coisa hoje em dia, e às vezes o sofrimento pode virar uma moda também, isso de mostrar o sofrimento... Porque tem gente que gosta assim de que você fala, tem gente que quer ouvir uma história bem triste que aconteceu assim, sabe? Muita gente quer, e sei lá, é uma coisa bem quente naquela época, sabe? o congolês, bem, porque não tem muita grana, quer ajudar a família, isso eles não valorizam tanto, isso aí dá muita raiva. (Lara, 2020).

O ciclo de cinema torna-se, então, um meio para se rerepresentarem no diálogo com a sociedade de acolhida, demonstrando ao mesmo tempo que no Brasil eles continuam se posicionando com relação aos motivos que os fizeram sair da Síria, porém com certo resguardo, usando a linguagem artística para comunicar de forma tangencial a realidade que os trouxe até o Brasil. Assim, as suas memórias políticas dialogam mediante a arte (expressa no cinema, na música, e na culinária) com o local que os recebe, produzindo e acionando lembranças na procura de interação e diálogo com esta sociedade de acolhida.

No percurso de preparar o evento, os interlocutores manifestam como estas tentativas de interação estão costumeiramente permeadas pelo “cenário de refúgio no Brasil”, nomeação que se refere a uma tensão entre o acolhimento e a discriminação, inclusão e exclusão que demonstram questões fundamentais da forma como os brasileiros se relacionam com os estrangeiros (termo empregado aqui tanto no sentido de nacionalidade quanto no de não pertencente ou deslocado - não local, diferente). Como aponta Lilia Moritz Schwarcz (2019), a cordialidade e a simpatia, tidas como marcas do povo brasileiro, acabam por manter disfarçada uma estrutura extremamente desigual, racista e excludente.

Ele, tipo, quer ser uma pessoa amável, então mundo árabe-bomba, então a primeira piada que ele vai fazer é homem bomba “hahahah homem bomba” (rindo) de um jeito assim bem bobo, mas é o jeito, é só para se aproximar mesmo, não para brigar, mas é uma coisa que realmente te deixa com raiva, tipo não pode brincar com isso, não pode, mas também não pode culpar a pessoa porque ele não sabe o efeito disso, não sabe o que é, nunca viu. (Lara, 2020).

Sobre a metáfora e o senso de humor a partir dos quais certos referentes são colocados, por exemplo, sobre as pessoas árabes no Brasil, Roy Wagner comenta que as metáforas convocam o imaginário compartilhado na cultura, e, nesse sentido, uma piada é um exercício de enxergar algo a partir de uma perspectiva e então se deslocar para outra bem repentinamente. Uma piada inventa, ela mesma, a sua perspectiva, “estamos acostumados a pensar na piada como uma forma de entretenimento e não como uma forma de alteração de perspectiva na relação sujeito-objeto. Mas toda metáfora é uma piada. Toda metáfora é um ato de humor e o humor dá conta de um ato de conhecimento íntimo das coisas” (WAGNER, 2001, p. 958). Ou seja, segundo propõe o autor, teríamos que aprender a pensar na metáfora como uma torção irônica de perspectivas.

A pergunta que faço a eles sobre *o que significa estar em refúgio* permanece uma questão em aberto que se torna muito evidente nos ciclos de cinema, já que fornecem um espaço de encontro com a sociedade de acolhida, ajudando-nos a avançar para um terreno teórico mais geral. Ao escrever antropologicamente sobre os refugiados, é útil perguntar também: como é o estado de não ser refugiado? Como é denotado no convívio? Estas perguntas levam para considerações sobre o nativo cidadão e a nacionalidade, origens e natividade, nacionalismos e racismos, e sobre os conceitos de identidade, etnia e cultura.

Como a própria sociedade catarinense fala sobre si? Quais as características que descrevem a autoimagem que Santa Catarina construiu ao longo dos anos? Sobre este tema, Assis (et al. 2018) propõe que é uma autoimagem de uma terra de oportunidades para imigrantes, a qual, por uma lado, valoriza e reconhece a presença de imigrantes europeus e seu aporte no desenvolvimento industrial, agrícola e urbanístico do Estado. Por outro, no entanto, omite a complexidade da dinâmica migratória que tem a ver com narrativas “que inviabilizam a presença de populações indígenas, negras e caboclas, bem como de outros imigrantes como sírios e libaneses que desde o século XIX, também circulavam no Estado,

construindo uma autoimagem de Estado europeu, imagem reforçada na mídia e nos discursos oficiais.” (ASSIS et al., 2018, p. 83).

Se, como propõe Assis (et. al, 2018), certas narrativas foram inviabilizadas, podemos questionar por que, no dado momento histórico atual, algumas destas narrativas, como o caso da imigração de refugiados sírios, ocupam um espaço de visibilidade nos meios a ponto de gerar um interesse nos participantes do evento que vai além de assistir a um filme qualquer no domingo ao fim da tarde? E o que isso pode ter a ver com a função que exerce a representação midiática desta fração de população árabe que, na condição de refugiados, migra para Santa Catarina?

Estes são assuntos que vieram à tona nos dois encontros de cinema que realizamos e do qual participaram pessoas que, na sua maioria, eram da mesma faixa etária que os interlocutores e eu, ao redor de 30 e 40 anos. Na sua maioria, eram brasileiros de diferentes estados, de formação universitária ou estudantes de pós-graduação, além de haver também uma pessoa da Argentina e eu, que sou do Chile. No começo, tínhamos planejado um ciclo; concretizamos dois, e depois disso eles decidiram suspender esta atividade por considerar que não estava sendo rentável e que não havia uma equivalência entre o investimento de tempo e energia e o retorno financeiro obtido.

Nos eventos, Lara ficou responsável por conferir que tudo estivesse certo com o filme e também por conduzir a roda de conversa depois da projeção, enquanto Amin ficou responsável pela cozinha, fazendo pipoca e ajeitando tudo para logo preparar a comida enquanto todos assistíamos ao filme. Eu fiquei responsável por receber as pessoas e cobrar os ingressos, cobrando também dos assistentes para que consumissem no local (mais comida, cerveja ou *arak*, uma bebida alcoólica a base de anis). No primeiro encontro devíamos ser umas quinze pessoas no total.

O primeiro filme escolhido foi uma comédia dramática chamada *Where Do We Go Now?*, em português *E agora aonde vamos?*, de 2011, uma coprodução do Líbano, Egito, França e Itália, dirigido por Nadine Labaki. O filme se destaca pela forma com que traduz a cultura árabe para um público amplo e diverso, não necessariamente árabe. De modo geral, a trama do filme insinua que, se as mulheres estivessem no comando do Oriente Médio, não haveria tantas guerras. Nesta comédia dramática, as mulheres de um pequeno vilarejo fazem de tudo para impedir que os homens saibam que a guerra começou, pois lá convivem

pacificamente pessoas muçulmanas e cristãs, mas se os homens soubessem que a guerra tinha começado, eles começariam também a brigar entre eles. Então, trata-se de um conflito que poderia se passar entre duas equipes de futebol, dois irmãos ou dois vizinhos, trata-se de uma história de conotação universal, não se tratando apenas de mulheres que se divertem criando estratégias engraçadas. O discurso por trás disso é bem mais profundo. Na figura 8, apresento a reprodução do primeiro convite para o ciclo de cinema.

Figura 8: Primeiro convite para ciclo de cinema

	<p>Evento do domingo, dia 25. A ideia principal do evento é compartilhar, compartilhar comida, ponto de vista através de um filme e uma roda de conversa. O tema principal é o papel das mulheres, e nesta edição será o papel das mulheres árabes na guerra civil. Um filme de Nadine Labaki que trata da natureza dos povos árabes, desta vez a religião entre muçulmanos e cristãos. No caso em questão, as mulheres tentam todos os meios de manter uma convenção mútua entre os dois grupos. O evento será realizado em casa e serviremos deliciosos lanches sírios com temperos finos e molhos da nossa terra. Entrada R\$35, bebida à parte. Temos 15 vagas, só manda mensagem para garantir a sua!</p>
--	--

Fonte: foto da tela do meu computador, sobre o *post* elaborado por Lara e publicado no *Instagram* do seu restaurante, em 2019.

Depois que assistiam ao filme, Amin começava a enviar os *shawarmas* e eu servia todo mundo enquanto Lara conduzia a roda de conversa. As pessoas se mostravam um pouco tímidas na hora de conversar sobre o lugar da mulher na sociedade árabe como apresentado no filme. Recorrentemente perguntavam pela opressão das mulheres, ao que Lara respondia que se na sociedade árabe as mulheres sofrem opressão, como apresentado no filme, os homens também são oprimidos num contexto de constante guerra. Essa situação vai afetando a população até chegar ao ponto de ela se perguntar para onde e por onde ir para evitar se envolver com a guerra, que vai se aproximando até cercá-los. A opressão é uma questão que

nos afeta enquanto humanos e não enquanto homens ou mulheres, é, portanto, um elemento comum, e não um divisor.

Outra das perguntas levantadas se refere à forma como convivem pessoas de religiões diferentes. Lara comenta que na sua cidade ela tinha amigos muçulmanos, cristãos e judeus, mas esse não era um assunto que fosse questionado. Ela conta também que, quando criança, perguntou para sua mãe sobre as diferenças religiosas e a mãe lhe respondeu muito irritada com um tapa na cara, falando que este não era assunto de criança, indicando-lhe também que este não era um tema a ser questionado. Quando ela comenta isso, agrega que enquanto morava na Síria, sua mãe lhe telefonava várias vezes durante o dia para saber se ela estava bem; comenta também que no seu bairro sempre havia pessoas vigiando quem passava pela rua. Essa situação lhe gerava a constante sensação de que a qualquer momento alguém poderia ligar para a polícia e acusá-la de qualquer coisa. Ela sentia, então, que sua mãe a chamava com tanta frequência porque precisava confirmar que ela estava a salvo.

Lara comenta como esta sensação de vigilância constante contribui para demarcar certos filtros na hora de fazer amizades e também certos códigos de ética e de confidencialidade para se relacionar em círculos sociais. Amin, nesse momento em que eu conversava com Lara, estava na cozinha. Posteriormente, porém, na entrevista, quando questionado sobre o porquê de se distanciar do mundo árabe, apresenta algumas ideias que vão ao encontro dos temas apontados no filme:

Sempre tem guerra, em qualquer lugar do mundo árabe, desde o início, até agora em 2020. Sempre tem guerra e é sempre relacionada com religião, então isso eu não gosto, porque sempre está fervendo, não tem aquela segurança, tipo você está vivendo bem hoje, mas amanhã já vai rolar alguma coisa, por causa dos governos que estão lá. Mas a política e a religião que estão lá tem no mundo todo, mas lá no mundo árabe é muito forte, é muito ruim também, e é isso que eu não gosto. (Amin, 2020).

As perguntas sobre a vida na Síria foram se encaminhando aos poucos para falar sobre o choque cultural ao chegar no Brasil. Na hora de comparar o comportamento das mulheres na Síria e no Brasil, Lara respondeu que percebia nítidas diferenças culturais, e valorizava as possibilidades de liberdade e anonimato que lhe são possíveis pelo fato de morar em outro país: “quando eu cheguei no Brasil me impressionei com a liberdade sexual e em todo sentido e me perguntei, o que fazer com tanta liberdade?” (Lara, 2019). Sobre a

liberdade experienciada no Brasil, Amin comentou em uma entrevista que fizemos um ano depois:

No Brasil tem muita liberdade, e tem, sempre tem possibilidade de fazer qualquer coisa que você está querendo, isso que é bom, né, porque sempre comparo com a Síria, porque, tipo, não estou comparando com a Europa e nem outro lugar, estou comparando com a Síria, então, essa é a liberdade, de conseguir trabalhar nas coisas que você gosta (...) o Brasil abriu o espaço para começar fazer as coisas que você quer fazer, tipo estudar, trabalhar, fazer tudo o que quiser, como quiser, assim, isso para mim foi um motivo grande assim, porque lá na Síria é muito limitado, tipo, você tem que fazer isso e isso e já era, é assim, não tem aquela liberdade de fazer tudo o que tu gosta. Lá na Síria não pode fazer tudo o que você gosta porque também tem a sociedade, que vai contra você e diz isso não pode, a família, assim, então para mim é bom ficar no Brasil porque ninguém me conhece então posso fazer tudo que eu quero e trabalhar em tudo o que eu gosto. (Amin, 2020).

Depois do filme, alguém perguntou para Lara como é que eles conseguiram se manifestar na época da Primavera Árabe. Ela comenta que eles iam para outra cidade distante da sua para se manifestar na rua, porque ali não haveria gente que a conhecesse, e então não corria o risco de sujar o nome da sua família ou de colocá-los em risco, sendo acusados de opositores ao governo. Enquanto ela falava, um participante a interrompeu perguntando: como é que vocês poderiam fazer para voltar para a Síria? E ela comentou que, no momento, por eles terem residência no Brasil, podem voltar para lá argumentando que estão apenas trabalhando fora do país. “Por isso também que minha mãe fica sempre atenta às minhas publicações no *Instagram* e no *Facebook*, porque fala para mim que eu não posso me arriscar, que eu não posso ficar postando coisa antigoverno porque isso pode fazer com que depois eles não me deixem entrar no país.” (Lara, 2019).

Logo após estes comentários, a conversa foi se desenvolvendo para comentários assimilacionistas que, em um tom distendido e de piada, apontavam: “vocês parecem brasileiros”, “se não fosse pelo sotaque nem daria para perceber que não são brasileiros”, ao que Lara respondeu: “na época que a gente morava em São Paulo, a gente observou como os brasileiros podem ter empatia com refugiado sírio mas não tem empatia com morador de rua.” Nesse momento alguém perguntou se na Síria tinha morador de rua, e Lara respondeu que não, ao que Amin complementou, “a gente nunca via morador de rua lá, mas agora nos últimos anos com a guerra a gente às vezes vê pessoas na rua, mas não se compara com a quantidade de pessoas que a gente pode ver em São Paulo.”

As falas, então, se direcionaram para assuntos como as atitudes do presidente do Brasil e a sensação generalizada entre os/as brasileiros/as presentes de estar vivendo num estado de opressão no país: “a gente agora vive uma espécie de ditadura porém camuflada, porque se alguém se opuser publicamente pode ser morto, como Marielle”, comentou uma das pessoas presentes, ecoando na conversa nacional a proposta original de falar sobre o lugar da mulher na sociedade árabe.

Após a conversa, que teve duração de umas duas horas, as pessoas foram se retirando, e quando todo mundo já tinha ido embora, fizemos as contas e comentamos um pouco sobre como tinha sido a atividade para todos. Nesse momento, Lara comentou que as pessoas não querem saber de “coisa triste”, elas querem saber do nosso dia a dia, e parece que a mensagem do ‘por que estamos aqui’ não chega.

As imagens transmitidas pela mídia acabam por induzir a sociedade ao que Georg Simmel (1973) chamou de atitude *blasé*, uma certa indiferença por parte da sociedade anfitriã que advém da reprodução constante de imagens. Rapidamente também é possível relacioná-la a esta situação, entendendo que a sociedade evoca uma certa banalidade do mal evidenciada por Hannah Arendt (1963), em que o mal banal se caracteriza pela ausência de pensamento crítico.

Duas semanas após a primeira função, fizemos o segundo encontro sobre cinema e conversa com base no tema “o papel das mulheres”. Desta vez o cardápio foi mais enxuto, sendo oferecido apenas falafel aos presentes, e isso permitiu que Amin pudesse participar da roda de conversa após assistirmos ao filme.

Incêndios é um longa-metragem de drama do diretor canadense Denis Villeneuve. O filme insere o público dentro do contexto sociopolítico de uma guerra civil e ditadura, sem esclarecer qual país o vivencia. O foco está mais nas pessoas afetadas do que na situação em si. Interessa ao longa explorar os horrores que tal situação pode acarretar a um indivíduo, a uma sociedade e a uma família, ao invés de simplesmente documentar um conflito. Apresento, na figura 9, o segundo convite para o evento.

Figura 9: Segundo convite para ciclo de cinema

<p>A ideia principal do evento é compartilhar. Compartilhar comida, ponto de vista através de um filme e uma roda de conversa. O tema principal é o papel das mulheres. e nesta edição “A mulher que canta” comove no filme – que se chama <i>Incêndios</i> – porque, cantando, consegue superar e sobreviver às torturas que lhe foram impostas. Essa mulher, por motivos religiosos e políticos, comete um delito e vai parar numa prisão e vira meio que uma lenda, porque numa noite, em meio aos gritos de outra cela, ela começa a cantar baixinho... Um filme absurdamente magnífico!</p> <p>A não perder!!! O evento será realizado em casa (...) e serviremos deliciosos lanches sírios com temperos finos e molhos da nossa terra.</p> <p>Entrada por 35 \$BR, bebida à parte. Temos 15 vagas só!</p> <p>Contato WhatsApp: (...) manda mensagem para garantir a sua!</p>	
--	---

Fonte: elaboração própria com base no *post* feito e publicado por Lara, em 2019, no *Instagram* do seu restaurante.

Ao situar *Incêndios* num lugar sem nome e no meio de um embate sem motivos claros para o público, o diretor também nos obriga a traçar paralelos com outras situações similares, tanto no passado quanto no presente. Aqui aprendemos que matar “em nome de Deus”, qualquer que seja o seu nome, assim como a intolerância e o fanatismo religioso não são exclusividade de religião alguma.

O filme brinca com a insinuação de uma atmosfera de terror. Essa atmosfera cria uma antecipação angustiante e pode ser assustadora por si só, ao mesmo tempo em que coloca o espectador no lugar dos personagens que procuram pelas peças para completar um quebra-cabeça, e cuja descoberta depende de uma infinidade de variáveis. Trata-se de uma missão deixada pela mãe, no seu testamento de morte, ao casal de irmãos gêmeos que devem encontrar o pai e o irmão. A história é repleta de paralelos com a realidade e remete a acontecimentos e dramas reais, sobre a perda da infância numa sociedade onde a violência vem de todos os lugares. Para essas pessoas, só resta o ódio, expresso na metáfora dos incêndios, e o silêncio, que advém de situações insólitas que, de tão traumáticas, tornam-se

inomináveis, motivo pelo qual a trama do filme remete também à quebra do laço social e ao lugar do des-humano.

Fica evidente no filme que, num contexto de ditadura e de guerra, quem mais sofre é quem não tem possibilidade de fala e de escolha, pois assim como as mulheres e as crianças, o soldado que mata também foi uma criança obrigada a virar soldado. O drama familiar não influencia o contexto, mas é o contexto que vai gerar um drama familiar em volta da procura de uma verdade oculta, que traz uma pesquisa e uma retrospectiva sobre a história de uma mulher que “não se dobra” e conserva o seu poder e sua força perante a opressão e os incêndios.

Quando terminou o filme, houve um silêncio absoluto, um momento em que todos pareciam ter ficado tão imersos na história assistida que acender a luz e colocar uma música ambiente tornaram-se exercícios de descontração. Nesse momento, vários saíram da sala e foram para o quintal ou para o banheiro, outros foram fumar, e até todos voltarem para comer e conversar passou um longo tempo. Na hora de comer, parecia que havia no ambiente uma vontade geral por se dispersar, ou até por esquecer o filme. Aos poucos, após todos terem acabado de comer e quando alguns já estavam bebendo alguma cerveja, Amin e Lara se sentaram para conduzir juntos a roda de conversa.

Lara abre a roda propondo às pessoas que elas comentassem o que tinha lhes chamado a atenção no filme. Todos ficamos em silêncio, e logo rimos. Havia um certo nervosismo e pudor. Os comentários rapidamente apontaram para a forma sagaz que o filme ia se desenvolvendo e logo vieram perguntas pelo local onde acontecia, e se era ou não uma história real. No decorrer da conversa, as falas foram apontando de maneira mais expressiva para o tema da violência e da guerra a partir de perguntas como: “você presenciaram bombardeios?” Ao que Lara respondeu: “sim, às vezes estávamos num café e escutávamos que tinha caído uma bomba por perto, e todos íamos ver na rua e perguntar quantos foram? quantos morreram?” (ri). Em vários momentos, ante diálogos como este, ficava um certo tom de sarcasmo no ar. Eu intuía que eles respondiam de acordo com a pergunta.

“E agora, como está a Síria?”, perguntam para os interlocutores. Ao que eles respondem: “a nossa moeda está depreciada, as pessoas ganham um salário que é a metade do valor do aluguel. O meu pai, por exemplo, é professor de universidade e minha mãe é dentista e mesmo assim eles não ganham o suficiente porque tudo é muito caro agora. O meu irmão,

por exemplo, vai jantar na casa dos meus pais porque não tem o suficiente para fazer janta todo dia para ele e sua esposa, então se juntam com os meus pais e comem juntos, e assim as pessoas vão se virando. Às vezes o governo corta os abastecimentos básicos de água e luz, eles têm *internet* algumas horas por dia e depois não é assim...” (Lara, 2019).

Amin conta que no cotidiano era frequente as pessoas criarem confusão com facilidade numa discussão ou caírem diretamente numa briga com agressões físicas. “Como assim?”, perguntou um dos presentes. “Sim”, diz ele, “por exemplo, alguém que fica olhando para você e você encara e aí já começa a briga e quem está por perto se envolve e chega uma hora em que ela cresce e já não tem mais só duas pessoas brigando, tem mais gente e num momento nem lembram quem ou como começou, isso era bem frequente.” Todos riem, e Lara comenta que isso também acontecia muito no fim das festas ou dos casamentos, quando as pessoas dançam *dabke*. E conta: “o meu irmão, por exemplo, aos sábados saía com os amigos dele para caçar festa onde pudessem dançar *dabke*, mas também saíam para caçar briga.” “Lá toda hora tem alguém brigando” diz Amin, e todos riem. Logo alguém pergunta como é o *dabke* e eles se olham e contam que é uma dança que se faz de mão dada, em grupo. Um rapaz que era amigo deles começa a insistir para que eles demonstrem a dança para todos e eles acabam aceitando. Quando colocam a música, convidam a todos para dar as mãos e dançar junto com eles enquanto explicam os passos .

Dançamos umas duas músicas de mãos dadas, girando pela sala e dando risadas. Logo depois, algumas pessoas começaram a se arrumar para ir embora enquanto outras continuavam conversando sobre os temas trazidos pelo filme. Alguém perguntou ainda se é frequente que aconteçam situações como as do filme, de pessoas torturadas encontrarem com os seus torturadores nos países onde migram para se refugiar. Lara responde que isso é uma possibilidade, pois entre os que migram para se refugiar existe uma diversidade enorme de pessoas, assim como de situações que caracterizam os seus percursos migratórios. “Nós, por exemplo, temos um amigo que é apátrida, ele entrou no Brasil como refugiado sírio mas o seu documento diz “Sírio de família palestina, refugiado no Brasil”. “Ele nasceu na Síria mas nunca deram a nacionalidade para ele, e hoje ele mora em São Paulo e só quer ser do Brasil.” (Lara, 2019).

“Também tem isso das pessoas pensarem que todos os refugiados são muçulmanos, mas também isso não é certo”, diz Lara. “Ou, tipo, é verdade que na Síria os homens são

muito machistas e as mulheres sofrem muita opressão mesmo, mas elas são muito fortes também, sabe? Quando as pessoas aqui no Brasil veem uma mulher usando *hijab* acham que a mulher árabe não tem direito de mostrar o corpo como quiser, mas não é porque elas não gostam ou por ser proibido, elas não gostam do olhar dos homens em cima delas, tem fronteiras entre nós a maioria das vezes e elas são invisíveis, mas somos todos diversos, somos diferentes, mas temos que escutar essa diversidade.” (Lara, 2019).

Como foi possível verificar no estudo, e como também aponta Lara, não há uma representação geral que se possa fazer da mulher refugiada. Em primeiro lugar, o uso do *hijab* pode ou não ser usado como uma forma de expressão religiosa nas suas numerosas variações. Seguidamente, existem várias formas de organização familiar, desde mulheres solteiras, famílias monogâmicas e famílias poligâmicas que podem ou não resultar em um comportamento mais ou menos passivo, no que diz respeito à mulher. Por outro lado, as mulheres da Síria que chegam ao Brasil apresentam variadas profissões, apenas para mencionar alguns aspectos que demonstram a impossibilidade de se generalizar.

No chamado para abrir as perspectivas de entendimento dos assistentes, os interlocutores compartilharam diversos momentos da sua autobiografia, e neste exercício de apresentação de si, a fronteira entre afirmar “somos todos iguais, porém eu sou refugiado e vocês não”, se manifesta de forma paradoxal, ora fazendo uma ponte que aproxima, ora uma fronteira que distancia. Isso se mostra como uma busca pelo exercício do poder implícito no grupo “ser refugiado”, como uma forma de dizer: nós poderíamos ser tratados apenas pelos nossos nomes, apenas como um igual entre vocês, mas precisamos enunciar que somos refugiados porque esta experiência de vida denota uma condição de operação que precisa ser visibilizada.

O ciclo de cinema foi um espaço de expressividade sem censura para explicar a partir da própria experiência de vida o contexto de guerra e ditadura que impulsionou os interlocutores a saírem da sua terra natal; o que está acontecendo com eles no Brasil enquanto refugiados; e o porquê, para eles, as imagens projetadas são importantes. Os filmes por eles escolhidos contém (assim como toda imagem) uma concepção política do mundo e nos diz algo sobre o mundo e sobre o sistema que nos rodeia. Então, o ciclo de cinema também foi um exercício de comunicação, de leitura e de tradução sobre o que os interlocutores percebem das suas experiências de vida enquanto refugiados. No entanto, ao longo do processo

entendemos que a maioria de nós nunca tivemos instruções para ler imagens, mesmo que vivamos num mundo em que a cada segundo se produzam trilhões de imagens, divulgadas em abundantes plataformas virtuais e mídias sociais, e estejamos a cada momento sendo influenciados por muitas imagens que nos comunicam coisas sobre o mundo. Não sabemos lê-las. Portanto, o problema trazido à tona neste exercício é o contexto e a falta dele, e a capacidade que temos para ler imagens.

Percebi nos encontros que os filmes apresentavam imagens poderosas de profundo conteúdo, mas a audiência carecia de habilidades para percebê-las. Neste sentido, a apresentação das experiências de Lara e Amin como refugiados contribuiu para dirigir o olhar dos espectadores para um certo sentido. A exposição da sua leitura sobre a realidade de pessoas expulsas da Síria que se tornam refugiadas pelo mesmo motivo e a escolha que fazem por determinados filmes se constituem em um recorte similar ao que observo no fazer etnográfico.

Por outro lado, há a responsabilidade dos espectadores perante as imagens que assistem, e esta é gigantesca, assim como também o é a responsabilidade do artista. O problema é que a responsabilidade do espectador muitas vezes não está sendo ativada pela obra do artista porque arte é comunicação, mas comunicação não significa apenas enviar uma mensagem. A definição de comunicação que está por trás da atividade, ou o que nós três, Lara, Amin e eu entendemos, é que apenas existe comunicação quando há uma resposta, e se não houver esta resposta, não há comunicação. Portanto, os ciclos de cinema foram espaços de comunicação porque estes encontros permitiram que houvesse uma interação em primeira pessoa entre refugiados sírios e sociedade receptora. Os ciclos se transformaram, então, em um apelo para a humanidade da audiência, em uma procura por interlocução com esta audiência-sociedade receptora.

Os filmes serviram para representar situações vivenciadas pelos interlocutores, como a censura militar e a guerra, e conversar sobre elas. Neste sentido, entendo o uso das imagens como um ato de dar significado, como uma construção ou como uma produção consciente onde os interlocutores conseguiram, de certa forma, falar em primeira pessoa: "não sou uma vítima, respeite a minha história, a minha dignidade, e a minha privacidade".

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refugiados são sujeitos que encontram na categoria de refúgio uma forma de estar em acordo com a jurisdição disponível. Percebem que o fato de serem vistos como vítimas diante de tantos discursos é um elemento chave para alcançar legitimidade e caminhos regulares no Brasil, bem como apoio na rede pública da sociedade e suas organizações. Dessa forma, vemos que o sujeito que é visto como sofredor tem acesso a certos direitos de cidadania.

No Brasil, a mobilidade humana se define de um modo particular produzindo uma figura entre o imigrante e o refugiado, um “quase refugiado”, digno de reconhecimento tanto pelo sofrimento quanto pela sua pobreza. Contestar, refutar, impugnar o discurso de pobreza são ações constitutivas das tensões entre desigualdade e solidariedade, entre relação de dominação e relação de ajuda, que compõem todo governo humanitário (FASSIN, 2016).

Entendendo que as pessoas imigrantes são consideradas essencialmente trabalhadores, certos nichos laborais são preestabelecidos na “sociedade de acolhida”, vinculados diretamente com a nacionalidade das pessoas imigrantes. A partir desta segmentação, “refugiados sírios” no Brasil são associados à gastronomia árabe, fato que reforça a ideia de que a condição migratória e particularmente o *status* de refúgio posicionam as pessoas em um dado lugar dentro da sociedade brasileira de Santa Catarina.

Os estereótipos associados às nacionalidades e aos nichos laborais também nos remetem ao corpo como um sinal diacrítico a partir do qual a “sociedade de acolhida” pode discriminar o corpo que serve para tal ou qual atividade. Esse dado é um marcador decorrente de um racismo cotidiano, que classifica as pessoas não só pela cor da pele, mas também pelos seus traços físicos, seus gestos, e pelos espaços onde estas pessoas imigrantes podem ter contato com as pessoas da “sociedade de acolhida”. Considerando que os marcadores diacríticos que distinguem as pessoas como negro ou branco, homem ou mulher, reforçam, como propõe a socióloga Maria Emilia Tiyoux (2019), que “hoje a fronteira está no corpo”, há nele um registro sobre as experiências de vida, constituindo uma fronteira em si quando se faz uma associação que, naturalmente, não teria porquê existir entre o tema social da migração e o grave problema do racismo.

Fica evidente, tanto no discurso acadêmico como no discurso humanitário e da mídia, um cerne de superioridade com respeito à imigração síria quando comparada com outras nacionalidades. Isso porque a cor da pele é associada a características culturais, psicológicas e sociais que conformam imaginários sociais. Bourdieu (2008) os chama de julgamentos e práticas historicamente situadas ou lugares pré-fixados de acordo com hierarquias da sociedade, provindas da defesa do estigma da migração e do desejo de assimilação do imigrante ao nacional.

Embora não tenha aprofundado nessa linha de análise, apresentei algumas cenas que sugerem pensar o quanto a figura hiperreal do imigrante contemporâneo encontra-se vinculada à pobreza e à racialização. O que a pesquisa mostra é que a imigração de refugiados sírios está constantemente sendo apresentada como uma imigração conhecida historicamente, mas atualmente re-situada, pois sinais diacríticos como a cor da pele e os traços faciais que conformam fronteiras físicas são reivindicados como conhecidos e até como sendo parte da configuração histórica do povo brasileiro, demonstrando que a fronteira imaginária está sendo atualizada.

Cabe destacar que construir narrativas sobre “a chegada dos refugiados sírios” em um tom de epopeia, como assim o apresentam as notícias na mídia e as séries e novelas da TV brasileira, contribui para reforçar valores já estabelecidos no estado. Nesse sentido, pode-se constatar que os relatos sobre os refugiados sírios remetem a processos civilizatórios que, em Santa Catarina, foram antes associados à migração europeia e à noção de pertencimento desta comunidade. Ou seja, a sua visibilidade social contribui para renegociar o passado no presente como uma sorte de valorização da imigração branca para o estado (num momento em que a maior parte da população migrante que aqui chega tem pele negra e traços indígenas). Isso se dá como parte de um processo racionalizante, produzido e reproduzido nos âmbitos cotidiano, cidadão e político.

Ao se apresentarem como integrantes de um grupo maior “de refugiados”, os interlocutores não estão se comprometendo com a apresentação de si como uma verdade ou uma confecção, mas desempenham a função principal de dar visibilidade a um real virtual que tenha a potência de tocar o outro. Desse modo, faz-se da própria leitura de si, uma experiência do Fora, que é sempre uma tentativa de escapar dos aprisionamentos capitalistas da subjetividade contemporânea.

Os ciclos de cinema tratam de um caminho de construção subjetiva da própria experiência de refúgio dos interlocutores, e abrem a possibilidade do devir, de ser outro do que se é, escapando às formas biopolíticas de produção da “refugiada síria” e dos “refugiados sírios”. “Assim, o eu de que se trata não é uma entidade isolada mas um campo aberto de forças” (RAGO, 2013, p. 52), o qual tem mais a ver com uma invenção de si do que com uma descoberta de si mesmo. No sentido proposto por Foucault, essa construção se relaciona com a autoapresentação estética de si mesmo, com como eu (Lara e Amin) faço um processo de subjetivação como resistência ao poder político e aos poderes subjetivados pelas linguagens que falam de mim desde a óptica monocular na mídia. E, através da apresentação de si que se completa no encontro com o outro local, é possível reelaborar os discursos recebidos e tidos como verdadeiros em princípios relacionais de ação (FOUCAULT, 2004, p. 147).

Falar de si através de um filme abre a possibilidade de operar os discursos verdadeiros que pensamos, que defendemos, que acreditamos, que construímos em ações, em modos de ser, em uma ética própria. E, ao mesmo tempo, parafraseando Rago (2013), é uma forma de refletir e estabelecer uma relação de forças consigo mesmo, uma forma de mostrar-se, de transformar-se, que é, portanto, um modo de transformar o vivido em experiência, marcando sua própria temporalidade e afirmando sua diferença na atualidade .

Existe de fato uma aliança que é estética, ética e política na fala sobre si, e trazer este exercício para uma interlocução no tempo presente com o “nativo local” implica um gesto de construção de uma outra estética do existir, para além da tirania de uma linguagem representacional e do turbilhão de significações estereotipadas.

As falas do casal de interlocutores não se referem a dor e sofrimentos, mas sim, e constantemente, às suas perspectivas de vida, aos seus desejos e às fronteiras encontradas no Brasil. Em outras palavras, eles falam a partir da sua subjetividade o que significa viver e ser refugiado aqui. As motivações que os impulsionam a solicitar refúgio no Brasil não são unicamente as motivações subjacentes à guerra e à ditadura. No mesmo sentido, é importante considerar que as pessoas usam as categorias de migração forçada, crises e refúgio para atravessar fronteiras. Mesmo quando estas categorias não expressam a situação real que estão vivendo, são usadas para negociar o seu posicionamento em determinados momentos e locais, uma vez que existe uma certa ambiguidade jurídica associada ao sofrimento enquanto atributo de cidadania para obter direitos sociais. Nestes processos, o discurso da vítima ou do sofridor

levantado pelos serviços humanitários, por alguns trabalhos acadêmicos e principalmente pelos discursos humanitários, apresentam ante a opinião pública sujeitos cuja visibilidade social se negocia a partir do seu sofrimento vivenciado na Síria e no Brasil.

Os estigmas arquetípicos operam como fronteiras que distanciam e também aproximam o “local e o imigrante”, contribuindo ao mesmo tempo para estabelecer hierarquias entre refugiados superiores e inferiores, ou refugiados castigados e refugiados bem-vindos dentro de uma escala que é racionalizante e os despoja das suas identidades. Assim, os imigrantes em situação ou não de refúgio deixam de ter nome, sobrenome, gênero, idade e história, convertendo estas pessoas em “refugiados sírios”, denominação que se torna uma etiqueta a partir da qual geram-se certas categorias que mostram o refúgio como uma onda, um problema, ou uma crise. Além disso, os refugiados são vistos como fugitivos, foragidos, pobres, ou pessoas que precisam se esconder. Ou seja, trata-se de categorias que enfatizam o estereótipo institucional, mediaticamente construído e instalado socialmente sobre o refúgio e o refugiado.

Em futuras abordagens, pode-se investigar a respeito do lugar dos serviços humanitários e ONGs brasileiras que desenvolvem atividades para o serviço da integração de refugiados sírios na construção de uma imagem pública que os apresente para a sociedade brasileira e as pretensões que perseguem com isso. Ainda que a imigração síria seja considerada como um convívio centenário, atualmente são associadas à figura do refugiado características de pobreza, racialização e exclusão, que parecem ter origem na reprodução de um discurso padronizado que provêm de instituições humanitárias internacionais e não refletem as qualidades desta integração no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre relativismo cultural e seus Outros. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto 2012.

ACNUR MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública) Projeto de Cooperação Para Análise Das Decisões de Refúgio no Brasil. Brasília, Julho 2019. Disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Projeto-ACNUR-Conare_VFINAL.pdf

_____. *Statistical Online Database*. 2018. Quarta edição do informe Refúgio em números 2017. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros> Acesso em: 20 de dezembro. 2018.

_____. *Global Trends: Forced Displacement in 2016*. UN High Commissioner for Refugees (UNHCR), 2017.

AGER, A.; STRANG, A. Understanding Integration: a conceptual framework. **Journal a Refugees Studies**, Oxford, v21, n.2, p.166-191, 2008.

ALLOATTI, Magali, “Configuração da identidade (s) brasileira (s). Disputas e negociações nos processos de identificação de imigrantes brasileiros na cidade de Los Angeles, EUA”. *Cadernos OBMigra* V.1 N.3. p.202-224, 2015.

ARENDRT, H. *Eichmann in Jerusalem: a report on the banality of evil*, Penguin Books, New York, 1963.

_____. (2013). Nós, os Refugiados (R.Santos trad.). Covilhã, Portugal: Lusofia. Recuperado em 16 de fevereiro de 2019, de www.lusosofia.net/textos/20131214-hannah_arendt_nos_os_refugiados.pdf

ASSIS, Gláucia. *De Criciúma Para o Mundo: Rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Estadual de Campinas, 2004.

_____. Alloatti Magali Natalia, e Bosco Elizangela Ribeiro. 1.4 SANTA CATARINA. Refugiados Sírios em Santa Catarina: gênero, empreendedorismo e (in)visibilidade(s). En Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil. Subsídios para políticas, Volume 2. Curitiba, Maio, 2019. p.83-109.

BBC, disponível no Globo.com G1, 18-03-2021 (https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/15/por-que-a-guerra-da-siria-continua-apos-10-anos.ght_ml)

BARRUCHO, Luís Guilherme; COSTA, Camilla. Brasil acolhe mais sírios que países na rota europeia de refugiados. BBC Brasil. Londres e São Paulo, 9 setembro 2015. Disponível em: . Acesso em: 25 out. 2017.

BAUER, M. W. GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BEN-TZUR, A. *The Neo-ba'th Party of. Journal of Contemporary History* 3.3 p:161-18, 1968.

BHABHA, HK, O local da cultura. Belo Horizonte: ED UFMG, 1998.

BOURDIEU, P. Razões práticas sobre a teoria da ação. ED Papyrus, 2008.

BRAH, Avtar. **Cartographies of Diasporas: contesting, identities.** New York: Routedgle, 2005.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro. v. 1 Notícias. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v.13, n.38, p. 5-38, 1998. disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n38/38caille.pdf>

CARVALHO, Liliane. Do Balcão à mesa: Imigrantes de descendentes de sírios e libaneses na construção de uma identidade na Grande Florianópolis (1910-1950). Universidade Federal de Santa Catarina, 149 p. Dissertação (mestrado) - Pós Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2002.

CONARE. Projeto de cooperação para análise das decisões de refúgio no Brasil. disponível em: 16-01-2019 em:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNTQ4MTU0NGItYzNkMi00M2MwLWFhZWMTMDBiM2I1NWVjMTY5IiwidCI6ImU1YzZM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBJLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9>

DAS Veena. 1995. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India.* New Delhi: Oxford University Press. 230 pp.

ESPINDOLA Voigt Claudia. O véu que descobre: Etnografia da comunidade árabe muçulmana em Florianópolis, 2005, Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

FASSIN, Didier. La razón humanitaria. Buenos Aires. Prometeo, 2016, 396 p.

FERREIRA Carolina, MENDES Thamarys, “Diáspora e Identidade na Contemporaneidade: considerações sobre as populações árabe e muçulmana e a formação de uma comunidade em Florianópolis/SC”, *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS*. Vol. 8 No 16, p.260-278 Julho - Dezembro de 2016.

FOUCAULT, Michel. “A ética do cuidado de si como prática da liberdade.” In: *Ética, sexualidade e política*, por Michel FOUCAULT, 264-287. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004

GAIRF (Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis e região). 2015. *Novos Imigrantes e Refugiados na Região da Grande Florianópolis: Observações preliminares sobre suas experiências e demandas*. disponível em:
<https://imigrafloripa.files.wordpress.com/2015/08/relatc3b3rio-gairf-versao-publicar-ult.pdf>

GATTI Gabriel, Martinez Maria. El ciudadano víctima. Notas para iniciar un debate. *Revista de Estudios Sociales (S. L)*, v1. n. 59, p 8-13, 2016.

GOMES, Maria Soledad Etcheverry. *Empregabilidade nos tempos de reestruturação e flexibilização: trajetórias de trabalho e narrativas de ex empregados do setor elétrico brasileiro*. 2002. Tese. UFRJ, Rio de Janeiro. 2002. 231.

GOMEZ, Carol, *Recomeços, Mulheres sírias na Grande Florianópolis*, 2019, TCC em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

HAMID, Sônia C. O Brasil e o Reassentamento de Refugiados Palestinos. In: *Hoja de Ruta*. n. 25, julho de 2009.

HAY, A.T. Syria new parties: modest goals against Baath hold. *Al Akhbar*, Lebanon, 18 Mar.2012. Disponível em: <http://english.al-akhbar.com/node/5347/>. Acesso em: 9 set. 2019.

HERZFELD, Michael. *The Social Production of Indifference: Exploring the Symbolic Roots of Western Bureaucracy*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

HINNEBUSCH, R. *Syría: From authoritarian upgrading to revolution/ International Affairs*, 88(1), 95-113, 2010.

GALVANI, J. Syria and the Baath Party. *MERIP Reports, Middle East Research and information Project (MERIP)*, n25, p. 3-16, 1974. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3011567>. Acesso em: 15 set.2019.

HOURANI, A. *A History of the Arab Peoples*. Cambridge: Harvard University Press. 1991. Pp. xx, 551.

KHOURI, Juliana Mouawad. *Pelos caminhos de São Paulo: a trajetória dos sírios e libaneses na cidade*. 2013. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

Heitor A. C. LOUREIRO (2016): *Pragmatismo e Humanitarismo: A Política Externa Brasileira e a Causa Armênia (1912-1922)*, Tese de Doutorado em História, Franca, UNESP.

LEVITT Peggy e GLICK SHILLER Nina. *Perspectivas internacionales sobre la migración: conceptualizar la simultaneidad*. *Migración y Desarrollo*, número 3, Semestral, 2004,

pp.60-91. Red Internacional de Migración y Desarrollo. Zacatecas , México. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/660/66000305.pdf>

LOPES Andrade Victor. Refúgio por motivos de orientação sexual. Um estudo antropológico na cidade de São Paulo. Prefácio Carmen Rial. Florianópolis, Santa Catarina, Editora UFSC. 2019, 202 pp.

MACHADO, I. J. R.. Etnografias do Refúgio no Brasil. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2020. v. 1. 210p. https://www.servidores.ufscar.br/igor/?page_id=687

MALKKI, Liisa. Refugees and Exile: From ‘Refugee Studies’ to the National Order of Things. *Annual Review of Anthropology*, 24, p. 495-523, 1995.

MAHMOOD, Saba. “Feminist Theory, Embodiment, and the Docile Agent: Some Reflections on the Egyptian Islamic Revival.” *Cultural Anthropology*, v. 16, n. 2, p. 202-235, 2001.

MAJED, Ziad. “Síria la revolución huérfana, la revolución continúa”. *Viento Sur*, n.152, p. 35-44, 15 julio 2017.

NAZÁRIO Débora e SCHERER Luisa, DIÁSPORA: Histórias de refugiados sírios em Florianópolis, 2017, TCC em jornalismo Universidade Federal de Santa Catarina.

NIETO Juana e LANGDON Esther Jean. Narrativas de Violencias y Transformación de Mujeres Indígenas Uitoto en Bogotá. *Revista ABYAYALA*, 2018. p.140-178. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/22949/20697>.

OLIVEIRA, R. C. de. (1996). O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista De Antropologia*, 39(1), 13-37. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1996.111579>

PAES Leme, Igor. Memória e construção identitária entre refugiados sírios no Brasil. 2017. disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:52jvAljHA7IJ:https://app.uff.br/riuf/bitstream/1/4809/1/igor%2520paes.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

PARAIZO, Lucas. (27, oct, 2019). “Fugindo da guerra, família síria montou restaurante em Florianópolis que reúne estrangeiros.Família Bahbouh morou primeiro em Campinas (SP), mas em Florianópolis encontrou oportunidade para recomeçar “ In: *NSC Total*.

PEIRANO, M. G. S. (2018). Artimanhas do acaso. *Anuário Antropológico*, 14(1), 9–21. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6427>

PERIN, Vanessa. Um campo de refugiados sem cercas`. etnografia de um aparato de governo de populações refugiadas. V **Perin**. *Horizontes Antropológicos*, 303-330, 2014.

PRATES, Daniele Abilas. O fio de Ariadne: deslocamento, heterotopia e memória entre refugiados palestinos em Mogi das Cruzes, Brasil e Burj Al Barajneh, Líbano. Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFF, Niterói, 2012.

RAGO, M. A aventura de contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. 1ª reimpressão. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

SENNET, R. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1999. STANDING, G. O precariado: a nova classe perigosa. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2017. (Invenções Democráticas, v. IV).

SANTINHO, Maria Cristina (2016) *Refugiados e Requerentes de Asilo em Portugal: Contornos Políticos no Campo da Saúde* (tesis doctoral). ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, Portugal.

SANTOS da Silva, Gabriela; DUTRA Fernández Thaís. O ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS SÍRIOS E O DISCURSO ADOTADO INTERNACIONALMENTE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O BRASIL E A FRANÇA // [file:///Users/massi/Downloads/4606-19952-1-PB%20\(2\).pdf](file:///Users/massi/Downloads/4606-19952-1-PB%20(2).pdf)

SASSEN, Saskia. 2016. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. 1.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. Sobre o autoritarismo Brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SENNETT, R. *A corrosão caráter*: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SIMMEL, Georg. 1973 [1903]. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. Refúgio em Números, 5ª Ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>

SONTAG, S. (2003). **Diante da dor dos outros**. São Paulo : Companhia das Letras.

STANDING, G. O precariado: a nova classe perigosa. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2017. (Invenções Democráticas, v. IV).

SZÖRÉNYI, A. The images Speak for temselves? Readin refugee coffee-tablee books. *Visual Studies, vol 21, 1*

TANNURI, Regina. Refugiados congolese no Rio de Janeiro e dinâmicas de “integração local” das ações internacionais e políticas públicas aos relacionais das redes sociais. 2010. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

TIJOUX, ME. "O racismo é uma ideologia muito potente", RESISTAORP, Bárbara Schijman, Diálogos do jornal *Página 12*, em 1º de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/184491-el-racismo-es-una-ideologia-muy-potente>>.

TOLEDO, Fabricio de Souza, A crise do refúgio e o refugiado como crise, 2016, 204, Tese (Doutorado em Direito) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2016.

TRUZZI, Oswaldo. Sirios e Libaneses no Oeste Paulista, décadas de 1880 a 1950, R. Brasil. Est. Pop, v36. 1-27, e 0086, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/sf95nNCvLpJBqKbqqqPKMhQ/?lang=pt&format=pdf>

RASSA, M. Syria's muslim brotherhood: past and present. Al monito, The Pulse of The Middle East, 5 Jan. 2014. Disponível em: <http://www.al-monitor.com/pulse/politics/2014/01/syria-muslim-brotherhood-past-present.html>. Acesso e:15 set.2019.

Nikolaos VAN DAM, The Struggle for Power in Syria: Politics and Society under Asad and the Ba' th Party (London: I. B. Tauris, 1996). Pp. 240
HAY, 2012)

WAGNER, Roy. (Entrevista concedida a) Florencia Ferrari, Iracema Dulley, Jamille Pinheiro, Luísa Valentini, Renato Sztutman e Stelio Marras. "O Apache era o meu reverso" Entrevista com Roy Wagner. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2011, V. 54 Nº 2. p. 955-978.